



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

SANDRA CATARINA DE SENA

**“SÃO QUASE TODOS PRETOS”:
COTIDIANO E EXPERIÊNCIA DA CLASSE DE TRABALHADORA EM MACEIÓ
PÓS ABOLIÇÃO**

**MACEIÓ
2019**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

SANDRA CATARINA DE SENA

**“SÃO QUASE TODOS PRETOS”:
COTIDIANO E EXPERIÊNCIA DA CLASSE DE TRABALHADORA EM MACEIÓ
PÓS ABOLIÇÃO**

Dissertação entregue ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^ª Dra. Ana Paula Palamartchuk

MACEIÓ
2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

S474s Sena, Sandra Catarina de.
“São quase todos pretos” : cotidiano e experiência da classe de trabalhadora em Maceió pós abolição / Sandra Catarina de Sena. – 2019.
88 f. : il. color.

Orientadora: Ana Paula Palamartchuk.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 79-81.
Anexos: f. 86-88.

1. Brasil - História - Abolição da escravidão, 1888. 2. Trabalhadores - Maceió (AL) - História. I. Título.

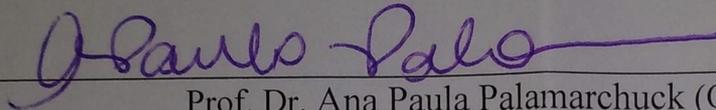
CDU: 94(813.5).063

Folha de Aprovação

SANDRA CATARINA DE SENA

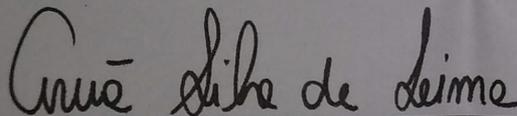
São quase todos pretos: Cotidiano e experiência da classe trabalhadora em Maceió pós-abolição

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 27 de março de 2019.

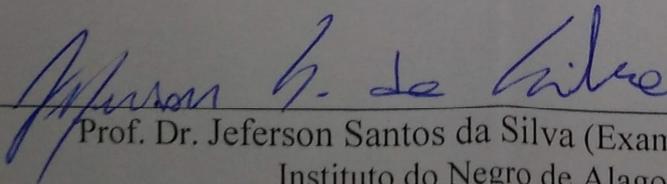


Prof. Dr. Ana Paula Palamarchuck (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Aruã Silva de Lima (Examinador Interno)
Universidade Estadual de Alagoas



Prof. Dr. Jeferson Santos da Silva (Examinador Externo)
Instituto do Negro de Alagoas

*Às trabalhadoras e trabalhadores
Negros, indígenas e pobres do Brasil
Em memória de minha avó,
Dona Monica.
Marielle Franco, presente!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos trabalhadores e trabalhadoras de Alagoas, que arduamente sobrevivem e resistem às desigualdades sociais nas terras de Zumbi, Dandara e Tia Marcelina. Na mesma intensidade, agradeço aos meus ancestrais, que enegrecem e encorajam minha trajetória na luta por direitos e liberdade.

À minha mãe (que também é meu pai), que garantiu à nossa família uma vida digna, de cabeça erguida e sem medo do futuro. Às minhas irmãs e meu irmão, que constroem seus destinos, arriscando suas fichas em busca de um mundo que lhes proporcione oportunidades.

Agradeço à minha orientadora, Ana Paula Palamartchuk, que além de professora, é uma amiga e companheira, da qual tenho muitíssima admiração, carinho e respeito.

Todo respeito, carinho e gratidão à Luciano Farias, meu companheiro de luta, de sorrisos e “aperreios”, de amor e coragem, de café e fumaça, de confiança e determinação, de ousadia e esperança. Obrigada pelos dias e noites de leituras, produções de texto, revisões e muito amor.

À Renata Gusmão, Jessica Evellyn e Gabriela Dias, que muito mais que “colegas” de curso e profissão, tornaram-se grandes amigas e companheiras, das quais tenho muitíssimo orgulho de estar lado a lado. Com certeza, sem elas esse o mestrado teria sido muito mais difícil do que realmente foi. Agradeço pelas companhias, acolhimento, cafés, debates e trocas de experiência. Com muitíssimo apreço, toda gratidão as professoras Irinéia Franco e Flávia Carvalho e aos professores Robertinho, Aruã Lima, Jeferson Santos e Elias Veras que contribuíram imensamente para meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos amigos e amigas, Gustavo Marinho, Raíssa Bandeira, Yara Costa, Felipe Cirino, Thayse Melo, Camila Maria, Mayk, Erica Rocha, Andrei Stefani, Bruna Moraes, Mary Alves, Gilmar Rocha, Laís Camêlo, Pedro Pércia, Thati Nicácio, Débora Alves, Rafael Miranda, Emissário, Diego Vasconcelos, Ana Antunes, Emanuelle Vanderlei, Júlia Araújo, Magão, Mari Lima, Fabio Crystian, Ellen Apolinário, Roger Alexandre, Camila Melo, Felipe Santos, Karol Moares, Gustavo Rolo, Ju Krisan, Tayná Barbosa, Natália Julieta, Maurício, Eduarda Rocha, Dayane Jatobá, Sergio Santos, Ariane Regina, Alexander Moreira, Luana Verçulino, Camila Dantas, Isa Mendonça, Roberta Reis, Mirelle Camargo, por estarem sempre por perto para as conversas, a praia, a cerveja, o abraço e o carinho. Essas pessoas são fundamentais para minha negritude ousada que sonha reconstruir esse mundo.

Agradeço também, ao amigo Levy Felix, com quem pude compartilhar experiências, teorias e

os “desacertos” do inglês.

Obrigada ao INEG (Instituto do Negro de Alagoas), pelo encorajamento e mãos dadas na luta contra o racismo, que é a luta de nossas vidas.

Agradeço à Soso e Danilo, pelo acolhimento, respeito e confiança, pelas risadas, abraços e afetos. Em especial à Laurinha, que cheia de amor, força antirracista e olhinhos brilhantes me fazem ter esperanças no futuro.

Cheia de carinho, agradeço à todas companheiras da Marcha Mundial das Mulheres, que cotidianamente lutam por uma sociedade feminista, antirracista, antiproibicionista, antilgbtfóbica e anticapitalista. “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”.

Às minhas companheiras e companheiros do Partido dos Trabalhadores (PT), da Frente Brasil Popular, MST e de toda militância de esquerda, que sonha e resiste por um Brasil melhor e justo. Em especial, Lenilda Lima, que cheia de afeto, sabedoria e serenidade, nos dá lições de vida, resistência e determinação todos os dias.

À Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que através das lutas e conquistas de estudantes, trabalhadores e trabalhadoras, me possibilitam a garantia de uma formação acadêmica pública e gratuita.

Agradeço a Ivanilda, Jane e Lúcia (*in memoriam*), que garantem diariamente o funcionamento da universidade, em suas funções precarizadas e na maioria das vezes, invisibilizadas. Essas mulheres trabalhadoras dos serviços gerais da universidade, são referências de sobrevivência e resistência. À elas, todo meu carinho e respeito.

Por fim, agradeço à todas e todos que quebraram as correntes para que pudéssemos ter chances de ocupar e ressignificar os espaços da vida pública. Lutemos sempre contra as imposições de qualquer sociedade desigual.

#LulaLivre por todos e todas que ousam construir novos horizontes.

#MariellePresente por todas as mulheres pretas que sobrevivem e lutam por um futuro de esperança e justiça.

“SÃO QUASE TODOS PRETOS”: COTIDIANO E EXPERIÊNCIA DA CLASSE DE TRABALHADORA EM MACEIÓ PÓS ABOLIÇÃO.

RESUMO

Há décadas, pesquisadores e pesquisadoras sinalizam diversas críticas às “narrativas tradicionais” sobre a História do Trabalho no Brasil. Por muito tempo, foi insistido descrever nas entrelinhas do período pós abolição, que a mão de obra no Brasil era majoritariamente “masculina, branca e europeia”. Na contramão da tradição, foi, e continua sendo, necessário questionar os silêncios e as invisibilidades contidas na história do país. Desde o fim da década de 1970, a partir da consolidação da História Social do Trabalho como campo relevante para o diálogo, foram “despertados” diversos e conflitantes debates a respeito da presença das populações negras, indígenas, assim como das mulheres no cotidiano da História do Trabalho no Brasil. Aliada à essa perspectiva, a pesquisa e análise de documentação relacionada (jornais, literatura, documentações oficiais, relatórios do governo do estado, e outros) possibilitou mapear as fontes e a construção da escrita histórica que evidenciam a experiência de trabalhadores e trabalhadoras que despenderam sua força de trabalho no contexto alagoano pós abolição.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores e trabalhadoras; Pós abolição; Maceió; Alagoas.

"THEY ARE ALMOST ALL BLACK": EVERYDAY AND EXPERIENCE OF THE WORKING CLASS IN MACEIÓ POST ABOLITION.

ABSTRACT

For decades, researchers have pointed to several criticisms of the "traditional narratives" on the History of Labor in Brazil. For a long time, it was insisted on describing among the lines of the post-abolition period that labor in Brazil was mostly "masculine, white and European." Contrary to tradition, it was, and still is, necessary to question the silences and invisibilities contained in the history of the country. Since the end of the 1970s, as a result of the consolidation of the Social History of Labor as a relevant field for dialogue, diverse and conflicting debates about the presence of black, indigenous, and women's populations have been "awakened" of Work in Brazil. Allied to this perspective, research and analysis of related documentation (newspapers, literature, official documents, state government reports, and others) made it possible to map the sources and construction of historical writing that evidence the experience of workers who spent their time labor force in the post-abolition Alagoan context.

KEY WORDS: Workers and workers; Post abolition; Maceió; Alagoas.

Sumário

Introdução.....	11
Capítulo 1 - Homens, Mulheres E Crianças: Trabalho Pós Abolição.....	19
1.1 Classe Trabalhadora, Cotidiano e Experiência.....	19
1.2 História Social do Trabalho no Brasil.....	24
Capítulo 2 - Cotidiano e Historiografia Alagoana.....	37
2.1 Cotidiano Maceioense Pós Abolição.....	37
2.2 - História e Historiografia Alagoana.....	42
2.3 Trabalho, Trabalhadores e Trabalhadoras Pós Abolição em Maceió.....	47
Capítulo 3- Maceió Embraquecida.....	50
3.1 A Classe Trabalhadora tem Maceió Tem Gênero, Raça e Idade.....	51
3.2 Marginalização da Pobreza.....	60
3.3 Religiosidade Pós Abolição.....	64
Capítulo 4 - Maceió Pós Abolição.....	69
4.1 Ocupações Da Cidade.....	69
4.2 Mendicidade.....	73
4.3 Luta Por Direitos.....	77
Considerações Finais.....	83
Referência Bibliográficas	
Documentação	
Anexos	

I. INTRODUÇÃO

*E só pra lembrar aos outros quase todos pretos
Não tem jeito, são quase todos pretos!*

RZO – Assim que se fala

“São quase todos pretos” refere-se a uma reflexão da classe trabalhadora na capital alagoana pós abolição, baseadas no cotidiano do trabalho e nas experiências dos trabalhadores e trabalhadoras, “descobertas” na documentação relacionada (jornais, revistas, relatórios do governo, literatura, entre outras), levantando possíveis diálogos sobre locais de trabalho, ocupações populacionais na capital alagoana no início do século XX e as diversas formas de resistência e sobrevivência encontradas por trabalhadores e trabalhadoras no período demarcado pelo pós abolição.

A importante discussão no campo da História Social do Trabalho, aponta para abordagens que envolvam tanto História, assim como Literatura, Ciências Sociais, Filosofia, Economia e outras, como partes complementares da construção historiográfica. *History from Below* e o *Paradigma da ausência* são os dois principais pontos de partida para compreensão do perfil sociocultural, econômico e político da classe trabalhadora na cidade de Maceió. Através do estudo da documentação, seleção e cruzamento das fontes, foi possível fazer um panorama desse quadro.

No final do século XIX, Maceió era composta por quatro bairros principais, dos quais três estavam localizados na parte “baixa da cidade” (Maceió, Jaraguá e Levada), e um na “parte alta”, mais afastada do comércio, conhecido como Alto do Jacutinga¹.

A' ladeira que fica ao lado da Cathedral moram umas mulheres de *vida alegre* que vivem a incomodar os vizinhos com a sua immoral conversação²

Foram recolhidos a este estabelecimento pelo terceiro commissario os indivíduos: Bellarmino Nazario dos Santos, por vagabundagem e embriaguez. Foi posta em liberdade pelo sub-commissario do Alto do Jacutinga. Celestina Africana da Costa.³

1 MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1859-1905). Recife, PPG em História da UFPE, 2004. Dissertação de mestrado, p. 30.

2 (sem autor), *Immoralidade*. **O Evolucionista**, 2 de janeiro de 1905. Ano IV, n. 1.

3 (sem autor), Casa de Detenção: Movimento do dia 4. **O Evolucionista**, 5 de janeiro de 1905. Ano IV, n. 4

O primeiro trabalho com documentação foi selecionar e analisar jornais locais, cujo período datavam desde antes a abolição, aproximadamente na década de 1870, até a primeira década do século XX. A imprensa como parte fundamental da documentação deste trabalho, permite mensurar um “diagnóstico da sociedade” maceioense, perpassando os conflitos políticos, as disputas de ideias, o mercado e os costumes. Apesar de ser uma ferramenta de informação utilizada principalmente pelas elites, é possível perceber através das entrelinhas de cada nota e artigo, as relações existentes naquele espaço e tempo.

Na virada do século XIX para o XX, paralelamente aos desdobramentos da implantação da República, da abolição da escravatura e do fim do Império, intensificaram-se a urbanização e a industrialização do Brasil. Esse processo de transformação, de conjuntura complexa e multifacetada, foi acompanhado de perto pela imprensa.⁴

Notas como essas mencionadas acima, a respeito de pessoas que viviam no entorno do Alto do Jacutinga, eram comuns nas páginas dos principais jornais, principalmente pós a abolição do trabalho escravo, como forma de moralizar o trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras como identificado por Sidney Chalhoub, em *Bar, lar e Botequim*. Através dessas, conseguimos obter um breve mapeamento acerca dos costumes e condutas presentes na cidade Maceió. O Alto do Jacutinga, por exemplo, foi geralmente caracterizado por ser um bairro de moradia e comércio de homens, mulheres e crianças pobres, sem a mínima assistência do governo do estado. Osvaldo Maciel afirma:

[...] o Alto do Jacutinga, localiza-se num tabuleiro elevado no sentido Oeste da cidade. Contraditoriamente, o lugar é representado na imprensa da época ora como área mal assombrada, matagal que circunda a cidade, para onde corriam marginais, ora como novo bairro chique da gente “abastada”, que buscava paz e sossego em chácaras e sítios.⁵

Por outro lado, o Porto de Maceió, localizado na região litorânea, no bairro de Jaraguá, é um espaço visivelmente positivo aos olhos dos noticiários, dos grandes comércios e consequentemente da construção historiográfica tradicional. Diante disso, este torna-se fundamental para compreensão do cotidiano do trabalho e da classe trabalhadora pós abolição em Alagoas, assim como da economia e da política local. A região reunia diariamente grande

⁴ DA SILVA, Márcia Pereira; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 4, n. 8, 2010.

⁵ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. ESPAÇO URBANO E MARGINALIZAÇÃO EM MACEIÓ (1895-1905). Comunicação apresentada no V Encontro Nordeste de História, ANPUH, 2004.

número de pessoas, das quais estavam alocadas em diversos postos de trabalho, entre eles trapicheiros, estivadores, lancheiros, doqueiros, carroceiros, etc. Segundo Maciel, nesse período, Jaraguá tornou-se a grande sede do comércio e de toda movimentação da capital alagoana.⁶

Mesmo que esse trabalho não se debruce com maior empenho sobre a história política, vale ressaltar que nesse período, o estado de Alagoas esteve sob governos de homens, membros de famílias influentes, com bastante recursos e propriedades no estado. A elite local, na maioria das vezes, dedicava-se às diversas funções existentes no poder judiciário (promotores, advogados, procuradores, etc.), econômico (senhores de engenho, entre outros proprietários de terras) e militares.

Para construir o debate foi necessário um mapeamento da documentação e seleção das fontes, além de um íntimo diálogo com a bibliografia relacionadas à História do Trabalho, História de Alagoas e outras produções intelectuais nas áreas da Sociologia, Antropologia, Filosofia e Arquitetura, que deram chances à compreensão do processo de experiência e cotidiano da classe trabalhadora na virada do século em Maceió.

Nesse sentido, essa dissertação está subdividida em quatro capítulos, que dispõem-se entender tanto o debate da história social do trabalho no Brasil e em Alagoas, assim como o cotidiano do trabalho pós abolição, observando-os a partir de sujeitos já inseridos no contexto do trabalho no Brasil, sendo em sua maioria trabalhadores e trabalhadoras negras, pobres e nacionais⁷.

O primeiro capítulo, é uma resumida leitura a respeito do estudo da História Social do Trabalho, partindo dos/das intelectuais marxistas britânicos. Primeiramente é elaborada uma tentativa de compreender os questionamentos feitos pelo historiador Edward Palmer Thompson, a partir de sua principal obra, *Formação da Classe Operária Inglesa*, buscando entender a classe como “fenômeno histórico”, nos quais sujeitos “assumem” papéis sociais – que ultrapassam qualquer conceito sociológico que tentem enquadrá-los. Para isso, tal como proposto pelo historiador, é imprescindível o diálogo articulado entre história e as ciências humanas, para uma possível compreensão a respeito da “experiência” da classe trabalhadora⁸ e suas complexidades, vivenciadas entre processos de “liberdade” da escravidão⁹ e o trabalho

6 MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Idem.

7 DOS SANTOS, Carlos José Ferreira. Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915. Annablume, 1998.

8 THOMPSON, E.P. Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 10

9 LARA, Sílvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Projeto História. São Paulo (16): 25-38, fev. 1998, p. 28

“pós abolição”. Nessa discussão, partindo do conceito de experiência, é importante destacar que ele é pensado na vida cotidiana, que segundo a filósofa húngara Agnes Heller, “é a vida do homem inteiro”, e que por sua vez, interage em todos espaços sociais, seja privado ou público.

Experiência e Cotidiano aqui, estão sendo pensados baseados na reflexão thompsoniana, mas contextualizada no período de abolição de populações, que durante mais de três séculos, foram forçados à vida escravizada. A historiadora norte americana Natalie Zamon Davis e o historiador francês Fernand Braudel alertam para o debate sobre a importância que as Ciências Sociais tem no fazer historiográfico. Segundo Davis, é um dos importantes “meios de interpretação” que visualizam as diversidades nos comportamentos sociais.

A “abrangência” conceitual e teórica da História Social, permite realizar um amplo estudo sobre a classe trabalhadora, a partir de suas complexidades vivenciadas em momento de transformações políticas, econômicas e sociais no país. Nesse caso, foi fundamental a “observação” a partir desse diálogo, porém, alinhado em discussões que envolvam homens, mulheres e crianças negras, indígenas e nacionais pobres, como reflexo da maior parcela da classe trabalhadora em Alagoas pós abolição.

O segundo capítulo se dispõe fazer um breve debate historiográfico de Alagoas pós abolição, que por sua vez, caminha lentamente para a compreensão da história do trabalho nesse período, principalmente no que diz respeito aos costumes e experiências da classe. Vale ressaltar que Alagoas tem bastante intimidade com trabalho desempenhado principalmente por homens, mulheres e crianças negras, como é destacado nas pesquisas relacionadas ao século XIX.

Na década de 1980, cuja conjuntura estava delineada pelo centenário jurídico da abolição dos povos escravizados, pelo fim do golpe militar, pelo processo de redemocratização política do Brasil e pela retomada de força dos movimentos sociais – em principal o movimento sindicalista –, surgiram novas perspectivas sobre história, assumindo novas estratégias para conhecimento a respeito da classe trabalhadora. Foi nesse período que as obras de Thompson e a História Social ganharam destaque nos estudos sobre a classe trabalhadora no Brasil, principalmente ao buscar entender os processos de “transformações” nas relações de trabalho na virada do século XX. Diante desse processo, pesquisadores e pesquisadoras atentaram em seus trabalhos, críticas à História Tradicional e a História do Trabalho, que anteriormente “traçaram o perfil” de trabalhadores no Brasil do século XX, como sendo “branco, masculino e europeu”. Nesse sentido, foi e continua sendo necessário questionar os silenciamentos da nossa história. Vários pesquisadores e pesquisadoras envolveram pesquisa sobre quem são os trabalhadores e trabalhadoras na virada do século XIX para o XX. Cláudio Batalha, Silvia H.

Lara, Flávio Gomes, Álvaro Nascimento, Casé, Sidney Chaloub, Wlamyra Riberiro, entre outros e outras, que ajudam trazer questões à história e historiografia nacional, assim como alagoana.

A partir dessas leituras, é colocado em debate os caminhos traçados entre a pequena historiografia alagoana e os demais escritos sobre a capital no início do século XX. O alagoano Moacir Medeiros de Sant'Ana, bacharel em Direito, atenta para questões importantes, das quais é possível ter noções sobre a economia do estado nas primeiras décadas do século XX, bem como os trabalhos do jornalista Craveiro Costa, que escreve sobre a dinâmica social da então capital alagoana¹⁰ e do literato Félix Lima Junior, que através de suas crônicas, tenta ajudar compreender como a “vida” estava organizada na capital alagoana, nesse mesmo período. No que diz respeito ao debate sobre trabalho e trabalhadores em Alagoas, mais especificamente, é de suma importância referenciar o historiador Osvaldo Batista Aciolly Maciel, tendo ele realizado uma brilhante pesquisa documental sobre as organizações de “Caixeiros” e “Tipógrafos” entre fins do século XIX e início do século XX.

Ao nos perguntarmos quem eram os trabalhadores e trabalhadoras em Maceió na primeira década do século passado, nos localizamos entre pessoas que começaram a ocupar as ruas de comércio de Maceió para o desenvolvimento de suas atividades cotidianas. Neste ponto, é possível fazer um paralelo, e não uma mera comparação, com os aspectos apontados por Antônio Luigi Negro quando questiona o conceito tradicional de classe trabalhadora para pensar os trabalhadores soteropolitanos. Tanto o caso da capital baiana, quanto da capital alagoana, “Aqui, certamente, ex escravos passam a fazer parte das ruas e das relações socioeconômicas na capital.”

Como a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras que compõem essa pesquisa estão inseridos nos campos de trabalhos informais, muito dificilmente a documentação irá apresentar os indicativos de cor em suas informações sobre esses setores da classe trabalhadora. Dessa forma foi necessário recorrer à pesquisa de períodos que antecedem a discussão de abolição. Esse debate faz uma “ponte” com os argumentos do historiador Danilo Luiz Marques, quando o mesmo utiliza o romance de Pedro Nolasco Maciel para refletir o processo de libertação de escravizadas na capital alagoana:

O romance Traços e Troças, [...] de fins da década de 1880 nos apresenta a história de amor entre um alfaiate, Manoel, e uma garota “pimenta e mal educada” de nome Zulmira. Ao longo da narrativa principal, apresenta indícios de como se configuravam os costumes e o cenário urbano de Maceió, nos

10 COSTA, Craveiro. Maceió. Maceió: Edições Catavento, 2011.

trazendo uma visão panorâmica da cidade de fins do século XIX e, em algumas passagens, nos remete à presença africana no cotidiano da capital alagoana. Como a história do africano Félix, acusado de praticar feitiçaria: Lera nos jornais que dois carteiros do correio Luiz Cunha e Anastácio Costa, ambos jovens vendendo saúde, morreram de febres palustres em poucos dias, porque abriram um pacote de feitiço vindo do Rio para o africano Félix da Costa, em Jaraguá, que outro empregado estava enfermo: que o prelo do jornal que dera notícia, chamando a atenção da polícia, quebrara-se: que o Braz, subdelegado, teve receio de prender o negro feiticeiro. (MACIEL, 1964, p. 147).

O terceiro capítulo, partindo do trabalho empírico, com o mapeamento e análise das fontes, apresenta um discurso no qual envolve sujeitos inseridos numa determinada realidade. “O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro”¹¹. A principal documentação dessa pesquisa está centrada em jornais que circularam em Alagoas, principalmente na capital, entre o fim do século XIX e o início do século XX. Dentre todos que serão listados no final, destaco os principais: *O Proletário* (1893/1902), *Gutenberg* (1892-1911), *O Caixeiro* (1893) e *Perseverança* (1909-1910)¹². Paralelo à essa documentação, faremos uma discussão com os *Relatórios de Presidentes dos Estados Brasileiros*, mais especificamente de Alagoas (publicados anualmente), obras literárias e pesquisas que de algum modo contribuem para percorrer os caminhos do trabalho urbano na capital alagoana no início do século XX.

Tal como atentou para sua pesquisa "*Direitos trabalhistas em construção: as lutas pela jornada de oito horas em Pernambuco, 1890-1891.*" publicada na *Revista Tempo* em 2016, Marcelo MacCord questiona a documentação que não aponta a cor dos trabalhadores

As fontes da atual pesquisa invisibilizam a cor do trabalhador, mas lido com mercados de trabalho que receberam pouquíssimos imigrantes no final do século XIX e continuaram contratando descendentes de africanos.¹³

No caso de Alagoas, a documentação da pesquisa, o caso de cor se repete, assim como a falta da presença de mulheres trabalhadoras em seus “discursos”. Pesquisas relacionadas à trabalho, escravidão e abolição no século XIX são fundamentais para essa reflexão.

11 MARTINS, Suely Aparecida. As contribuições teórico-metodológicas de EP Thompson: experiência e cultura. Em Tese, v. 2, n. 2, p. 23-36, 2006. apud E.P. THOMPSON (1981)

12 Esses periódicos estão hospedados no site da Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>; exceto o exemplar de 1902 de *O Proletário*, que se encontra arquivado no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

13MAC CORD, Marcelo. "Direitos trabalhistas em construção: as lutas pela jornada de oito horas em Pernambuco, 1890-1891." *Tempo* 22.39 (2016), p. 177, 178.

Nas últimas três décadas, novas pesquisas acadêmicas sobre a formação da classe operária brasileira relativizaram a referida rigidez teórica. Perdeu espaço o essencialismo que moldou as experiências dos sujeitos que viveram do suor do próprio rosto na fôrma explicativa dos analistas. Nesse sentido, mas sem abandonar o referencial marxista, houve avanços significativos nos estudos tanto do período posterior aos anos 1930 quanto da Primeira República. Mais recentemente, outras investigações seguiram alargando suas balizas temporais até o Império do Brasil, permitindo que conheçêssemos as demandas da até então pouco conhecida “classe artística”, composta por artífices e suas associações. Outro panorama que se descortinou é a superação do paradigma que restringiu ao Rio de Janeiro e a São Paulo o protagonismo na formação da classe operária nacional.⁶ Da mesma forma, a historiografia tem problematizado o papel hegemônico que foi dado aos imigrantes europeus, trabalhadores brancos, em sua constituição. Isso tem permitido, por exemplo, demolir a pretensa “anomalia” e “incapacidade” dos negros para atuarem como sujeitos históricos na sociedade pós-abolicionista e em seus mundos do trabalho.¹⁴

Como apontado em “Comércio Interprovincial de Escravos em Alagoas no Segundo Reinado”, a historiadora Luana Teixeira faz uma interessante discussão sobre o mercado de africanos e seus descendentes no século XIX em Alagoas. A pesquisa foi realizada com documentação que relaciona a passagem de africanos pelos portos de Maceió e Penedo, vendidos aos cafeicultores no Sudeste do país¹⁵. Essa pesquisa não está voltada para o século XX, mas ajuda traçar “perfis” sociais pós-escravidão em Alagoas, que é o sentido desse debate.

O quarto capítulo aponta para discussão de quais condições sócio econômicas e culturais Maceió encontrava-se no período pós-abolição. Inicialmente faz um debate acerca da organização da própria cidade, apresentando as principais regiões de presença da classe trabalhadora, tanto condizente aos locais de trabalho, quanto aos espaços de moradias, divertimento e religiosidade. Vale ressaltar que esse período é marcado por um crescimento desordenado da cidade e que deu-se com foco no desenvolvimento do capital, no enriquecimento das elites e nas transformações nas relações de trabalho escravo para trabalho “livre”. Essa desorganização trouxe consigo um grande número de conflitos e miséria ao estado. Nos deparamos nesse cenário tanto quando analisamos jornais locais, que denunciam o número de mendigos nas ruas da capital alagoana¹⁶, quando vemos relatos de trabalhadores que denunciam as péssimas condições, longas jornadas de trabalho e as precárias condições de

¹⁴ MAC CORD, Marcelo. Direitos trabalhistas em construção: as lutas pela jornada de oito horas em Pernambuco, 1890-1891. *Tempo*, v. 22, n. 39, 2016.

¹⁵ TEIXEIRA, Luana. *O comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016, p. 116

¹⁶ Mendicidade. *Perseverança*, 15 de agosto de 1909, ano 1, n 2

moradia¹⁷. A mendicidade foi um elemento importantíssimo para esse processo de análise, devido ao grande número de denúncias feitas diariamente nos jornais da cidade, assim como os exemplos dados na literatura alagoana. Por fim, e não menos importante, um espaço foi destinado para destrinchar minimamente as lutas enfrentadas pela classe trabalhadora nesse período de transição em busca por direitos, sendo eles tanto a libertação da própria escravidão nos anos finais do século XIX, assim como as diversas formas de enfrentar a precariedade da vida encontradas na capital alagoana no início do século XX.

¹⁷ ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Crônicas alagoanas vol. II – Notas sobre poder, operários e comunistas em alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2006.

II. CAPÍTULO 1 – HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS: TRABALHO PÓS ABOLIÇÃO

1.1 CLASSE TRABALHADORA, COTIDIANO E EXPERIÊNCIA

O Sr. Manoel Araújo Pinheiro fundou, em 1899, a Companhia Elevadora Jacutinguense, levando bondes ao planalto. Era pequeno número de habitantes, gente pobre e humilde que preferia subir a pé as ladeiras da Catedral, do Cortiço, do Brito e dos Martírios. O movimento nos veículos foi pequeno e não registrou lucro. Em 1901 ou 1902 cessou o serviço e a Catu adquiriu o acervo Jacutinguense. Em fevereiro de 1908, tendo aumentado o número de pessoas residentes no Jacutinga e atendendo a constantes reclamações, foi o tráfego restabelecido.¹⁸

Tal como afirma o inglês Edward Palmer Thompson, “A classe acontece quando alguns homens, com resultados de experiências comuns [...] sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si”. Thompson foi militante do Partido Comunista da Grã-Bretanha, ao lado de outros historiadores marxistas como Eric Hobsbawm, Christopher Hill e a historiadora Dorothy Thompson. Além de militante, foi um dos mais importantes historiadores marxistas do século XX, cuja teoria e prática estiveram voltadas compreender a “experiência” como uma questão central para análise das práticas sociais, na qual o autor, entre vários questionamentos com o marxismo “ortodoxo”, desenquadra a classe trabalhadora de um “puro” conceito sociológico, e a visualiza a partir de um fenômeno histórico, determinado pelas “relações de produção”.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalvo que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas [...] a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos eferecer um exemplar puro de classe¹⁹

“*A Formação da Classe Operária Inglesa*” é considerada uma das melhores obras do autor e ela se subdivide em três volumes. Originalmente foi lançada em 1963, cuja intenção inicial não fora o debate acadêmico, muito pelo contrário, mas “um passo” de o diálogo com

18 LIMA JÚNIOR, Félix. Maceió de outrora: obra póstuma./Félix Lima Júnior; [organizado por] Raquel Rocha – Maceió: EDUFAL, v.2, p. 31, 2001.

19 THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9 e 10.

operários ingleses, para os quais o autor lecionava na década de 1960. No Brasil, o primeiro volume “Árvore da Liberdade” foi publicado mais de duas décadas após, em 1987, pela editora Paz e Terra. A obra foi escolhida por ser uma das maiores referências para compreender tanto experiência da classe, assim como consciência, que segundo ele:

A classe acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns [...], sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si [...] A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. [...] A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.²⁰

Cinco anos antes, 1968, o historiador francês da segunda geração dos *Annales*, Fernand Braudel, havia publicado o artigo intitulado *Histoire et sciences sociales: la longue durée*²¹, no qual ele afirma que os trabalhos e pesquisas contemporâneas da história, tinham, de modo consciente ou não, encaminhado uma “noção mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional da longa duração”. Há um rompimento com a história tradicional, a história que acontece no “tempo curto”, brevemente, com “relato precipitado, dramático, de curto-fôlego”. Segundo o autor, o tempo tem vários outros elementos que precisam ser avaliados. “[...] a curva de preços, uma progressão demográfica, o movimento dos salários, as variações das taxas de juros[...] exigem medidas bem mais amplas”. Tudo acontece dentro do tempo. “Todo trabalho histórico decompõe do tempo passado”. Infelizmente, isso não ocorre com as ciências sociais. Braudel questiona as ciências sociais, porque, segundo ele, infelizmente, procuram sempre “escapar à explicação histórica”,

[...] isso ocorre por dois procedimentos quase opostos: um “acontecimentaliza”, ou, se quiser, “atualiza” só extremo os estudos sociais graças a uma sociologia empírica, desdenhosa de outra história, limitada aos dados do tempo curto, da investigação colhida no aqui e agora; quanto a outra, ela supera pura e simplesmente o tempo, imaginando nos termos de uma “ciência da comunicação”, uma formulação matemática de estruturas quase intemporais.²²

Tanto Braudel, quanto Thompson, apesar das diferentes abordagens históricas, concordam que a história não caminha solitariamente. As ciências sociais é uma importante

20 THOMPSON, E. P., *Ibidem*, p. 10

21 BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais: a longa duração*. Revista de História, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

22 BRAUDEL, Fernand. *Ibidem*, p. 99, 100.

aliada na longa estrada de observação dos modelos sociais, que por sua vez são fundamentais para pesquisa histórica, mas que precisam estar inseridos em contextos históricos. Ou seja, os conceitos acabam não fazendo sentido, caso não estejam inseridos no tempo e no espaço. “Quer se trate do passado ou da atualidade, uma nítida consciência dessa pluralidade do tempo social é indispensável a uma metodologia comum às ciências humanas”²³.

A historiadora norte americana Natalie Zemon Davis, alinhada à História Social da Cultura, assim como Thompson, publicou um artigo intitulado “*Anthropology and History in the 1980s*” em 1981 na revista estadunidense **Journal of Interdisciplinary History**. Foi publicado no Brasil em 2011, na coletânea **Nova História em perspectiva**, organizada por Fernando A. Novais e Rogerio F. Da Silva. Seu intuito foi “articular” um diálogo que aproximasse os historiadores da Antropologia. Para ela, os estudos antropológicos, possuem quatro características que “tornam úteis para os historiadores”: a) observação acurada de processos vivos; b) meios de interpretação de comportamento simbólico; c) sugestão sobre as diferentes partes de um sistema social que se ajustam umas às outras e d) material sobre culturas diferentes dos que os historiadores costumam usar²⁴. Nesse sentido, a Antropologia é uma “disciplina irmã”, que causa um fundamental impacto na “reflexão historiográfica”, rompendo com o passado imutável e o apresentando através das “várias experiências humanas”²⁵.

Desprendida da pureza dos conceitos, é notório que a experiência acontece ao longo da “vida cotidiana”, que por sua vez “é a vida do homem inteiro”²⁶,

“o homem participa da vida cotidiana com todos aspectos de sua individualidade e personalidade. Nela, colocam-se 'em funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipuladas, suas paixões, ideias, ideologias”²⁷

Cotidiano aqui está sendo pensado a partir da filósofa húngara Agnes Heller. Ela foi aluna e assistente do filósofo marxista Georg Lukács, que concentrou suas pesquisas na discussão sobre estética e ontologia do ser social. Ao lado de outros discípulos do filósofo, fez parte da Escola de Budapeste. *O Quotidiano e a História* é uma obra fundamental para discussão sobre a vida cotidiana. A obra foi lançada originalmente em 1970, mas os marxistas brasileiros Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, fizeram sua tradução e a publicaram pela

23 BRAUDEL, Fernand. Ibidem, p. 89.

24 DAVIS, Natalie Zemon. Antropologia e história nos anos 1980. Nova História, 2011, p. 331.

25 DAVIS, Natalie Zemon, Ibidem, p. 340.

26 HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972

27 HELLER, Agnes. Ibidem, p.17

Editora Paz e Terra em 1972. Podemos dizer que a vida cotidiana é composta por várias “partes”, dentre elas, “a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres, o descanso, a atividade social sistematizada e a purificação”²⁸. Essas partes são heterogêneas, sistematicamente hierárquicas, e inevitavelmente sofrem alterações de acordo com as distintas estruturas sócio econômicas na qual estão inseridas. A vida cotidiana está constantemente presente no “centro do acontecimento histórico”, e segundo a filósofa, ela é a “essência da substância social”. A experiência humana é o “fazer-se” dentro vida cotidiana.

Em consonância com a “amplitude” de possibilidades apresentadas para observar a classe, um dos fatores fundamentais que deve ser destacado é a participação as mulheres nos espaços da sociedade de classes. A historiadora pós estruturalista, norte americana Joan Wallach Scott trouxe para análise, “novas” perspectivas nesse sentido, sendo uma das primeiras tratar a categoria gênero em seus estudos. Em 1986, Scott lança o artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* que desde já, modificaria os “rumos da história”. Em diálogo estabelecido entre os estudos de feministas e pesquisas acadêmicas, ela destaca a falta da presença das mulheres na história, e propõe um “alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva, quanto as atividades públicas e políticas”²⁹.

A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou relegação a um domínio separado ("as mulheres tiveram uma história separada da dos homens, em consequência deixemos as feministas fazer a história das mulheres que não nos diz respeito"; ou "a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica"). No que se refere à participação das mulheres na história, a reação foi, na melhor das hipóteses, um interesse mínimo ("minha compreensão da Revolução Francesa não muda por saber que as mulheres dela participaram"). O desafio colocado por essas reações é, em última análise, um desafio teórico. Isso exige uma análise não apenas da relação entre a experiência masculina e a experiência feminina no passado, mas também da conexão entre a história passada e a prática histórica presentes. Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas a essas questões dependem de uma discussão do gênero como categoria analítica.³⁰

A “abrangência” exposta nos conceitos e categoria acima, permitem realizar um consistente estudo na História Social, no qual envolve pesquisa de áreas distintas que são

28 SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995, p. 18.

29 SCOTT, Joan Wallach. *Ibidem*, p. 73

30 SCOTT, *Ibidem*, p. 74.

referências na pesquisa da classe trabalhadora no Brasil pós abolição. Mais recentemente o debate da ativista e filósofa marxista norte americana Angela Yvonne Davis vem tornando uma importante referência para discussão sobre trabalhadores, e principalmente trabalhadoras negras, antes e pós abolição da escravidão. Em sua principal obra, *“Mulheres, Raça e Classe”*, Davis demarca a presença substancial de mulheres negras na escravidão, nas lutas por liberdade no século XIX e por direitos civis nos Estados Unidos no século XX, a partir de suas experiências e cotidiano. Ela apresenta variadas “formas de resistências” encontradas por trabalhadores e trabalhadoras, fora das instituições partidárias e sindicais como comumente são conhecidas as lutas trabalhistas. Se para a historiografia e para as ciências humanas a mulher negra foi sempre esteve fora espaço do “dito”, através de documentações (cartas, documentos de cartório, jornais, legislação, etc) ela demarca não apenas a presença, mas a importância dessas – por inúmeras vezes silenciadas – como parte fundamental para entender as relações de trabalho e seus “pesos” na sociedade norte americana. Em pouco mais de duzentas páginas, Davis busca compreender os caminhos percorridos pelas mulheres negras nos Estados Unidos, desde seu processo de escravização, sua constituição familiar dentro de uma sociedade patriarcal e sua presença fundamental na luta por direitos civis nos Estados Unidos pós escravidão. Nessa obra, brilhantemente, ela rompe com a ideia de homogeneidade nos costumes entre mulheres negras e brancas, partindo, essencialmente das contradições sociais expostas em uma sociedade condenatória à população negra por seus costumes. A principal reflexão desta obra, baseada em críticas ao “marxismo ortodoxo”, está sob as condições as quais mulheres, de uma “mesma classe social”, tiveram (e ainda tem) experiências tão distintas devido não apenas ao gênero, mas seu lugar étnico racial na sociedade de classes, trazendo um “elemento” que nem se sobrepõe, muito menos subtrai a condição classista, pelo contrário, demarca o “lugar” nas pirâmides das desigualdades sociais.

Depois de um quarto de século de “liberdade”, um grande número de mulheres negras ainda trabalhava no campo. Aquelas que conseguiram ir para a casa-grande encontraram a porta trancada para novas oportunidades – a menos que preferissem, por exemplo, lavar roupas em casa para diversas famílias brancas em vez de realizar serviços domésticos variados para uma única família branca. Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia.³¹

Por mais que essa não seja uma pesquisa exclusivamente sobre a exploração das mulheres negras nos Estados Unidos, e que certas bases de análise muitas vezes se distanciem

31 DAVIS, Angela Y. Mulher, raça e classe. Boitempo, 2016, p. 95

da realidade brasileira, é fundamental entender as contradições expostas por Davis sobre a vida de mulheres e crianças negras, que diversas vezes se assemelham na realidade brasileira, tanto pela exploração e tortura durante mais de três séculos de escravidão, como pelas condições precárias do trabalho assalariado.

Em *O Calibã e a Bruxa*, publicado em 2004, a escritora, ativista feminista e professora italiana Silvia Federici, aponta as “múltiplas faces” do capitalismo e suas relações de trabalho em distintos lugares do mundo, com limites e realidades distintas. Federici faz uma análise do capital e as relações de trabalho no século XX e XXI, em discussões baseadas em críticas, acordos e desacordos com os pensadores Karl Marx e Michael Foucault, apontando o papel fundamental das mulheres nas relações de reprodução do capital, sobretudo deixando claro o “esquecimento” dos autores a respeito da questão de gênero neste processo. Sobre o desenvolvimento do capitalismo no continente Europeu e sua relação de exploração com o Brasil ela afirma:

Com sua imensa concentração de trabalhadores e uma mão de obra cativa, arrancada de sua terra e que não podia confiar no apoio local, a *plantation* prefigurou não apenas a fábrica, mas também o uso posterior da imigração, além da globalização voltada a reduzir os custos do trabalho. Em particular, a *plantation* foi um passo crucial na formação de uma divisão internacional do trabalho que — por meio da produção de “bens de consumo” — integrou o trabalho dos escravos a reprodução da força de trabalho europeia, ao mesmo tempo que mantinha os trabalhadores escravizados e os assalariados geográfica e socialmente separados.³²

Portanto, para o amadurecimento do estudo sobre trabalhadores e trabalhadoras é necessário ultrapassar a discussão econômica e/ou política, mas exige uma minuciosa observação através das diversas áreas de conhecimentos e da “historicização” dos conceitos propostos no contexto. Gênero e raça são categorias fundamentais de análise nessa pesquisa, justamente por tratar de um período da história do trabalho no Brasil, baseado em mudanças nas relações de trabalho, demarcadas entre trabalho escravo e assalariado, tornando visível a presença maciça da população negra, das mulheres e crianças, que por tempos, passaram “despercebidos” no discurso histórico “tradicional” sobre classe.

1.2 HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL

Desde a década de 1980, as obras de Thompson e a História Social ganharam relevância

32 FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

na reiteração dos estudos sobre a classe trabalhadora no Brasil, principalmente os que buscavam entender os processos de “transformações” nas relações de trabalho na virada do século XX. A produção historiográfica sobre trabalho e trabalhadores, até então, esteve limitada aos estudos produzidos por militantes de esquerda e suas respectivas organizações, que buscaram através da escrita, a legitimação de sua própria história e ideologia. Porém, os anos 1980, cuja conjuntura estava delineada pelo centenário jurídico da abolição dos povos escravizados, pelo fim do golpe militar, que durou vinte e um anos, e pela retomada de força dos movimentos sociais, no processo de redemocratização política do Brasil, em principal o movimento sindicalista trouxe distintas perspectivas, assumindo novas estratégias.

Tal renovação da historiografia brasileira não brotou do nada, como que por encanto. O país vivia um momento muito especial de sua história intelectual e política quando os historiadores da escravidão e do movimento operário travaram diálogos com as obras de E. P. Thompson. Dávamos consistentes passos no processo de redemocratização, os sindicatos mais combativos se reorganizavam, os programas de pós-graduação em história conquistavam contornos mais profissionais, um modelo mais ortodoxo de marxismo era questionado pelas bases e os movimentos sociais reemergiam nas ruas. As conjunturas impunham novas agendas aos intelectuais de esquerda. Neste movimento, as classes subalternas fizeram pressão por legitimidade social, direito à memória e ampla participação política.³³

Experiência e cultura operária, conquistou espaço entre pesquisadores e pesquisadoras no Brasil, que dedicavam seus estudos para o entendimento das complexidades vivenciadas pelos trabalhadores no país. Porém, antes de iniciar qualquer debate sobre trabalho, trabalhadores e trabalhadoras no período pós abolição do Brasil, vale ressaltar que Thompson desenvolveu sua pesquisa com uma visão direcionada à classe trabalhadora inglesa no século XVIII, inseridos no processo de industrialização e formação do operariado inglês. O que não é o caso no contexto brasileiro. Os estudos thompsonianos no Brasil se deram, muito em grande parte, pelo interesse em entender o contexto histórico nos quais estavam inseridos os trabalhadores e trabalhadoras no Brasil do século XX, buscando lacunas e abismos existentes entre trabalhadores escravizados e livres, entre senzalas e fábricas, entre quilombos e sindicatos; um contexto histórico totalmente distinto da realidade do historiador inglês, mas com preocupações em lacunas e silêncios, fundamentais para compreender a história a partir do cotidiano “dos de baixo”, da classe trabalhadora invisível de nossa história tradicional.

Desprendendo-se dos “modelos” – criados pela sociologia e utilizados pela história - Thompson traz um importante debate a respeito da pesquisa empírica no ofício do historiador,

33 CORD, Marcelo. EP Thompson, a historiografia brasileira e a valorização das experiências dos trabalhadores. Revista trabalho necessário, v. 12, n. 18, 2018.

no intuito de desvendar a história dos trabalhadores e trabalhadoras para além de seus locais de trabalho e suas organizações classistas, mas no “fazer-se da própria classe”, como ele afirma no volume um de “A formação da classe operária inglesa: Árvore da Liberdade”.

Em meio a efervescência política que o Brasil estava inserido no fim do golpe militar, e diante as renovações nos estudos sobre *trabalho*, “diferentes” questões começaram surgir para história e as ciências humanas. Gênero, etnia e raça, justiça do trabalho, adentraram no debate.

Em 1985, a historiadora Margareth Rago, formada pela Unicamp, influenciada naquele momento tanto pelas leituras de Thompson, quanto Foucault, fez uma versão de sua dissertação que foi publicada como *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*³⁴, através da editora Paz e Terra. Essa obra se propõe como caminho para pensar “as formas de disciplinarização da vida social dentro e fora das fábricas”, e “coloca na roda” mulheres e crianças como sujeitos históricos inseridos no processo de exploração da classe trabalhadora em questão.

O movimento operário, por sua vez, liderado por homens, embora a classe operária do começo do século fosse constituída em grande parte por mulheres e crianças, atuou no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar. Ao reproduzir a exigência burguesa de que a mulher operária correspondesse ao novo ideal feminino de mãe, “vigilante do lar”³⁵

É preciso evidenciar a importância da obra no momento histórico que foi escrita – que retira do horizonte a figura única do homem trabalhador fabril e sindicalista no início do século XX – mas sem esquecer de destacar e criticar os silenciamentos sobre a presença (massiva) de mulheres e crianças negras como parte constitutiva do processo histórico do trabalho pós abolição em São Paulo e no Brasil inteiro. Nesse sentido, é importante questionar o perfil correspondente às mulheres trabalhadoras no Brasil da Primeira República. A pergunta se faz não apenas à historiadora, mas ao país que por mais de três séculos escravizou centenas de mulheres indígenas e africanas, além de homens, e crianças³⁶. E tratando especificamente da condição da mulher no espaço do trabalho e na acumulação primitiva do capital:

34 RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar - Brasil, 1890-1930*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. O título original da tese é *Sem fé, sem lei, sem rei. Liberalismo e experiência anarquista na república*, defendida em 1984.

35 RAGO, Luzia Margareth. *Ibidem* p. 63.

36 A pesquisa da classe trabalhadora nacional e pobre tem sido assunto central para diversos pesquisadores e pesquisadoras da História Social do Trabalho no Brasil. Dentre eles destaco dois pesquisadores fundamentais para fazer essa conversa: o historiador Marcelo MacCord, doutor em História pela Unicamp e Carlos José Ferreira dos Santos, doutor em História pela PUC SP.

Na ocasião, discutimos a atualidade do tema da caça às bruxas no Brasil, tendo como foco as estratégias relançadas pelo capitalismo a cada grande crise e as possibilidades de resistência dos movimentos de mulheres. Para além de pensar o tema apenas circunscrito a Inquisição no Brasil e a caca às bruxas do período colonial, entendemos que esse fenômeno ainda está presente no encarceramento massivo de mulheres negras perpetrado pelo Estado; na sub-representação ou representação deturpada da mulher nos meios de comunicação; nas violências obstétricas contra as cidadãs que recorrem ao Sistema Único de Saúde (sus); nos corpos das vítimas da violência policial nas periferias; e na experiência cotidiana de perseguição, silenciamento, agressão e invisibilização das mulheres trans, travestis e prostitutas, entre tantos paralelos essenciais.³⁷

Porém, mesmo com a abertura nas perspectivas históricas, é nítido que os estudos do trabalho no Brasil, ainda não tem como “horizonte” o entendimento das mulheres negras nesse processo. Por sua vez, essa “prática” deixa parte fundamental das relações de trabalho por fora do debate, e talvez, “mascarando” os “pesos e medidas” que o capital impõe sobre a vida da maior parcela de trabalhadores e trabalhadoras, até o tempo presente. Lavadeiras, arrumadeiras, cozinheiras, quitandeiras, entre outras, passam, por diversas vezes, invisíveis, aos olhos claros dos/as estudiosos/as do trabalho. Um passo significativo foi dado no instante que se “rompe” com a imagem única do trabalhador no Brasil, como branco, masculino e europeu. Todavia, outras barreiras precisam cair abaixo.

Trabalho, lar e botequim, obra do historiador e pesquisador do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Cecult-Unicamp), Sidney Chalhoub, publicada em 1986, pela editora Braziliense, apresenta, através da utilização de processos criminais como fonte primária, cenas do cotidiano da classe trabalhadora no Rio de Janeiro na Primeira República. Zé Galego, Paschoal e Júlia são os protagonistas desta história através de “histórias de amor, brigas de botequim, tensões entre indivíduos, grupos étnicos e nacionalidades, a trama do dia a dia, as formas de como ganhar a vida no Rio de Janeiro da chamada *belle époque*, para descobrir no cotidiano da classe, um outro lugar da política” como dito por Maria Clementina Pereira Cunha, na “orelha” da 3ª edição, publicada em 2012 pela Editora da Unicamp.

Transformar o agente social expropriado em homem de bem – isto é, um trabalhador assalariado – requer também o exercício de um controle sobre a sua vida fora do espaço do trabalho, pois, afinal, um indivíduo integrado à sociedade se define ainda por certos padrões de conduta amorosa, familiar e social³⁸

37 Essa obra chegou ao Brasil em 2017, traduzido pelo Coletivo Sycorax e publicado pela editora independente Elefante. FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa : mulheres, corpo e acumulação primitiva / Sivia Federici. Título original: Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation. Tradução: coletivo Sycorax, p. 9

38 CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: os cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque* / Sidney Chalhoub. - 3ª ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 171.

Chalhoub refere-se, nesta obra, aos “bastidores” do Rio de Janeiro, a então capital do país, num período de crescimento econômico e fortalecimento da política republicana. Também influenciado pelas leituras de Thompson e Foucault, analisa a vida do “trabalhador comum”, por fora dos movimentos sociais, ao mesmo tempo que trata a “pluralidade de sujeitos políticos sociais como questão central. E faz

[...] uma crítica à maneira como a sociologia e a historiografia [...] sobre movimento operário em particular, “representavam os trabalhadores e sua experiência na história, isto é, havia a tendência de reduzir a história dos trabalhadores àquela dos movimentos políticos organizados, julgado todos a partir de um modelo determinado de desenvolvimento da “consciência de classe”³⁹

No capítulo *...Amando...* ele chama atenção para o “problema da relação entre normas de comportamento dominantes e classes sociais tem sido tradicionalmente abordado[...] do ponto de vista patológico”⁴⁰. A partir daí, cria o argumento que questiona “tanto os homens que ocupam os espaços de poder quanto os cientistas sociais”, que definem o padrão de comportamento dominante como o padrão universal. Para questionar e argumentar, ele faz uma menção aos “negros libertos”, na qual tanto no “debate sobre repressão da ociosidade”, feito pelos barões, na Câmara dos Deputados em 1888, que os caracterizavam com “costumes depravados” e “cheios de vícios”, quanto dos cientistas sociais, que afirmam sobre o mesmo negro liberto que apresenta “deformações introduzidas em sua pessoa pela escravidão”, reforçando a imagem da população negra como imoral à “existência social”⁴¹

Em *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930* organizado pelo historiador Jorge Ferreira e pela cientista política Lucilia de Almeida Neves Delgado, o historiador da Unicamp Claudio H. de Moraes Batalha publica o artigo *Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva*, no qual aponta reflexões necessárias ao estudo do trabalho na virada do século XX. Inicialmente ele demonstra que nas pesquisas há uma “imposição do trabalho assalariado sem a concorrência do trabalho escravo”. Nesse contexto, afirma que não podemos associar as organizações e relações de trabalho umas sobre as outras, tendo em vista a coexistência durante um determinado tempo, dentro dos mesmos setores de trabalho. Dessa forma, a reflexão de um processo lento de formação da classe trabalhadora, que não ocorre de forma mecânica, na mesma proporção da

39 CHALHOUB, Ibidem. prefácio à segunda edição., p. VI

40 CHALHOUB, Sidney. Ibidem, 172

41 CHALHOUB, Sidney. Ibid, apud, *Anais da Câmara dos Deputados, 1888*. Debate sobre a lei de repressão à ociosidade. apud. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo – Ática, v.1, 1978, pp.20 e 154-55

industrialização, mas como um processo conflituoso marcado por recuos e avanços, sendo constituída na ação coletiva e todas as manifestações que afirmam seu caráter de classe⁴²

Recentemente o historiador carioca Álvaro Pereira Nascimento publicou um artigo intitulado *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”*: contribuições à história social do trabalho no Brasil, na **Revista Estudos Históricos**, do Rio de Janeiro, no qual faz um debate baseado no “paradigma da ausência” que expõe críticas aos estudos do Mundo do Trabalho pela ausência da população negra na historiografia. “Para onde foi população negra pós abolição?” é uma pergunta que tem sido feita com mais frequência nos últimos anos, através de influência dos movimentos sociais e da relação entre história e as outras disciplinas das ciências humanas.

Alguns se defendem culpando as fontes que não trazem a cor dos trabalhadores ou alegando que não conseguiram tempo para “ir atrás”, como ouço em debates nas mesas de congressos e simpósios. Amparados pela frágil argumentação da “transição do trabalho escravo para o livre”, outros propõem e seguirão objetivos que não abrangem o período anterior a 1888. Reconhecemos as dificuldades enfrentadas em alguns trabalhos, mas, perguntamo-nos, **será que dialogamos com colegas da escravidão e do pós-abolição para buscarmos outras fontes e ferramentas teóricas e metodológicas sensíveis à participação da experiência de negros e negras na formação do mundo do trabalho e do próprio movimento operário**, nas escalas local, regional, nacional e transnacional?” (grifo meu)⁴³

É nesse entrave do debate, entre resistência e liberdade, que Silvia Hunold Lara destaca que é importante pensarmos quais noções assumimos como perspectiva para essa discussão.

Às vezes ser livre significou poder viver longe da tutela e do teto senhorial ou poder ir e vir sem controle ou restrições; outras vezes, significou poder reconstituir laços familiares e mantê-los sem o perigo de ver um membro da família ser comercializado pelo senhor. Muitas vezes, a liberdade significou a possibilidade de não servir a mais ninguém, e, aqui a palavra liberdade adquire dimensões econômicas, conectando-se a luta pelo acesso da terra: durante a escravidão e depois da abolição, muitos ex escravos lutaram para manter condições de acesso à terra, conquistadas durante o cativeiro. Como se poder ver, estamos bem longe de entender a liberdade como a possibilidade de vender “livremente” a força de trabalho em troca de salário.⁴⁴

Tendo em vista que o Brasil recebeu um grande contingente de imigrantes europeus (de diversas localidades) para ocupar os locais de trabalho, Antônio Luigi Negro e Flávio Gomes, apontam que a “entrada maciça” desses imigrantes teve seu início a partir da segunda metade do século XIX, vindo tanto para trabalhar nas áreas urbanas, quanto rurais no Brasil. A

42 BATALHA, Cláudio HM. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. FERREIRA, J.; DELGADO, LAN Brasil Republicano: da proclamação da República à Revolução de, v. 30, 1930. .

43 NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, p. 607-626, 2016. , p. 609

44 LARA, Silvia H. *Ibidem*, p. 28

historiografia tradicional, que aponta o trabalhador na Primeira República é “masculino, branco e europeu”, criou a imagem do trabalho consoante à imagem do “progresso” no Brasil republicano do século XX. Claudio Batalha afirma que os brancos e estrangeiros compunham a classe trabalhadora, principalmente no Estado de São Paulo e na região sul do Brasil, devido ao forte fluxo migratório de origem europeia para essas localidades. E as mulheres, por sua vez, tiveram um papel significativo, principalmente, no setor têxtil e de vestuário⁴⁵.

É nesse sentido que o “paradigma da ausência”, de Álvaro Nascimento apresenta duas questões relevantes, que contribuem significativamente sobre os questionamentos que historiadores e historiadoras podem fazer em suas pesquisas sobre trabalhadores e trabalhadoras no Brasil: buscar entender o tipo de relação existente entre trabalho escravo e trabalho livre no Brasil, partindo da historiografia e quais problemas derivados desse “paradigma da ausência” são expostos por ela.

A historiografia que investiga trabalhadores pobres e o movimento operário na República tende a não incluir o componente cor dos indivíduos pesquisados em suas páginas. Essa ausência torna-se ainda maior nas pesquisas voltadas para os séculos XX e XXI, quando a cor dos trabalhadores é frequentemente invisibilizada⁴⁶

Nesse artigo inicia o debate fazendo uma discussão a partir de uma “fala” de Sidney Chalhoub, no simpósio *E.P. Thompson e o Brasil*, na ANPUH de 2001, onde lança o protagonismo negro como sendo pioneiro na luta dos trabalhadores no Brasil, questionando o discurso unilateral da luta “anarquista” dos trabalhadores europeus. É fundamental afirmar que a história do trabalho no Brasil, não tem início no século XX. Assumir esse discurso é admitir uma historiografia racista, que apresenta a cultura e os costumes da população negra como degenerados, tornando-os incapazes de serem admitidos na “civilidade” do mundo do trabalho no século XX. Como disse Chalhoub “é preciso mudar a tonalidade e até o sentido de nossas perguntas”⁴⁷.

A luta dos escravos pela liberdade na segunda metade do século XIX foi o primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil. Os escravos organizaram-se coletivamente para obter a liberdade, negociaram condições de trabalho, fizeram greves, recorreram à justiça para conseguir alforrias e para confrontar os senhores de diversas formas. Enfim, articularam uma cultura política complexa que ajudou a enterrar a sociedade senhorial-escravista.⁴⁸

45 BATALHA, Claudio H. M. *Ibidem*, p. 173

46 NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Idem*

47 CHALHOUB, Sidney. *Ibidem* p. 173.

48 NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Ibidem*, apud. CHALHOUB, Sidney. O primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil. Livro de Resumo – XXI Simpósio Nacional de História. Niterói: UFF, 2001

Segundo Álvaro Nascimento, os que ele chama de “colegas da história”, que dedicam suas pesquisas sobre trabalho no século XX, quase raramente demonstram interesse em entender a diversidade nas resistências da população negra e quais problemas raciais foram enfrentados no mundos do trabalho. “Foram os historiadores da escravidão e da pós-abolição que mais investigaram mulheres e homens negros no processo. Encontraram-nos/as nas fábricas enquanto operários/as”.

Wlamyra Riberiro Albuquerque, historiadora formada pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL), mestre em história pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisadora da abolição e racialização pós abolição no Brasil, faz um trabalho fundamental, em seu doutorado, para discutir as estruturas do racismo no Brasil, envolvendo as lutas de trabalhadores e trabalhadoras escravizadas no fim do século XIX. A pesquisadora procura compreender a ideia de raça no contexto pós abolição no estado da Bahia e quais impactos que isso teve na vida da população negra que fora escravizada. Ela faz um caminho de estudo para entender o processo de abolição do trabalho escravo, que por sua vez perpassa não apenas pelas questões econômicas, baseadas nas disputas inglesas e portuguesas do mercado internacional. Sua pesquisa só faz sentido quando entendida em um contexto cercado das problemáticas socioculturais e também políticas como parte constituinte desse processo.

Os juristas Tavares Bastos e Nabuco de Araújo criaram na década de 60 o jornal *A Reforma*, instrumento de propaganda pelo fim gradual da escravidão, sem o comprometimento da ordem e economia nacional.

Para Tavares Bastos por não existirem no Brasil “distinções sociais ou políticas por causa de cores ou raça”, depois da emancipação dos escravos “[dar-se-ia] o contrário dos Estados Unidos.” Pois, “aqui não há como lá, desigualdade real das raças; não há profundas antipatias entre elas; o preto e o mulato gozam aqui de todos os direitos políticos.”⁴⁹

Segundo Albuquerque, o abolicionista pernambucano Joaquim Nabuco, também manteve a mesma “linha” dos juristas mencionados acima, fortalecendo as afirmações que tentaram atenuar o “peso” da escravidão no Brasil, “colocando debaixo do tapete” o caráter racista das instituições. Sob a “bandeira abolicionista” reuniu-se diversos segmentos da sociedade, com propostas e intenções distintas.

A pesquisadora afirma que o “13 de maio de 1888”, na verdade, libertou “uns poucos negros”, porque a maioria “já havia conquistado suas alforrias através de inúmeras estratégias”.

49 ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de; FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Centro de Estudos Afro-Orientais, 2006. p. 63

Dados estudados por Luis Anselmo, João José Reis fazem uma estimativa que entre 1972 e 1888 a população escravizada em Salvador decaiu de 12% para 2,5%⁵⁰. A partir disso, é possível buscar “novos” caminhos para entender essas “transformações” nas relações de trabalho.

A historiadora Rachel Soihet, que tem sua pesquisa voltada para o estudo das relações de gênero, história das mulheres, Rio de Janeiro e feminismo, e atualmente é professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), publicou um artigo chamado *Um debate sobre manifestações culturais populares no Brasil dos primeiros anos da República aos anos 1930*, que apresenta uma discussão contrária ao discurso de homogeneidade entre “povo e elite” nas práticas sociais. Mas afirma que apesar da “corrente que visava o extermínio das manifestações populares, não faltaram representantes dos segmentos elevados e médios que os prestigiaram”. Como exemplo ela cita o candomblé no Rio de Janeiro, que passou na Primeira República por intensos momentos de repressão e que tanto as autoridades, como os jornais, se empenhavam em transparecer o preconceito quando referiam-se “aos populares adeptos dessa forma de religiosidade”, demarcando o lugar das práticas inconsistentes com a República. E deixa nítido que eles não foram os únicos afirmaram suas posições contrárias à vida de trabalhadores e trabalhadoras pobres (negras, indígenas e nacionais):

Muitos médicos assumiam que os devotos destes cultos eram mentalmente desequilibrados, sendo publicados estudos sobre desordens mentais causadas pela participação nessas seitas religiosas. Em decorrência, os esculápios chegam, inclusive, a recomendar que os seus seguidores fossem registrados na polícia, devendo ser submetidos a exames periódicos para determinar sua estabilidade intelectual e psicológica⁵¹

Ou seja, no Rio de Janeiro no início do século XX, a população negra teve que apresentar-se em delegacias sob justificativa de seus costumes estarem associados à “anormalidades” que precisavam ser combatidas. Mesmo após abolição da escravidão em 1888, o aprisionamento continuou sendo uma constante na vida de grande parte da população negra. E de certo que essa repressão não foi caso único no estado do Rio de Janeiro, mas se estendeu por todo país. Em 1912, Alagoas também viveu cenas de forte repressão às religiões de matriz africana. Sobre o episódio do “Quebra de Xangô”, a historiadora Irineia Maria Franco dos Santos, professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pesquisadora, principalmente, da História Social das Religiões, compreende que:

50 ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Ibdi*, p. 84

51 SOIHET, Rachel. *Um debate sobre manifestações culturais populares no Brasil dos primeiros anos da República aos anos 1930*, p. 4

Desde o início do século, a população negra em Maceió manteve um fluxo constante de migrações entre os interiores e a capital, principalmente acompanhando a rota fluvial do Rio São Francisco. A maior parte dela sobrevivia (ainda hoje sobrevive) do trabalho nas usinas de cana-de-açúcar e mais ainda da pesca, do artesanato e do pequeno comércio. As atividades dos artífices, em barro, madeira, tronco de coqueiro, palha, renda etc. alimentavam o mercado de objetos religiosos. A tradição oral conta sobre a simplicidade e a rusticidade dos materiais utilizados na sua confecção. Roupas e objetos rituais, tambores e ornamentos, miçangas, eram feitos pelos negros artesãos de Maceió e do interior, e vendidos na cidade. O ingome era construído de barrica de bacalhau, que vinha nos navios, ou de tronco de coqueiro.

Tal simplicidade seria o resultado da pobreza econômica vivida pela população negra de Maceió e no Estado. Para alguns estudiosos, era a marca da influência banto na região – da qual derivaria a “pobreza” dos objetos, da mítica e do ritual nagô na cidade – caracterizada ainda por um forte sincretismo católico. Assim, alguns entenderam a religiosidade negra em Maceió, sua mítica e prática, como inferior àquelas outras da Bahia. Tal tese foi defendida por alguns dos intelectuais mais conhecidos entre os anos 1930 e 1950 (Alfredo Brandão, Arthur Ramos, Abelardo Duarte) e ainda reproduzida em discursos antixangô nos anos 1970 e 1980.⁵²

Através de ambas com a discussão sobre repressão à manifestações populares, é possível perceber que tanto no Rio de Janeiro, quanto em Alagoas, as “elites não eram homogêneas e, alguns de seus representantes, também recorriam aos pais de santo.”⁵³, no Rio, Soihet fala sobre o envolvimento do Senador Irineu Machado com o candomblé e suas intenções políticas; em Alagoas a presença se dá através do governador do estado Euclides Malta, sendo essa relação um dos “motivos” transpostos para disputa política com o grupo de oposição, que resultou num conflito sangrento,

Entre os dias 01 e 02 de fevereiro de 1912 a milícia particular conhecida como Liga dos Republicanos Combatentes, tumultuou a cidade. Prepararam-se, invadiram e quebraram os principais terreiros de Xangô em Maceió (RAFAEL, 2004, 24-26). Além de várias outras ações violentas, Tia Marcelina, africana, conhecida Ialorixá da época, foi morta com um golpe de sabre na cabeça. Muitos outros pais e mães de santo e membros do culto sofreram violência e humilhações. Tiveram suas casas invadidas, os assentamentos de orixás e objetos rituais quebrados ou queimados. Tal fato foi justificado perante a população através de campanha feita pelos jornais de oposição, em que se associava a pessoa de Euclides Malta com os terreiros de Xangô.

Dizia-se que Malta era frequentador de terreiros, xangozeiro, filho de Leba – designativo de origem jeje correspondente ao orixá nagô Exu. Dessa forma, por estar supostamente o governador envolvido com “bruxarias demoníacas”, explicavam-se todos os problemas sociais e econômicos do Estado.⁵⁴

52 SANTOS, Irineia Maria Franco dos. “Nos domínios do Xangô”: Religiões Afro-brasileiras em Alagoas e a memória do Quebra de Xangô (1912-1980)”, p. 6

53 SOIHET, Rachel. Ibid, p. 6

54 SANTOS, Irineia Maria Franco dos, Ibidem, p. 1

Nos estudos sobre trabalhadores na Primeira República, Marcelo MacCord, bacharel em História pela UFRJ, mestre e doutor em História pela Unicamp dedica suas pesquisas à História Social do Recife, principalmente à segunda metade do século XIX. Em 2016 publica "*Direitos trabalhistas em construção: as lutas pela jornada de oito horas em Pernambuco, 1890-1891.*" na **Revista Tempo**, onde o historiador busca questionar sua documentação que não apresenta a cor de seus trabalhadores. Influenciado pela perspectiva thompsiniana, "que discute a formação da classe operária como processo histórico reconstruído por meio do trabalho empírico com as fontes (Thompson, 1981 e 1997)", o autor afirma que apesar da documentação a qual lida, "invisibiliza a cor", ele está se referindo a população da capital pernambucana, cujas referências de imigração europeia no fim do século XIX são pouquíssimas, ou seja, o mercado de trabalho, continua, por sua vez, contratando os mesmos "descendentes de africanos"⁵⁵

E esse ensaio, no recorte espaço temporal proposto neste artigo, exigiu que os trabalhadores que povoam meu texto lutassem contra a precarização de sua liberdade e de sua mão de obra por meio da escolarização, da participação política *stricto sensu*, da conquista/manutenção de privilegiado *status* social e da mais expressiva aproximação com o movimento operário nacional e internacional.⁵⁶

Sobre essa questão, é importante pensar, contudo, na possibilidade de trazer para as pesquisas sobre trabalho e trabalhadores na Primeira República, outras relacionadas ao período anterior ao início do trabalho livre, as quais permitem uma investigação sobre as características dos trabalhadores tanto do período escravista e até mesmo a modificação gradual ao trabalho livre. Sobre essa discussão, Mac Cord afirma:

Tributário dos novos estudos, o texto que entrego ao leitor é fruto de minha atual pesquisa, que dialoga com outras que desenvolvi na última década. Há um problema central que as conduz: compreender o que motivou a organização formal de certas categorias de trabalhadores pernambucanos no transcorrer do século XIX. A problemática é extremamente instigante, pois exige que enfrentemos as mais rígidas explicações sobre a formação da classe operária nacional. Em outras pesquisas sobre o Recife oitocentista, recortadas no período em que vigia o escravismo, demonstrei como era importante para os descendentes de africanos que eram brasileiros, livres e artífices qualificados dissociarem suas imagens do estigma da escravidão e do defeito mecânico⁵⁷

Em 1998, o historiador formado pela Pontífice Universidade Católica (PUC-SP) Carlos

55 MAC CORD, Marcelo. "Direitos trabalhistas em construção: as lutas pela jornada de oito horas em Pernambuco, 1890- 1891." *Tempo* 22.39 (2016), p. 177, 178.

56 MAC CORD, Marcelo. *Ibidem*, p. 178.

57 MAC CORD, Marcelo. *Ibidem*, p. 177

José Ferreira dos Santos (Casé Angatu⁵⁸) publica “Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915), através da editora Annablume (SP). Essa obra, assim como as demais citadas, traduzem a preocupação da pesquisa sobre trabalhadores e trabalhadoras no Brasil pós-abolição. Casé, no estudo sobre as “populações pobres nacionais”, questiona a historiografia do trabalho na grande região de São Paulo, que afunila sua história quase que unicamente ao trabalhador fabril e europeu, mais especificamente italiano, deixando fora da escrita da história, trabalhadores e trabalhadoras que já desprendiam sua força em território nacional antes mesmo da chegada dos imigrantes. E segundo ele, a “Historiografia Social do Trabalho”, acaba “privilegiando” os movimentos socialistas e anarquistas, como sendo esses os únicos a combaterem as pressões impostas pelo sistema capitalista no século XX, deixando de lado, todo histórico de luta que trabalhadores e trabalhadoras enfrentavam muito antes da chegada dos imigrantes europeus. No posfácio, afirma que São Paulo era uma região onde “moravam índios, negros, caboclos e caipiras” com suas linguagens, vivências, histórias, memórias, identidades e (re)sistências seculares e ancestrais”⁵⁹

Influenciado pela leitura foucaultiana, Casé discute ao longo dos capítulos, os elementos da “civilização” e do “progresso”, sob o alicerce crítico do “projeto modernizante e de branqueamento para a cidade que se quer metrópole” e deixa evidente a “presença dos nacionais pobres”, contrariando as narrativas dominantes, afim de “demarcar territórios e modos de viver”, fazendo uma crítica urgente ao “discurso de desqualificação” dessas populações por ele mencionadas. No prefácio da obra, a historiadora Heloísa Faria Cruz, professora e coordenadora do Centro de Documentação (CEDIC) da PUC, afirma:

Para além da crítica a uma visão elitista e triunfalista da história da vida urbana no período, a identificação da presença desses pobres nacionais como pretos, pardos, mestiços, caipiras, caboclos, pretos velhos, lavadeiras briguintas em sua maioria e ex-escravas ou mamelucas, amas-de-leite, carroceiros impertinentes; o realce dando a força alternativa de suas práticas culturais, as ervas, as benzedeadas, os modos de trabalho, as tradições culinárias, as danças e as festas nos propõe uma São Paulo onde nem tudo era italiano. Mais importante, contribui para a compreensão dos processos de exclusão, ontem e hoje, iluminando silêncios da historiografia sobre as temáticas da cidade e do trabalho no período.⁶⁰

Os principais argumentos dos/as pesquisadores/as citados acima, são constituídos a

58 Nome do batismo indígena do autor, junto à comunidade indígena Tupinambá de Olivença, na cidade de Ilhéus (BA).

59 DOS SANTOS, Carlos José Ferreira. Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915. Annablume, 1998. posfácio.

60 DOS SANTOS, Carlos José Ferreira. Ibidem, prefácio.

partir da contraposição à história tradicional, que por um longo período, define que os postos de trabalho pós abolição, foram todos ocupados por os trabalhadores do sexo masculino, de pele branco e de origem europeia, como já referido anteriormente. As populações negras e indígenas foram, por três séculos, a maior força de trabalho do país, mesmo elas tendo sido desaparecidas da escrita da história após o fim da escravidão. A invisibilização dos trabalhadores e trabalhadoras negras e indígenas, recaí sob a construção de um bloco homogêneo de norte a sul do Brasil, na construção da imagem do trabalhador nacional.

A suposta *inexorabilidade* na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil foi mais projeção das elites, numa ideologia – a da construção da nação – que produzia discursos sobre a substituição da mão-de-obra. Escravos, africanos e crioulos seriam substituídos por trabalhadores livres, imigrantes europeus. Indolência e atraso por tecnologia e aptidão; forjava-se a ideologia do trabalho livre no Brasil criada sob os símbolos da *civilização* e do *progresso*. No imaginário das elites e nos projetos imigrantistas, *África*, *escravidão*, *escravo* e *o negro* eram associados à *barbárie*. A nação estava em jogo e a substituição do escravo pelo trabalhador livre seria menos uma questão de cálculos, prejuízos e lucros, quando não se desejava qualquer tipo de trabalhador livre, mas sim o imigrante, o branco europeu, considerado capaz de garantir a *civilização* e o *progresso* do Brasil (cf. Azevedo, 1987).⁶¹

61 NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flavio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. Tempo social, v. 18, n. 1, p. 227, 2006

III. CAPÍTULO 2 – COTIDIANO E HISTORIOGRAFIA ALAGOANA

2.1 COTIDIANO MACEIOENSE PÓS ABOLIÇÃO

Maceió é uma cidade que “surge a partir de um engenho de açúcar, situada às margens do riacho Maçayo, durante o século XVIII⁶². A cidade viveu um “surto de crescimento ao longo do século XIX, principalmente após 1839, quando se tornou capital da província de Alagoas”, tendo isso se dado a partir da presença da “burguesia mercantil” formada em torno do porto, a partir dos exportadores de açúcar⁶³.

Maceió cresceu desordenadamente, sem planejamento, “de modo que o grosso das construções encontradas pela República tinham as linhas características das edificações do Segundo Reinado.⁶⁴

De acordo com o jornalista Craveiro Costa, no período que marca a vida pós abolição, Alagoas se apresenta economicamente em ascensão: “pelos estatísticas oficiais existentes, verifica-se que a transição do regime político do país, em 1889, encontrou o estado com sua capacidade de produção em via crescente”⁶⁵ e, ao mesmo tempo, indica que a República trouxe para Alagoas o crescimento da vida municipal - que até então dependia dos governos provinciais. *Maceió*, é uma de suas principais obras e foi publicada em 1939, pela Livraria José Olympio, no Rio de Janeiro, tendo sido “financiada pela Prefeitura Municipal de Maceió”, para ser usado como material festivo, de comemoração do centenário de mudança da capital para Maceió, no governo do fazendeiro Eustáquio Gomes de Melo. Nessa obra ele deixa claro que o progresso republicano trouxe grandes ganhos para o estado e conseqüentemente para sua capital. Segundo ele, a partir da República, as cidades passaram ser de responsabilidade do próprio município e foi então que a economia da capital alagoana entrou em uma curva crescente⁶⁶. Mas esse crescimento aconteceu desordenadamente, com foco no desenvolvimento do capital, no enriquecimento das elites e na continuidade das relações precárias de trabalho, e trouxe consigo um grande número de conflitos sociais que agravou consideravelmente a miséria das populações mais empobrecidas com as desigualdades econômicas.

62 MARQUES, Danilo Luiz. "Sobreviver e resistir: os caminhos para liberdade de africanas livres e escravas em Maceió (1849-1888)." (2013). p. 27

63 MARQUES, Danilo Luiz. Idem

64 DIEGUES JR., Manuel. “Evolução urbana e social de Maceió no período republicano” In: COSTA, Craveiro. Maceió: Edições Catavento, p. 201, 2001

65 COSTA, Craveiro. História de Alagoas: resumo didático. São Paulo: Melhoramentos, 1983. p. 160.

66 COSTA, Craveiro. Maceió. Maceió: Edições Catavento, p. 200. 2011

A miséria e as desigualdades sociais geradas por esse processo fica visível quando nos deparamos com denúncias em jornais locais, a respeito da grande circulação de mendigos nas ruas da capital alagoana⁶⁷ ou, ainda, quando encontramos relatos de trabalhadores que denunciam as péssimas condições de trabalho, as longas jornadas e as precárias condições de moradia⁶⁸

No último capítulo de *Maceió*, o abolicionista⁶⁹, sociólogo, antropólogo, jurista e folclorista Manuel Diégues Junior⁷⁰, em nome da urbanização e modernização da cidade, afirma que os intendentes, e posteriormente os prefeitos, tiveram que fazer grandes esforços para modernizar Maceió,

endireitar as velhas ruas da cidade, ruas cheirando a peixe frito, tapioca e arroz-doce, vendidos nas esquinas, em tabuleiros enfeitados com papel de sêda cortado em desenhos ou figurinhas de variadas cores – verde, amarelo, vermelho e azul; **ruas cheias de negras trajando chales e turbantes de cores fortes na cabeça**; essas ruas transformaram-se e modificaram-se ⁷¹ (**grifos meus**)

Em outras palavras, sua opinião deixa claro que a modernização e a vida urbana não combinavam com as diversidades sócio culturais e econômicas existentes em Maceió na virada do século. Ao tratar sobre a vida urbana, Diégues Junior faz breves comentários sobre os principais bairros da cidade, que por sinal eram os mesmos ainda do império. “Jaraguá, Poço, Trapiche da Barra, Levada, Bebedouro”. A partir de suas descrições, percebemos que a cidade era rodeada de arrabaldes pouco habitados, e que foram sendo ocupados e reconstruídos ao longo do século XX.

Sobre a distribuição dos bairros, o historiador Osvaldo Batista Acioly afirma:

A cidade, em inícios do século XX possuía quatro bairros: Maceió, Jaraguá e Levada, que ficavam na parte baixa da cidade, e o Alto do Jacutinga. Indo na direção Norte, arrastando-se preguiçosamente no nível do mar, temos o arrabalde da Mangabeiras e os povoados de Ipioca, Mirim, Garça Torta e Riacho Doce. Em direção ao Sul, temos na restinga entre o mar e as lagoas, o arrabalde do Trapiche e o povoado de Pontal da Barra. Ainda na área mais ao

67 Mendicidade. Perseverança, 15 de agosto de 1909, ano 1, n 2.

68 ALMEIDA. Luiz Sávio de. Crônicas alagoanas vol. II – Notas sobre poder, operários e comunistas em alagoas. Maceió: EDUFAL, 2006.

69 Segundo a lista de verbetes ABC das Alagoas, ele foi colaborador na Campanha Abolicionista, sendo um dos membros da Sociedade Libertadora Alagoana. Dela também fizeram parte: Dias Cabral, Diégues Júnior, Pedro Nolasco Maciel, Francisco Domingos da Silva, Antônio José Duarte, Eusébio de Andrade, Fernandes Lima, Ricardo Brenand Monteiro, Luiz Lavenère, José Higino de Carvalho, João Gomes Ribeiro, Adolfo Ascoff, Luiz Mesquita, Stanislau Wanderley, Guido Duarte.

70 É importante deixar ressaltado que após a morte de seu pai, ele foi diretor das fábricas de tecidos de Fernão Velho, Cachoeira e Rio Largo.

71 DIEGUES JR., Manuel. *ibidem*, p. 201

Sul, afastando-se do litoral, mas margeando ainda as lagoas, teríamos os arrabaldes de Mutange, Bom Parto, Bebedouro. Neste sentido, saia-se da cidade em direção da Fábrica de Fernão Velho e das outras três, que já ficavam em áreas pertencentes a outros municípios. Já o Alto do Jacutinga, localiza-se num tabuleiro elevado no sentido Oeste da cidade. Contraditoriamente, o lugar é representado na imprensa da época ora como área mal assombrada, matagal que circunda a cidade, para onde corriam marginais, ora como novo bairro chique da gente “abastada”, que buscava paz e sossego em chácaras e sítios.⁷²

Em relação a criação das primeiras praças da cidade, o membro da sociedade abolicionista, Diégues Junior, demarca uma fala extremamente preconceituosa, sobretudo racista, deixando explícita a disputa pelo espaço urbano e pela representação política, alegando uma harmonia inexistente e embranquecedora das classes sociais. Afinal de contas, era por conta da presença de negros e negras que andavam, viviam e trabalhavam nas ruas de Maceió, que as “famílias tinham receio” do espaço público, tal qual afirma o autor em outras palavras.

As praças surgem também nesse período, com mais importância; o contato com **a rua não é privativo dos moleques, dos negros, dos vagabundos, das mulheres perdidas**. As famílias já procuram as ruas, já vão as praças e já assistem os festejos públicos. A democracia política que a república trouxe, alia-se a democracia social; a aproximação entre as classes sociais, um como que nivelamento⁷³ **(grifo meu)**

As famílias das quais ele se refere, muito provavelmente não tiveram que enfrentar a instituição da escravidão, que durou por mais de três séculos no Brasil, e impediu diversos vínculos familiares. É exatamente nesse contexto que africanos e africanas eram comprados e vendidos diariamente de acordo com a demanda da acumulação de capital.

[...] americanos colonizados e os africanos escravizados que, nas *plantations* do Novo Mundo, tiveram um destino similar ao das mulheres na Europa, fornecendo ao capital a aparentemente inesgotável provisão de trabalho necessário para a acumulação.⁷⁴

Cynthia Nunes da Rocha Fortes, formada em Arquitetura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e colaboradora do Grupo de Pesquisa Representações do Lugar (RELU), apresentou em 2011 sua dissertação de mestrado, que teve como título “*Para além do guia dos navegantes: O farol de Maceió (1827-1951)*”, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFAL. Neste trabalho, a arquiteta desenvolveu estudos sobre “a construção do ‘farol de Maceió’ na formação da construção das memórias do bairro do Farol” e a relação com o

72 MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895/1905). 2004, p. 30.

73 DIEGUES JR., Manuel. Ibidem, p. 202

74 FEDERICI, Silvia. Ibidem, p. 357

desenvolvimento urbano da cidade. Ela explica que sua análise se deu através de “documentações escritas e iconográficas encontradas nos arquivos públicos da cidade”.

Interessante é que Fortes buscou entender a capital alagoana a partir do Alto do Jacutinga, colocando em questão um referencial inverso ao dado como alternativa para a maioria das pesquisas sobre a região nesse período. O bairro era localizado nas colinas que margeavam a então cidade de Maceió em crescimento, e atualmente, ocupa o espaço no qual é conhecido como bairro do Farol. A partir de cartões postais do início do século e de produções literárias, a arquiteta selecionou cenas e imagens que “retrataram” a vida nesse entorno maceioense.

É provável que a população menos favorecida nessa época, que não podia pagar por uma residência na área central, o bairro de Maceió, que concentrava as melhores moradias, deve ter optado por esses terrenos de encosta, fronteiros ao centro da cidade; este, juntamente com Jaraguá, abrigavam a maior parte dos estabelecimentos de serviço e comércio, locais de trabalho para muitas dessas pessoas.⁷⁵

Essa pesquisa além de apresentar a “movimentação urbana”, entre as regiões de fluxo comercial, de trabalho e as regiões turísticas, faz questão de ter como foco principal uma das regiões mais marginalizadas da cidade, localizando a vida de trabalhadores e trabalhadoras empobrecidos que habitavam a capital no início do século XX.

Assim como Mac Cord refere-se a capital pernambucana no período pós abolição, Maceió no mesmo momento, além de não demarcar diretamente a cor de seus trabalhadores e trabalhadoras na documentação da virada do século, apresenta pouquíssimos registros de imigração europeia naquele período, provavelmente dando continuidade à contratação dos descendentes de africanos ⁷⁶, também como das demais populações pobres nacionais, como indicado pelo historiador Casé Angatu, comentado no primeiro capítulo. (ANEXO 1)

Em 1976 foi editada a primeira edição da obra *Maceió de Outrora*, do alagoano Félix Lima Júnior, “por iniciativa do professor Moacir Sant’Ana, diretor do Arquivo Público de Alagoas (APA)”. A obra literária é apresentada sob “o olhar” de um escritor natural da cidade. Nascido na cidade de Maceió, na Rua do Comércio, no início do século XX, Lima Júnior estudou “as primeiras letras em escola pública estadual e os preparatórios no Liceu Alagoano, trabalhou no Banco do Brasil [...] e foi membro da Academia Alagoana de Letras”⁷⁷. Em um

75 FORTES, Cynthia Nunes da Rocha et al. Para além do guia dos navegantes: o farol de Maceió (1827-1951). 2011.

76 MAC CORD, Marcelo. Ibidem, p. 177

77 ABC das Alagoas. Verbete Félix Lima Junior. Além das informações citadas acima ele foi membro do IHGAL, empossado em 26/06/1954, na cadeira 5, da qual é patrono Francisco Inácio de Carvalho Moreira (Barão de

artigo sobre alagoanos ilustres, publicado pela Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas, afirmam que ele foi um jovem de origem humilde e em sua educação “não consta a formação superior”, porém “foi um homem participativo na vida literária da cidade”.

Em *Maceió de Outrora* ele organiza “uma espécie de quadro de costumes e experiências” da vida social maceioense entre o século XIX e o XX, através de crônicas, editadas em dois volumes. No segundo, uma de suas imagens literárias, é reservada unicamente para falar da questão dos transportes coletivos na cidade. Nessa crônica, ele afirma que “em 1890 foi fundada a Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos, a Catu, com capital exclusivamente alagoano dividido em ações”⁷⁸

A quase totalidade das ações pertenceu ao **Comendador Teixeira Bastos**, que a passou à família Melo Machado. Posteriormente, foram as mesmas ações ter às mãos os Leões, da Usina Utinga, e depois, à Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil.

Os veículos para passageiros – puxados por dois burros, com oito bancos e iluminados a carbureto – não tinhaampa. Quando alguém queria descer – não havia pontos de parada... – batia no soalho com o guarda-chuva ou com a bengala. Quem não conduzisse bengala ou guarda-chuva que se arrumasse como pudesse.⁷⁹ **(grifo meu)**

Os bondes faziam percurso entre Jaraguá, Maceió e Bebedouro. Em 1899 houve a tentativa com a fundação da “Companhia Elevadora Jacuntinguense”, na intenção de levar o transporte à parte alta da cidade. Mas como afirma o cronista alagoano, “Era pequeno o número de habitantes, gente pobre e humilde que preferia subir a pé as ladeiras da Catedral, do Cortiço, do Brito e dos Martírios.”⁸⁰. Desse modo fica evidente existir uma nítida distinção entre os moradores e moradoras do Alto do Jacuntinga e das demais regiões da cidade. Porém, essa discussão terá mais profundidade no terceiro capítulo.

O Porto de Maceió, localizado no bairro de Jaraguá, é um espaço relevante a discussão sobre o trabalho pós abolição em Alagoas, pois reuniu grande número de trabalhadores em diversas funções, sendo trapicheiros, estivadores, lancheiros, doqueiros, carroceiros, etc. Segundo Osvaldo Batista Acioly Maciel, Jaraguá se tornou a sede do comércio e de toda movimentação da capital alagoana, reunindo “trapiches alfandegados, armazéns de depósito, associação comercial, bancos, restaurantes, capitania dos portos, fábricas, diversas fundições,

Penedo). Sócio correspondente do Instituto Histórico de Pernambuco, como também da Comissão Alagoana de Folclore. Sócio Benemérito da Sociedade Montepio dos Artistas Alagoano e sócio honorário do Instituto Histórico, Etnológico e Folclórico de Tucuman - Argentina.

78 JÚNIOR, Félix Lima. *Maceió de outrora*. Ufal, 1976. , p. 29.

79 LIMA JUNIOR, Felix. *Ibidem*, págs. 29 e 30

80 LIMA JUNIOR, Felix. *Ibidem*, p. 30

etc., sendo assim o bairro de maior circulação” da capital.⁸¹

Dadas as contradições presentes em Maceió após abolição do trabalho escravo, trabalhadores e trabalhadoras forjaram em seu cotidiano, formas de resistir a exploração nos locais de trabalho, além de enfrentar às precárias condições de vida.

2.2 - HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA ALAGOANA

De acordo com as perspectivas teóricas e metodológicas discutidas no primeiro capítulo, a intenção aqui, perpassa por entender a experiência e o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras pouco mais de uma década após a abolição dos povos escravizados (1888), na capital alagoana. Para isso, é indispensável um diálogo amplo entre as diversas áreas de estudos que conseguem “montar o quebra-cabeça” das relações sociais em Maceió na virada do século XIX para o século XX, na intenção de fazer uma História Social do Trabalho pós abolição em Maceió. Essa pesquisa está marcada temporalmente no início da República no Brasil, e tem como norteamento o entendimento das relações sociais a partir das relações de trabalho existentes nesse contexto.

Nesse período, as elites e autoridades brasileiras, para quem a aceitação e implantação da república significou o progresso do país, a ideia principal foi determinar um perfil “embranquecedor” da classe trabalhadora brasileira como argumentado pelos historiadores GOMES; NEGRO (2006). A historiografia tradicional, construiu a imagem do trabalhador nacional do século XX como branca, masculina e europeia, como dito anteriormente. Porém, diversas pesquisas no campo da História Social do Trabalho, desmentem as inverdades que não correspondem a realidade de grande parte da população de trabalhadores e trabalhadoras nacionais⁸², deixando “de fora” as populações negras e indígenas, além da forte presença de mulheres e crianças nos locais de trabalho pós abolição.

É certo a “dificuldade” de encontrar a diversidade de sujeitos históricos em documentações do início do século, muito devido essa tentativa excludente de “nivelar” o perfil do trabalhador nacional no século XX,

De outro lado, nos estudos sobre classe operária, sindicatos e partidos acabavam silenciando sobre o longo e diversificado “embranquecimento” um problema de pesquisa. Não questionaram a exclusão, trabalhador escravo”, a personagem de três séculos de nossa história.⁸³

81 MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Idem.

82 Claudio HM Batalha, Silvia H Lara, Paulo S. Pinheiro e Alvaro P. Nascimento são referências nesse debate.

83 NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flavio. Ibidem, p. 222

Porém, como afirma Nascimento (2016), os historiadores que dedicam sua pesquisa à história do trabalho, pouco se atentam as “lutas da população negra e os problemas raciais que ela enfrentava”,

muitos trabalhos cresceram e vieram demonstrando como os debates em torno de classe e consciência de classe, no caso brasileiro, mais emperraram as investigações dos historiadores ligados ao movimento operário e à cultura operária do que os auxiliaram no diálogo com o passado. Se, como afirmou Batalha (1999: 66), a classe iniciou sua “formação” no século XIX, esses historiadores aventuraram-se muito pouco em buscar este fazer-se. Foram os historiadores da escravidão e da pós-abolição que mais investigaram mulheres e homens negros no processo. Encontraram-nos/as nas fábricas enquanto operários/as. Foram os historiadores da escravidão e da pós-abolição que mais investigaram mulheres e homens negros no processo. Encontramos/as nas fábricas enquanto operários/as”

No intuito de entender o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras da capital alagoana, dentro da contextualização feita acima, foi necessário buscar auxílio através de pesquisas que perpassassem o período imperial, o cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras escravizados e o processo de libertação, para conseguir traçar um caminho para história do trabalho no Brasil após abolição, principalmente em regiões em que a imigração europeia não teve importância significativa. “O mundo do trabalho nas sociedades pós-emancipação exigiu a construção de pontes que o ligasse à cidadania e à conquista de direitos”⁸⁴

A pesquisa de Luana Teixeira aponta aspectos significativos para entender o perfil da população escravizada e colocada à venda nos mercados de escravos interprovinciais, no período que precede a proclamação da República. Segundo ela, em 1882, o número de escravizados chega quase a 30 mil pessoas em todo estado⁸⁵. Um debate fundamental em sua extensa pesquisa, aponta para a constituição e desestruturação das famílias negras. Teixeira deixa claro que até 1869, “apesar de haver uma condenação moral à separação das famílias, nada impedia que senhores, no direito de livre dispor de seus bens, vendessem qualquer escravo em detrimento do rompimento de laços sanguíneos.”⁸⁶, porém, o Decreto 1.695 de 1869 proibia a separação de crianças menores de 15 anos, gerado uma diminuição significativa nos registros de vendas de crianças. Porém,

a partir de 1874, os negociantes começaram a burlar a proibição da separação de famílias e enviar, não apenas crianças, como adultos casados, para o

84 MAC CORD, apud Ana Maria Rios e Hebe Mattos (2007, p. 55)

85 TEIXEIRA, Luana. O comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 57, 2016.

86 TEIXEIRA, Luana, Ibidem. p. 252

Sudeste. É possível aventar-se que com a liberação do ventre em 1871 e a perspectiva de que este fora o ato final para a abolição, a procura por crianças escravas tenha aumentado muito, elevando seu valor nominal e estimulando a que os comerciantes se aventurassem na contravenção.⁸⁷

Angela Davis, a partir de discussões realizadas em diversas áreas, na missão de investigar a vida social de mulheres negras escravizadas e livres nos Estados Unidos, confirma que “famílias negras foram desfeitas à força. A separação por meio da venda indiscriminada de maridos, esposas e crianças foi uma das terríveis marcas do estilo estadunidense de escravidão”⁸⁸, não se diferenciando, nesse aspecto, do brasileiro.

Em 2013, o historiador Danilo Luiz Marques, formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), apresentou sua dissertação sobre as experiências de mulheres africanas, livres e escravizadas no cotidiano da capital alagoana, na segunda metade do século XIX, cujo objetivo foi “investigar as Áfricas existentes em Alagoas, a partir de sua diáspora, de modo a entender como escravizados “resistiram e procuraram, de diferentes formas, combater a instituição escravista na Alagoas oitocentista”⁸⁹. Nesse sentido o autor apresenta sua discussão a partir das manifestações culturais existentes na capital alagoana oitocentista, como sendo essas experiências vividas pelos povos africanos escravizados, no intuito de romper com a “memória contínua e regular sobre Palmares [...] e [...] pensar factual da historiografia brasileira do século XIX”⁹⁰. Bumba-meu-boi, maracatu, reisado, entre outras, constituem o enredo das relações sócio culturais de Alagoas nesse período.

As manifestações culturais africanas em diáspora não foram separadas ou criolizadas, erradicadas, mas sim traduzidas, reinventadas, incorporadas ou mesclando diferentes formas culturais africanas e ameríndias. Os africanos e seus descendentes no mundo atlântico desenvolveram estratégias para “manter e ressignificar os modos de ver e viver o mundo sob um sentido histórico” específico a partir de experiências afrodiaspóricas. A instituição escrava não significou a súbita morte cultural e étnica dos africanos na diáspora, porém “as tradições africanas não foram mantidas no ambiente da escravidão na América em sua plenitude original, mas recriadas” teceram uma “plasticidade cultural” para escravidão resistir/reexistir no ambiente hostil da escravidão.⁹¹

De acordo com Marques, a presença de mulheres negras era “constante nas ruas e praças da capital alagoana” em toda segunda metade do século XIX. Elas dedicaram suas vidas à luta por liberdade. Essa vida das “africanas livres e escravas” estavam majoritariamente

87 TEIXEIRA, Luana, *Ibidem*. p. 253

88 DAVIS, Angela *Ibidem*, p. 27

89 MARQUES, Danilo Luiz. *Sobreviver e resistir: os caminhos para liberdade de africanas livres e escravas em Maceió (1849-1888)*. Dissertação (Mestrado em História), 2013.

90 MARQUES, Danilo Luiz. *Ibidem*, p. 52

91 MARQUES, Danilo Luiz. *Ibidem*, p. 68

relacionadas aos trabalhos nos “serviços domésticos” ou em “pequenos comércio de ruas”⁹² As leis abolicionistas mudaram significativamente “a conjuntura política do final do Império”. Ele afirma que as lutas por liberdade e a resistência dos “povos cativos nos últimos momentos da escravidão” foram diretamente lutas contra a “hegemonia senhorial”.

Diferentemente do que afirmado pelo professor alagoano Luiz Savio de Almeida, a escravidão não chegou ao fim por uma queda expressiva entre os números de escravizados⁹³. A partir disso, ele tenta justificar uma possível “ideia” da elite alagoana em importar pobres europeus para ocupar os postos de trabalho no estado, mas que o não fizeram por falta de recursos financeiros. Tratar dessa forma é minimizar séculos de experiência e luta da população escravizada no estado e no país, além de silenciá-las após abolição. Pesquisa mais recente tem apresentado o importante papel de homens e mulheres na luta por liberdade.

Ao tentar entender o “papel da mulher na Primeira República”, o antropólogo Ulisses Neves Rafael, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe (UFS), publicou em 2012 um artigo no **Cadernos do tempo presente**, intitulado “*A Mulher Alagoana na Primeira Republica: Histórias de Silêncio e Dor.*” no qual ele inicia o debate afirmando que no início do século XX, “o espaço reservado à mulher na Maceió daqueles primeiros anos do século XX se reduzia aos domínios da casa e da Igreja, ou seja, ambientes de intimidade e reserva”⁹⁴ Para ele, “O espaço da rua e da política eram ambientes eminentemente masculinos”.

Como apresentado por Marques (2013), mulheres negras foram fundamentais tanto no processo de libertação da escravidão, quanto na presença do comércio local e no trabalho doméstico em Maceió na segunda metade do século XIX. E como dimensionado por Federici (2017), o trabalho doméstico pode ser considerado um dos “principais pilares da produção capitalista”, porque segundo ela, é na base do trabalho doméstico não remunerado que o capitalismo se desenvolve.⁹⁵ Ao contrário das mulheres “tradicionais”, as mulheres negras sempre estiveram presentes nesses espaços, assim como no espaço público. Dessa forma, encontramos o “paradigma da ausência” atentado por Nascimento (2016) na pesquisa “ao lado”, que deixa passar despercebido, intencionalmente ou não, a memória de mulheres negras, que também compartilharam dos espaços públicos, privados e políticos, porém, cumprindo papéis diferenciados em relação as mulheres não negras, das famílias tradicionais. Apesar de também

92 MARQUES, Danilo Luiz. Ibidem, p. 124

93 DE ALMEIDA, Luiz Sávio. Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas. Ufal, 2006. . p. 40

94 RAFAEL, Ulisses Neves. *A Mulher Alagoana na Primeira Republica: Histórias de Silêncio e Dor.* Cadernos do Tempo Presente, n. 07, 2012.

95 FEDERICI, Silvia. Ibidem, p. 12

estarem no lar, isso não significava que estivessem dedicando-se à suas famílias, muito pelo contrário. O trabalho doméstico foi um lugar fundamental no processo de transformações das relações entre trabalho escravo e livre⁹⁶. Isso finda, pela raiz, a ideia da “mulher reservada ao lar” na Primeira República.

Em 2017, o historiador Gustavo Bezerra Barbosa apresentou sua dissertação “*Uma possível “simbiose”: vadios e capoeiras em Alagoas (1878-1911)*” ao Programa de Pós Graduação em História da Ufal, no qual debruçou seus estudos na História Social da Cultura, para entender, a partir da “vadiagem” e da “capoeira”, as relações sociais existentes na capital alagoana na virada do século XX. Através de “jornais, códigos penais, posturas municipais, projetos de lei, relatórios de presidentes de província, romances, além de documentação proveniente da Sociedade Libertadora Alagoana”, ele fez um debate da história social com os marginalizados que viveram na conjuntura de abolição do trabalho escravo em Alagoas, deixando evidente o protagonismo negro na luta pelo fim da escravidão. Barbosa faz uma importante análise do movimento abolicionista de Alagoas, caracterizando-o como aristocrático, com inexpressiva participação popular.

Esse tipo de prática, abolicionista aristocrática, vinculada à Libertadora Alagoana permite não só apontar uma tática abolicionista, mas também uma estratégia senhorial para minimizar os prejuízos da perda da mão de obra escrava. Marques (2013) atenta para o valor elevado das alforrias, que muitas vezes impossibilitava os escravos de obterem o montante necessário para se alforriarem⁹⁷

Em oposição aos trabalhos mais tradicionais sobre história de Alagoas, as pesquisas recentes, afirmam a forte presença da população negra na capital alagoana, ao que contata a presença da pele negra em grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras, enfrentando diretamente a historiografia hegemônica.

96 “As atividades domésticas realizadas por elas ofereceram vantagens ao colocá-las em contato com o ambiente senhorial, além disto, se beneficiaram com as atividades comerciais desenvolvidas nas ruas, relações familiares e redes de apoio mútuo. Sabedoras dos caminhos possibilitados pela legislação da época, utilizaram diversas estratégias para acumular as quantias necessárias para comprar alforrias ou coartações” in MARQUES, Danilo Luiz. Sobreviver e resistir: os caminhos para liberdade de africanas livres e escravas em Maceió (1849-1888). 2013. p. 52

97 BARBOSA, Gustavo Bezerra. Uma possível “simbiose”: vadios e capoeiras em Alagoas (1878-1911). 2017.

2.3 TRABALHO, TRABALHADORES E TRABALHADORAS PÓS ABOLIÇÃO EM MACEIÓ

O historiador marxista alagoano Osvaldo Batista Acioly Maciel, dedicou seus estudos a pesquisa da classe trabalhadora em Alagoas no início da Primeira República. Em 2004 defendeu sua dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), intitulada *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em maceió (1895/1905)*. Nesse trabalho ele faz um panorama geral dos locais e condições de trabalho no cotidiano na capital alagoana e elabora um importantíssimo debate a respeito das organizações de classe relacionando os tipógrafos na cidade. Segundo ele, as movimentações comerciais em torno do porto de Jaraguá, refletem perfeitamente as condições maceioense nesse período.

Indo em direção ao bairro de Maceió, este comércio de grosso trato desfila-se dos navios e barcos para os trapiches e armazéns, e destes para as casas comerciais, no sentido dos trilhos de ferro. O porto de Jaraguá é também, sem dúvida, a ponte de desembarque da modernidade na cidade. Para fazer estas novidades chegarem ao principal bairro da cidade, a natureza é transformada: Surge o aterro de Jaraguá, a “racionalização” das águas do salgadinho e a ponte dos Fonseca.⁹⁸

“Trapiches alfandegados, armazéns de depósito, associação comercial, bancos, restaurantes, capitania dos portos, fábricas, diversas fundições, etc.” nas proximidades do porto, fizeram Jaraguá o bairro mais movimentado da capital, conseqüentemente o mais procurado pelos trabalhadores que circundavam a cidade. Porém, ele atentou que nesse período o sistema comum de trabalho era “ocasional”, que consiste no trabalho baseado ao que entenderíamos hoje como “diárias”, mas no período eles denominaram “paredê”. Como o autor faz um estudo sobre as organizações de classe na cidade, ele argumenta que esse tipo de trabalho, além de favorecer o clientelismo e a patronagem, dificultava que trabalhadores se organizem em torno de suas pautas, devido a irregularidade do tempo de trabalho.

Morar próximo ao porto passou a ser uma das estratégias utilizadas por esses trabalhadores para conseguir uma melhor posição/condição no trabalho. Nestes termos, é razoável pensar que a “mocambaria” de que fala Manuel Diegues Junior existente na Ponta da Terra não se constituísse apenas de pescadores, mas também da família deste outro grupo de trabalhadores.⁹⁹

98 MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895/1905)*. 2004.

99 MACIEL, Osvaldo. *Filhos do Trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a entidade de classe em Maceió (1895/1905)*. , p. 35

No que diz respeito aos transportes coletivos da cidade já mencionados nesse trabalho, Maciel afirma que ali circulavam vários tipos de mercadoria diariamente, tanto no “no trajeto dos trilhos quanto de *bonds*”.

Pela manhã, vendedores de peixes e sururus, de frutas, legumes e verduras, galinhas, leite e mel de abelha, amoladores de tesouras, funileiros, etc. Pela tarde, surgiam outros tipos. “Negras da costa”, vendedoras de vatapá, caruru, arroz de côco, siris, camarões ensopados, sururus e massunins, cuscus, tapiocas e angus. Félix Lima Júnior, relembra o nome de algumas: Tia Balbina, Maria Rosa, Babaré, Tia Joana, Sinhá Rufina. Muitas vezes velhas, mas também novas, levando os filhos junto para a rua porque não tinham com quem deixá-los. Normalmente este expediente adentrava a noite, nas portas dos teatros e das salas de conferências, quando os tabuleiros eram “todos iluminados com mexeriqueiros, queimando querosene jacaré [sic]”.

O historiador Airton Souza Melo, também pesquisador do trabalho em Alagoas, faz um importantíssimo estudo sobre a classe operária têxtil no estado, no período que precedeu o regime militar na década de 1960. O segundo capítulo de sua dissertação, ele denomina “A economia têxtil em alagoas: o surto industrial têxtil no final do século XIX e sua consolidação como importante atividade econômica no século XX”. Nesse espaço, ele busca compreender as causas que levaram o país entrar nesse “ramo”, e faz uma importante discussão sobre as fábricas existentes em Alagoas. Para ele, “o processo de industrialização foi lento e desigual” e foi se ajustando de acordo com a implementação das indústrias no país, além de sobreviver entre períodos de “crescimento e declínio”, dependendo basicamente do mercado internacional¹⁰⁰.

Apesar de suas referências afirmarem que geralmente as indústrias contratavam trabalhadores estrangeiros, Melo afirma que no contexto alagoano, a primeira fábrica têxtil, localizada no bairro de Fernão Velho, a *Companhia União Mercantil*, contava “com 1.625 fusos e 40 teares possuía oito estrangeiros, ao lado de trina e cinco operários nacionais”, desarmando o discurso do trabalhador estrangeiro a partir da segunda metade do século XX.

Não sabemos, entre os brasileiros, quantos eram brancos, negros e se havia escravos empregados, mas temos a hipótese de que havia operários escravizados pelo fato de seu proprietário, o Barão de Jaraguá, ser um grande senhor de engenho e possuidor de muitos escravos o que facilitaria empregar seus escravos em seu novo empreendimento¹⁰¹

Segundo Melo, na década de 1890 há um crescimento da indústria têxtil no estado. Apesar dele não deixar evidente na discussão e, tendo apenas apresentado simplesmente através dos dados, a maior parte das atividades nas fábricas têxteis em Alagoas, no fim do século XIX,

100 MELO, Airton de Souza. Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951–1964). 2012. p. 61

101 MELO, Airton Souza. *Ibidem*, p. 65

são desempenhado por mulheres e crianças. Muito pouco é tratado e problematizado a presença feminina e infantil nos locais de trabalho, restando-lhes apenas constatações numéricas.

Distintamente do que foi proposto pelos historiadores alagoanos Douglas Apratto Tenório e Golbery Lessa, ao estudar o “ciclo da cana e as vilas operárias”¹⁰², a “passagem veloz do trabalho servil para o trabalho livre” e o “progresso” vindo com o surto industrial, não ocorreu de modo simplório, como fica aparente na obra. A história dos trabalhadores e trabalhadoras em Alagoas aqui será lembrada através de suas conquistas e não mais pelos avanços do capital.

102 TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. O ciclo do algodão e as vilas operárias. Maceió: Sebrae, 2013, p. 9

IV. CAPÍTULO 3 – MACEIÓ EMBRANQUECIDA

*Adeus! Adeus, eu vou morrer!
E deixo esses versos ao meu país
Se é que temos o direito de renascer
Quero um lugar, onde o preto é feliz.*

Carolina Maria de Jesus, em “Antologia pessoal”

Desde a possibilidade de refletir a classe trabalhadora no Brasil em amplas “conexões” sociais, a partir da década de 1980, inicialmente influenciados pela leitura thompsiniana, como dita anteriormente, e mais recente, pautadas também, a partir dos movimentos sociais em todo país - trouxeram questionamentos ainda mais “latentes” às perspectivas sobre trabalho e classe trabalhadora no Brasil - temos “alimentado” diariamente uma lista de “perguntas” e “reflexões” sobre nossa história. Gênero, raça, diáspora, território, entre outros vértices, tem tomado maiores proporções nesse debate, retirando a história do trabalho dos quadros unilaterais de trabalhadores inseridos em partidos, sindicatos e greves, e dialogando com a amplitude da vida social de trabalhadores e trabalhadoras no país. Essas mudanças no discurso não surgiram de uma hora para outra. São longos anos de disputas intelectuais para fazer as perguntas que até então eram “silenciosas” ou talvez “silenciadas”. Digamos que esse “avanço” na perspectiva se deu muito através da conquista de espaços nas políticas públicas, tal como por exemplo a política de cotas raciais e sociais nas universidades brasileiras. No início do século XXI, “forjaram” outro perfil social nas universidades e conseqüentemente nas produções acadêmicas. Longe de comparar as condições dadas às distintas classes sociais inseridas nesse processo intelectual, mas já dimensionando a presença negra e pobre como ponto evidente neste ciclo.

Ao longo desse processo, diversos estudos tornaram-se referências para compreender como a história e as demais ciências humanas desdobraram-se para pensar a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil de forma abrangente, envolvendo as complexidades do cotidiano. Apesar de estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia terem dado um largo passo nesses sentidos, as demais regiões do país, são muitas vezes subjugadas ao positivismo (as vezes “modernizado”), que insiste em manter despercebidas as diferenças e desigualdades sociais existentes nesse processo. Desse modo, é necessário evidenciar em letras garrafais, para que a história não continue cometendo os mesmos “equivocos”. O trabalho do/a historiador/a é fundamental neste processo. Método e diálogo com as diversas fontes documentais são fundamentais na “meta” de desvendar o que sempre foi silenciado. Não devemos apenas nos ater às problematizações percebidas por Álvaro Nascimento quando discute com a

historiografia fluminense e paulista o “paradigma da ausência”, mas aqui, neste caso, requer elaborações baseadas em reflexões críticas a partir da tortuosa historiografia alagoana e da memória conservadora e elitizada presente em jornais, revistas e obras literárias do período.

3.1 A CLASSE TRABALHADORA EM MACEIÓ TEM GÊNERO, RAÇA E IDADE

Ninguém hoje faz mais questão de cor nem de raça. Antigamente, todo mundo queria ser cadeiado, que entre nós era sinônimo de branco. Hoje é indiferente isto. Acabou-se a escravidão e os negros entraram para comunhão. Todo sangue é vermelho, quer nas veias do branco, quer nas do preto. Há negros bacharéis e médicos, negociantes, capitalistas e jornalistas. E há brancos gatunos, calcetas, funileiros [...]¹⁰³

O trecho acima foi retirado do romance *Traços e Troças*, escrito pelo jornalista e abolicionista alagoano Pedro Nolasco Maciel nos anos finais do século XIX. A primeira edição foi publicada em 1899, tendo mais duas posteriores, publicadas em 1954 e 1964 respectivamente. É notável a insistência que o autor tem em “demarcar” o “modo simples de viver” encarados no contexto da capital alagoana no final do império e nas mudanças que estavam por vir com a instalação da República. Assim como ele, outros escritores alagoanos, sejam literatos, estudiosos e até mesmo historiadores, debruçaram suas “forças intelectuais” para escrever como seria e/ou como tornou o estado alagoano após a assinatura da Lei Áurea em 1888, o fim dos governos monárquicos e o “início” da modernização do país com a república em fase crescente. É importante destacar que a maioria dos escritores desse período, eram homens, não negros e de famílias com condições socioeconômicas favoráveis. Raríssimos foram os espaços reservados às mulheres nesses diálogos, e mesmo assim, quando houve, foi destinado à mulheres também não negras e membros de famílias abastadas. Desse modo, uma das questões levantadas nesta dissertação requer refletir os espaços ocupados pelos trabalhadores e trabalhadoras que viviam na capital alagoana pós abolição, quais eram suas condições de vida e de que forma sua presença ficou demarcada na literatura alagoana.

Diferentemente do que afirmou o escritor alagoano Moreno Brandão em *História de Alagoas* (1981), no final do século XIX, Alagoas não “venceu o escravismo” ao iniciar seu período republicano, muito pelo contrário. Ao mesmo tempo que trabalhadores e trabalhadoras escravizadas conquistaram suas alforrias, Maceió crescia desordenadamente e em escala

¹⁰³ MACIEL, Pedro Nolasco. *Traços e troças: crônica varmelha, leitura quente*. Departamento Estadual de Cultura, 1964.

desproporcional às condições de trabalho oferecidas, gerando péssimas condições de vida e um grande número de desemprego e mendicância nas ruas da cidade e em seu entorno.

Em 1950, foi lançado no Rio de Janeiro, “Mundaú”¹⁰⁴, o livro de crônicas autobiográficas do comerciante alagoano Pedro de Carvalho Villela. Em 1977 foi publicado em Maceió pelo Departamento de assuntos culturais da Secretaria de Educação e Cultura. Apesar de ser um comerciante bem-sucedido já na primeira metade do século XX, teve na infância uma vida financeira difícil. Nessa obra ele relata o trabalho de seu pai numa fábrica têxtil em Rio Largo, cidade vizinha a Maceió, no qual não especifica sua função, mas deixa claro que trabalhava cerca de 14h/dia, e ganhava “quase nada”, como vários outros trabalhadores pobres desse período. A partir de sua memória de infância, sob a experiência da classe trabalhadora na cidade de Maceió e Rio Largo, ele organizou algumas histórias que fizeram parte de seu cotidiano. Através de crônicas, construiu uma narrativa sob o olhar de um homem que cresceu numa sociedade pós escravidão, na capital alagoana, em condições precárias. *Mundaú* encara Maceió e também Rio Largo através da vida de quem trabalha. Nesse sentido, ele constrói discursos a respeito da vida de homens, mulheres e crianças, rodeados de conflitos sociais, com disposições diversas para sobreviver diariamente, a partir de seu trabalho, suas crenças e costumes. Diferentemente do “apaziguamento” que Pedro Nolasco apresenta acerca das questões raciais, quando tenta inserir toda sociedade alagoana num modelo de igualdade pós abolição, baseada principalmente nos princípios positivistas¹⁰⁵, como no trecho citado acima, Pedro de Carvalho, por sua vez, deixa transparecer contradições do período, baseadas em suas próprias experiências ao longo vida. E mesmo pertencendo à classe trabalhadora, ele não estava impune dos princípios racistas e machistas que a sociedade pós abolição lhe proporcionara, apresentando-os impudicamente página por página em sua obra. Uma das personagens de suas crônicas é “Negra Luiza”, assim como ele a chamava. Ex escravizada que passou grande parte de sua vida à cuidar de crianças na região de Bebedouro, e mesmo após a abolição, segundo ele, “não quis” sua liberdade.

Nunca tive saudades dessa Babá e nem guardo dela a menor lembrança de amizade.

Era imensamente suja e doente.

¹⁰⁴ VILLELA, Pedro de Carvalho. *Mundaú*. Maceió: SENEC, 1977

¹⁰⁵ Segundo Alfredo Bosi, “a estreia da militância positivista no Rio de Janeiro coincidiu com o início da fase aguda do abolicionismo. A campanha desenvolveu-se por todo o país ao longo dos anos 80. O discurso dos ortodoxos foi coerente com três princípios básicos da doutrina de Comte: a) as três raças deverão concorrer, cada qual a seu modo, para o progresso das sociedades e a harmonia fraterna da civilização, b) abolição como dever universal e c) a incorporação do proletariado na sociedade moderna.”

Penso que a bondade de minha mãe a conservava ali, como se faz com um bicho de estimação, já velho, que não se larga na rua para que não morra mais depressa.

Ela me acalentava por dever e eu a suportava por obrigação.

Porque eu aceitaria qualquer outra que me dessem, pelo asco que tinha da negra.

Mas reconheço que era uma abnegada.

Tinha cuidados especiais comigo.

Insistia em dar-me comida com suas próprias mãos.

A minha resistência era tremenda.

E vinha minha mãe ralhar comigo.

E a negra a se lamentar de que eu não gostava dela.

Um conflito sentimental.¹⁰⁶

Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu, as produções biográficas ou autobiográficas possuem sempre, a intenção de fazer sentido, ter lógica e sequência cronológica, na tarefa de estabelecer relações inteligíveis¹⁰⁷. Desse modo, nos cabe refletir a obra de Pedro de Carvalho também através de sua trajetória. Ao mesmo tempo que é sujeito originário da classe trabalhadora, tornou-se ao longo do tempo, membro de outra classe social, com a garantia de direitos e regalias sociais, que de certa forma “sustentam” suas convicções. Paralelo a isso, é indispensável refletir que a estrutura da escravidão tentou a todo custo “animalizar” as pessoas de cor, a ponto de torná-las dispensáveis, como é visto no trecho acima, e em tantos outros que encontramos indiscretamente na literatura brasileira. Exemplo de mulheres que foram escravizadas, e que durante a abolição da escravidão, abdicaram de sua “liberdade” em troca de sobrevivência, trabalhando dia e noite em serviços domésticos e cuidando de crianças, em troca do “ganha pão”, como pudemos ver no trecho da crônica mencionada.

A partir de uma análise materialista, a tarefa é direcionada a enxergar a dimensão do que significou ser uma “trabalhadora negra”, expressa na obra de Pedro Carvalho. É provável que mulheres iguais a Luiza, que apesar de estarem diariamente presentes nos locais de trabalhos mais precarizados, e alguns até sem remuneração, mesmo em tempos de “trabalho assalariado”, elas foram, na maioria das vezes, invisibilizadas na história do trabalho no Brasil. O que o autor tratou como desejo, podemos aqui observar como estratégias de sobrevivência. A pesquisadora Silvia Federici, entende o trabalho doméstico não remunerado das mulheres como um dos pilares de sustentação para reprodução do sistema capitalista. No contexto alagoano pós abolição, esse lugar significou a realidade de mulheres negras e “libertas” do trabalho escravo, que mesmo tendo conquistado suas alforrias, na prática, continuavam impostas aos trabalhos

¹⁰⁶ VILLELA, Pedro de Carvalho. Mundaú. SENEC/AL. 2ª Edição. Maceió, 1977, p. 24.

¹⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Papirus Editora, 1996, p. 184.

“invisíveis” de uma sociedade que acabara de iniciar sua história no trabalho livre, mas negou totalmente a garantia da “liberdade”.

A Companhia Progresso Alagoano, na qual o pai de Pedro Carvalho trabalhava, foi fundada em 1892, por José Antônio Teixeira Basto, que tinha vindo de Portugal e fixou vida em Alagoas, tornando-se um importante nome no ramo da indústria têxtil no estado ¹⁰⁸. A fábrica só começou a funcionar em 1895, e segundo Airton “era composta de máquinas inglesas e utilizava somente algodão alagoano”. Além dos donos, estava em sua diretoria, Manuel Balthazar Pereira Diégues Junior¹⁰⁹, o pai do professor e escritor alagoano Manuel Diégues Junior.

Na rua do Cupim morava um velho entrevado, com duas filhas que trabalhavam na fábrica.
Cotinha, uma delas, era bonita e instruída.
Cuidava do seu trabalho e todos a estimavam e respeitavam.
Chegou à contra-mestra da fiação.¹¹⁰

Airton Melo, que fez um minucioso levantamento da indústria têxtil no estado de Alagoas entre o final do século XIX e o início do século XX, e observa que teve um crescimento notável no setor algodoeiro, a ponto de interferir significativamente na economia do estado. Nas fábricas estavam empregadas em sua maioria, mulheres e crianças, com ressalva, segundo o autor, de algumas que não foram encontradas documentação suficiente para distinguir gênero e idade durante a análise. É importante ressaltar que tanto a questão de gênero não foi debatida no contexto da análise, quanto a questão racial que não foi sequer mencionada como elemento de análise para esta produção, mesmo tratando de um estado com um grande número de homens, mulheres e crianças ex escravizadas africanas e descendentes.

Essa lacuna não é presente unicamente na pesquisa de Airton. É possível perceber que tanto a historiografia, quanto a literatura alagoana, deixam claramente despercebidas as questões raciais e de gênero em suas reflexões, muitas vezes, criando quadros sociológicos de “igualdade” entre trabalhadores e trabalhadoras que inexistem até o presente momento.

¹⁰⁸ Segundo Ibb Gato Falcão, médico, jornalista e membro da elite alagoana, José Antônio Teixeira Basto pertence à uma das famílias portuguesas que viram a chance de organizar negócios no Brasil ao longo do século XIX. José Antônio foi o único de sua família que permaneceu em Alagoas, seus três irmãos, Francisco, Manoel e Domingos foram para Recife. Na capital alagoana tornou-se comendador, ocupou cargos em instituições públicas e teve participação relevante na indústria têxtil do estado.

¹⁰⁹ MELO, Airton de Souza. Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951–1964). 2012. p. 66.

¹¹⁰ VILLELA, Pedro de Carvalho. *Ibidem*, p. 110

Ao estudar os caixeiros nos anos finais do século XIX e início do século XX, Osvaldo Maciel faz uma importante discussão, baseado na análise de diversas fontes, desde as documentações oficiais às obras literárias e jornais do período, que relacionam as organizações dos caixeiros na capital alagoana. Segundo ele, as associações mutualistas são entendidas como fenômenos de classe, e por sua vez, fundamentais para o “entendimento do processo de formação da classe trabalhadora”¹¹¹. Sua pesquisa é imensamente relevante para a compreensão dos processos de resistência da classe trabalhadora organizada em Alagoas na virada do século. Porém, o que deve ser destacado é a diversidade dessa categoria, não apenas no campo ideológico das organizações de classe, mas sócio cultural, permitindo entender a classe em torno dos processos que envolvem sua existência. Pouquíssimas são as vezes que é mencionada a presença de crianças nesse tipo de trabalho, em contrapartida não são tão raras quanto as notas publicadas nos jornais locais, que divulgavam vagas nessa atividade.

Em nota publicada no jornal *Evolucionista*, em 1905, com subtítulo de *Jornal da Tarde*, é publicado: “Nesta redação informa-se quem precisa de um menino de boa família para caixeiro dum estabelecimento de importação”¹¹². Maciel, afirma que esse periódico “é o mais veemente órgão que sai em defesa de parte do comércio contra regulamentação do horário de trabalho dos seus empregados”¹¹³, sob direção do abolicionista Luiz Wanderlei Lavèneré¹¹⁴. Diversos outros números desse mesmo jornal, durante o mesmo ano apresentou notas acerca de vagas de emprego de caixeiro para “meninos de boa família”.

A discussão sobre trabalho infantil não era uma questão nesse contexto, mas no presente momento, além de notável, devido a análise de documentação, é fundamental ressaltar que no período pós abolição em Maceió, havia a presença de diversas crianças em postos de trabalho, contrariando um dos silêncios mais tradicionais da história do trabalho no Brasil. Que crianças seriam essas? Certamente não eram os filhos legítimos dos proprietários de terra que moravam na capital alagoana nesse período, mas descendentes de gerações que sobreviveram à escravidão, a seca¹¹⁵ e a falta de oportunidades no trabalho livre.

¹¹¹ “O mutualismo é parte importante da tradição organizativa desta classe operária e compõe uma tradição associativa que contribui positivamente na construção de uma identidade de ofício, de categoria ou mesmo de classe para os trabalhadores que possuem alguma colocação no mercado de trabalho” MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. 2011, p. 17.

¹¹² (sem autor) *Caixeiro*, **O Evolucionista**, 2 de janeiro de 1905, p. 3, ano IV, n.3

¹¹³ MACIEL, Osvaldo. *Filhos do Trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a entidade de classe em Maceió (1895/1905)*. , p. 219

¹¹⁴ Segundo indica no ABC das Alagoas, Luiz Wanderlei Lavèneré nasceu na capital alagoana em 1868, tornando-se nos anos posteriores, deputado estadual, vereador, jornalista, professor, musicólogo e fotógrafo. “Tomou parte na campanha abolicionista, como membro da Sociedade Libertária Alagoana”.

¹¹⁵ Na obra *Traços e Troças*, há trechos que contam história de populações que fugiram da seca e deslocaram-se

Na *Formação da classe operária inglesa*, Thompson nos dá uma importante contribuição para refletir esses caminhos. Obviamente que não estamos tratando dos mesmos contextos que a realidade inglesa do século XVIII, mas podemos e devemos aprofundar a pesquisa à ponto de entender as complexidades no cotidiano da classe no contexto alagoano pós-abolição. Ao perceber as noções de “progresso” no discurso historiográfico, principalmente dos marxistas, a respeito da vida dos trabalhadores naquele momento, o inglês apontou diversas lacunas existentes na discussão das relações ‘capital x trabalho’, ‘trabalho x trabalhadores’, ‘consciência x organização’. Segundo ele, ao centrarem sua pesquisa exclusivamente na realidade dos locais de trabalho e das organizações de classe, subestimaram a experiência como uma expressão fundamental para conhecer a classe e entender suas ações. No caso de Alagoas, a historiografia tem dado curtíssimos passos nesse sentido. Em relação a história do trabalho, a pesquisa ainda se dá nessa estrutura pensada majoritariamente a partir das organizações de classe e seus feitos, mas pouquíssimo é refletido a partir das experiências de uma classe que descende de mais de três séculos de escravidão e ainda vive os resultados desta estrutura, que através do racismo, escolhe estrategicamente o ponto crucial que demarca a desigualdade. Dessa forma, cabe nessa pesquisa o entendimento da classe trabalhadora sobrevivente da miséria, das péssimas condições de trabalho e moradia, nas páginas da história alagoana, no início do século que prometeu-se como progresso e liberdade, mas preservou-se como lugar de ascensão de homens, brancos e ricos, tal qual permanece até o presente. Em muitos casos, os sobrenomes desses abastados ainda são os mesmos que dominam as decisões políticas e econômicas locais e nacionais.

É importante lembrar que durante o Segundo Reinado, circulou na capital alagoana, centenas de pessoas escravizadas que eram comercializadas diariamente.

A situação dos escravos urbanos de cidades como Maceió e Penedo foi absolutamente instável ao longo do Segundo Reinado. O movimento do comércio de escravos não era segredo para ninguém. Os comerciantes eram conhecidos, os lugares de negócios também e os cativos de Maceió e Penedo não estavam alheios ao trânsito cotidiano de escravos de outras partes ali chegando para serem embarcados logo a seguir. Em apenas quatro anos, na década de 1850, foram exportados por Penedo mais escravos que o total da população cativa da cidade. Em Maceió, entre 1873 e 1881, apenas 20% dos cativos exportados por Jaraguá tinham sido matriculados na capital da Província, ou seja, apenas um quinto dos cativos exportados habitava ali antes de ser embarcado. Os escravos das duas principais cidades de Alagoas conviviam cotidianamente com o comércio de escravos, seja por serem afetados diretamente por ele, seja pela grande movimentação de escravos do

para capital alagoana, como tentativa de superação dos problemas sociais.

interior levados aos portos para embarcar no “próximo vapor que chegar”. As gameleiras da Avenida da Paz que o digam.¹¹⁶

Como dito no segundo capítulo, sob duras tentativas de “embranquecimento” da sociedade alagoana, assim como toda sociedade brasileira no período pós abolição, é necessário fazer um amplo diálogo com a literatura que dialoga sobre escravidão nos momentos que antecedem à abolição, para compreender a composição social da cidade na virada do século. A pesquisa de Luana Teixeira possibilita dimensionar a comercialização da população negra durante o Segundo Reinado, evidenciando uma forte presença negra em processo da comercialização legal e ilegal da população escravizada na capital e no interior do estado, durante o século XIX.

Tendo em vista que grande parte do trabalho nesse período estava voltado para as produções agrárias, a população trabalhadora urbana, que vivia em Maceió, estava direcionada basicamente ao escoamento de mercadorias advindas do interior, assim como para organização da cidade que estava inserida numa lenta escala de modernização, tal qual a maioria das capitais do país.

Álvaro Cardoso, natural da cidade de Penedo, localizada no interior alagoano, organizou o *Álbum Ilustrado do Estado de Alagoas [1908]*, reunindo cerca de 106 fotos do estado, cuja explicação se dá através do texto elaborado por Joaquim Goulart de Andrade e publicado pelo governo de Euclides Malta. Nessa obra, apesar de seu caráter direcionado ao progresso da capital através de uma perspectiva positivista, o organizador apresenta imagens que caracterizam o estado no período, na qual podemos observar nitidamente a dinâmica local. A partir dessa obra, percebemos quão pouco mencionado a importância das lagoas na história do estado e suas interferências no cotidiano da cidade. Em 1917, Octavio Brandão¹¹⁷ publicou no periódico *Semana Social*¹¹⁸, que estava sob propriedade e direção do anarquista carioca Antônio Bernardo Canellas, que morava em Maceió no período, sua pesquisa acerca dos canais e lagoas existentes no estado. Sua pesquisa esteve mais voltada aos entendimentos geológicos da região,

¹¹⁶ Teixeira, Luana. Op. Cit, p. 2018

¹¹⁷ Otávio Brandão Rego nasceu em Viçosa (AL), em 1896. Farmacêutico, diplomou-se pela Universidade de Recife. Foi um dos pioneiros na defesa da existência de petróleo no subsolo brasileiro, defendendo essa tese em conferências realizadas em Maceió na década de 10. Nesse mesmo período, iniciou sua militância anarquista na capital alagoana.

Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

¹¹⁸ Jornal alagoano (1917) que acaba fazendo parte da imprensa anarquista no Brasil, organizado por Antônio Bernardo Canellas, que mantinha contato com outros anarquistas do país, entre eles Astrojildo Pereira, que escreve para o semanário.

mas permitiu visualizar de modo mais cuidadoso as possibilidades de sobrevivência e resistência do local.

Dentre os locais de trabalho já mencionados, é possível perceber a partir dessas obras destacadas acima a presença de homens e mulheres que buscaram sobreviver na capital alagoana no entorno de suas margens lagunares e na orla marítima (VER ANEXO 2). Pescadores, lavadeiras, carroceiros e canoeiros tiveram suas experiências no cotidiano dessas regiões.

[...] a população da capital e de muitos outros lugares chegaram em canoas, nos vapores, a pé, a cavalo, caravanas e grupos atacando foguetes, tocando harmônicas, violões, violas. Nas casas de palha, por baixo das árvores, ao ar livre, come-se, bebe-se, folga-se. As canoas atravessam o canal embandeiradas, carregadas de povo que vai ao banho dos Remédios¹¹⁹, outras voltam com o bojo cheio de banco a banco, e potes d'água.

[...] Por baixo dos coqueiros viam-se grandes varais com redes estendidas, e os pescadores, seminus, a consertá-las; velhas fiando tucum para as tarrafas.¹²⁰

Em 2010, a professora Irene Bonan elaborou uma coletânea de comemoração para os 100 anos da Escola de Artífices no estado de Alagoas. Segundo ela, nenhuma ação de educação pública se destacou em Alagoas até a segunda década do século XIX. Em 1854 foi criado o Colégio de Educandos e Artífices, cujo caráter era assistencial para crianças órfãs entre 7 e 12 anos, com a proposta de formar jovens trabalhadores, oferecendo exclusivamente o ensino do ofício de mecânico¹²¹. Mais de 50 anos depois, em 1910, durante o governo de Euclides Malta no estado de Alagoas, foi fundada a *Escola de Aprendiz e Artífices de Alagoas*, subordinados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio¹²², com justificativa de “colocar a classe proletária para superar as péssimas condições de vida” erguidos em discursos de retirar jovens das ruas, dando-lhes uma profissão e a possibilidade de um trabalho assalariado.¹²³ Trata-se do período que trabalhadores e trabalhadoras tiveram que reinventar seu modo de sobreviver, principalmente às pressões da competição no mercado de trabalho, que por sua vez estava sob comando de estruturas essencialmente racistas, recém saídas de séculos de escravidão das populações negras em todo país. Para a pesquisadora, no caso de Alagoas, especificamente, a escola esteve ligada mais a qualificação de artesãos de que profissionais da indústria. Nesse

¹¹⁹ Localizada em Coqueiro Seco, AL.

¹²⁰ MACIEL, Pedro Nolasco. *Ibidem*. p. 236, 237.

¹²¹ BONAN, Irene. *Da Escola de Aprendiz Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (1909/2009): cem anos de história do ensino profissionalizante em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2010, p. 28

¹²² *Idem*, p.18

¹²³ *Idem* p. 33

trabalho ela provoca um diálogo a respeito da evasão escolar, provocada na maioria das vezes pelas péssimas condições de vida que tinham os alunos da escola, onde faltavam materiais básicos, impossibilitando-os de frequentarem suas aulas.

No livro de centenário da instituição, são apresentadas diversas imagens da escola e seus alunos ao longo dos cem anos da instituição, que é evidente e massiva a presença de jovens negros. E por mais que ela não traga essa discussão sobre trabalho e raça como “chave” para a conversa, possibilita um caminho que transparece a vida de jovens e adultos da classe trabalhadora, inseridos numa rede de ensino público, que ao mesmo tempo que possibilita a aprendizagem de uma profissão e outros saberes, impõe regras sociais das quais elas julgam ideais. Era necessário, segundo o próprio decreto, “afastar” os filhos da população pobre da ociosidade, do vício e do crime. Mas afirmamos que mais necessário ainda é visar um olhar a partir da comunidade que enfrentava diariamente essas questões. O historiador Gustavo Bezerra aponta:

No meio urbano a vadiagem apresenta-se de forma mais complexa, se fazendo perceber não só pela ociosidade, itinerância, mendicância e pequenos furtos, mas também pelos divertimentos como o entrudo, o quilombo, as festas de santo, a embriaguez e os alaridos em botequins e tavernas, o comportamento insolente de moleques peraltas, e até mesmo sobre o trabalho informal.

Em *Trabalho, lar e botequim*, Sidney Chalhoub ao discutir o período pós abolição na cidade do Rio de Janeiro, afirma que o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, levou as autoridades brasileiras realizarem “reajustes no seu universo mental, de adequar sua visão de mundo às transformações socioeconômicas que estavam em andamento”. Datada em 13 de maio de 1888, a abolição da escravidão colocou na ordem dos debates, as diversas transformações nas relações de trabalho, que por sua vez proporcionam novas experiências a classe trabalhadora. Nessa obra ele menciona que em 1888 o ministro Ferreira Viana apresentou a elaboração de um projeto que tinha como proposta a repressão à ociosidade, como se a população negra recém liberta, que estava nas ruas das cidades brasileiras, ameaçasse a ordem, a lei e a propriedade. Segundo Sidney, a ideia foi praticamente consenso na Câmara dos Deputados do estado do Rio de Janeiro, que prepararam suas argumentações baseadas na associação da liberdade de pessoas escravizadas com o que eles chamaram de “desordem”. E nesse contexto de profundos conflitos, o trabalho foi tido como o principal elemento ordenador e moralizador da sociedade, utilizado ideologicamente para construir padrões socioculturais “regeneradores” das populações escravizadas do país. A partir disso, a principal ideia era

romper com a diversidade cultural existente no processo de formação da sociedade brasileira, procurando não só embranquecê-la, mas também silenciá-la.

3.2 – MARGINALIZAÇÃO DA POBREZA

A diversidade de documentação usada nessa pesquisa foi bem entusiasmada na tentativa de marginalização das práticas sociais exercidas pela população pobre e negra na cidade de Maceió pós abolição. Ao mesmo tempo que determinavam as regras morais, denunciavam aqueles e aquelas que de certa forma contrariavam as “normas”. As denúncias eram feitas diariamente através dos meios de comunicação, nas páginas dos jornais e na literatura local.

E no processo moralização e marginalização da vida pública, os meios de comunicação deram largada na tentativa de impor as regras “sociais”, que na maioria das vezes não era cabível com os costumes da maior parcela da população. No que se trata sobre o espaço reservado a mulher na sociedade alagoana do início do século XX, é instruído que essa tivesse características delicadas e atividades voltadas ao espaço privado da casa e da igreja.

O “Manual de Instrução Cívica: Igualdade” publicado em 1899 pelo jornal republicano *Rebate* em Maceió responde perfeitamente esse questionamento quando diz:

É evidente que o homem tem na sociedade função diversa do que aquella que a mulher tem de preencher.
Ao homem cabem os trabalhos do exterior, cuidado de prover e sustentar sua família, os perigos e as fadigas de guerra. À mulher pertencem o trabalho doméstico, o cuidado da educação dos filhos, o encargo de embelezar o interior da casa. Desta diferença na missão de cada sexo resulta que os direitos e os deveres são os mesmos.

E da mesma forma que “instruíam” os costumes “ideiais”, condenavam a quem pudesse contrariar quaisquer das regras. Em 1905 o jornal *Evolucionista*, já mencionado outra vez, denunciou através de uma nota, mulheres que moravam no Alto do Jacutinga, e que segundo eles, eram “da vida alegre” e faziam muito barulho ao longo da noite com suas conversas “immorais”. O artigo intitulado “Immoralidade¹²⁴”, expõe críticas à vida de mulheres trabalhadoras do sexo na cidade de Maceió, resguardados a partir dos bons costumes estabelecidos por uma moral que “fincou” o lugar da mulher ao lado do marido, dentro de casa, cuidando dos filhos e temente ao Deus cristão, descartando qualquer possibilidade da

¹²⁴ s/a. Immoralidade. O Evolucionista. Ano IV. N. 1, 2 de janeiro de 1905, p. 2

contrariedade. Porém, as coisas nem sempre funcionam como ditam as regras. O romance *Traços e Troças* descreve perfeitamente os bons rapazes da cidade que mostravam apreço por essas moças, admirando-as e muitas vezes tirando seus próprios benefícios:

Na noite em que o Juquinha mandara preparar o pescado, veio realmente de Jaraguá o bonde de 9 horas, todo vestido de branco, chapéu de palha, prosando com o Maciel, olhos de lince fixos em duas horizontes¹²⁵.

A prostituição, geralmente destacada como um “desvio” social, é questionada pela historiadora Cristiana Schettini, doutora em História Social pela Unicamp. Uma das principais críticas elencadas em sua argumentação é a relação próxima do poder público com o pensamento cientificista, que através das determinações biológicas, estabeleceu hierarquias sociais. Segundo a autora, a prostituição, justamente no início da República, requer muito mais uma relação de interesses com os poderes públicos que uma simples condenação moral, porque,

[...] a história de como o novo regime republicano se relacionou com as prostitutas não parece diferir muito do que ocorreu com outros grupos cujas maneiras de significar espaço urbano também estavam na mira.

[...] a tendência daquele momento em diante era que o novo regime apenas criaria condições para a exacerbação do papel da ciência e dos pensamentos racistas na naturalização e legitimação das desigualdades sociais.¹²⁶

Ao contrário de buscar respostas exatas sobre prostituição, Cristina abre um leque de possibilidades e contextos que envolvem cotidiano e experiência de centenas de trabalhadores e trabalhadoras diariamente:

A prostituição foi uma forma socialmente aceitável de homens e mulheres estabelecerem relações sexuais naquela época, mas não apenas porque houvesse mais homens do que mulheres, ou porque jovens imigrantes estrangeiras fossem abruptamente arrancadas de seus laços familiares, ou ainda porque essas mulheres não encontrassem outra possibilidade de sobrevivência. A prostituição foi uma possibilidade de trabalho disponível a muitas mulheres porque aquela era uma sociedade informada por determinadas concepções sobre sexualidade e trabalho: por um lado, homens eram social e racialmente diferenciados por sua capacidade de identificar os objetos de desejo apropriados a seu status social. Por outro lado, posto que o status moral de mulheres era estabelecido através da noção de honra, associada ao recato e ao espaço privado, qualquer atuação delas no espaço público as deixavam vulneráveis a constantes julgamentos morais.¹²⁷

¹²⁵ MACIEL, Pedro Nolasco. *Traços e troças: crônica varmelha, leitura quente*. Departamento Estadual de Cultura, 1964.

¹²⁶ SCHETTINI, Cristiana. " Que tenhas teu corpo": uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. 2006, p 26.

¹²⁷ SCHETTINI, Cristiana. *Ibidem*, p. 21 e 22.

Em 1890, *O Orbe* publicou um artigo intitulado “A prostituta”, no qual ele apresenta sob suas concepções conservadoras, os “males” que a prostituição resulta na vida das mulheres. Em primeiro momento, o texto apresenta reflexões morais que condenam o trabalho da prostituição, e por fim reserva um espaço extenso para relatar casos de mulheres que são abandonadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, e muitas vezes acabam morrendo nas ruas da cidade, com doenças e desamparadas. Geralmente esses discursos são realizados por homens privilegiados, a partir de suas perspectivas moralistas, que condenam diariamente a vida dessas trabalhadoras, justificando as situações de miserabilidade a partir de uma culpa que elas próprias “carregam” por suas escolhas “imorais”¹²⁸. E por mais que haja todo um valor moral inserido nesse debate, a prostituição é vista aqui dentro da discussão sobre a classe trabalhadora inserida no contexto social da cidade de Maceió na virada do século, logo após a abolição da escravidão. As principais fontes que indicam a presença da prostituição nesse período são os jornais locais, que por sua vez, independente da vertente política que assumam, quase sempre com perspectivas recheadas de preconceitos e piadas. Talvez se houvesse outros tipos de fontes nesta pesquisa, pudéssemos observar com mais exatidão o perfil sócio cultural dessas mulheres, indicar a média de idade, a cor e as condições sócio econômicas, nos permitindo dimensionar um quadro elaborado da situação local.

Nesse processo, vários grupos e perfis sociais foram atingidos pela marginalização da pobreza. O que Casé chama atenção para os “trabalhadores nacionais” na cidade de São Paulo, em Alagoas esse processo ocorre com a população negra descendente de povos africanos e indígenas, já que Alagoas não teve presença massiva de imigração europeia nesse período, como dito anteriormente.

Entraram pelo lado sul da igreja do Rosário, que estava em festa, penetraram no templo; quem quis fez sua oração sincera ou hipocritamente. Ao sair do templo foram assaltados por inúmeros sujeitos, **uns vestidos de penas e untados de oca, lembrando os primitivos habitantes do Brasil; outros enlameados de preto**. Era aquilo um brinquedo tradicional, que renovava os quilombos da serra dos Palmares, célebre república organizada por africanos escravizados em número superior a três mil e que se refugiaram na Serra da Barriga, neste Estado, onde viveram mais de meio século.¹²⁹ **(grifo meu)**

Esse trecho de *Traços e Troças* representa não apenas o olhar racista do escritor Pedro Nolasco, mas a forma como a elite branca e letrada relacionava-se com a população negra,

¹²⁸ Prostituta. *O Orbe*. Ano XII, n17, 23 de fevereiro de 1890, p. 3.

¹²⁹ MACIEL, Pedro Nolasco Ibidem, p. 247, 248

indígena e pobre de Maceió no início do período republicano. Período que eles resolveram tratar por momentos de civilização e progresso¹³⁰, hegemônico por seus próprios padrões de costumes e ordenamentos sociais.

Foram recolhidos a este estabelecimento pelo terceiro commissario os indivíduos: Bellarmino Nazario dos Santos, por vagabundagem e embriaguez. Foi posta em liberdade pelo sub-commissario do Alto do Jacutinga. Celestina Africana da Costa.¹³¹

As denúncias eram constantes. Não possuir pele branca e propriedades, quase sempre foi associado à pessoas violentas e criminosas, e por mais que o “espírito da república” pregasse “igualdade”, suas relações eram totalmente excludentes.

Em 18 de fevereiro de 1905, o *Gutemberg*¹³² publicou entre suas notas um informe da Intendência Municipal, que fazia o policiamento dos carroceiros, cuja intenção era evitar qualquer “inconveniência” que pudesse existir entre essa categoria de trabalho¹³³. A nota tratava especificamente sobre a detenção do preto Jacob, carroceiro e empregado da limpeza dos armazéns da firma de tecidos Almeida Guimarães, acusado de roubar peças de madraço/madapolão¹³⁴ e outros tecidos de algodão, além de algumas garrafas de bebidas. O senhor Adolpho Almeida, sócio do comendador Teixeira Basto, também informou que o preto era suspeito de roubar seu relógio de ouro. A polícia afirmou que Jacob também seria investigado por outros delitos, que não foram informados. Além dele, outros três empregados da mesma empresa também estavam sob acusações, e o policiamento do local aconselhava que a empresa os demitisse imediatamente, evitando esse “tipo” de trabalhador em suas propriedades.

Muito longe de ser o “homem de bem” tal qual “esperava-se” na constituição da república, em terras maceioenses, não bastava ter um emprego “fixo” e ser um trabalhador assalariado comum. Ser negro sempre foi um pretexto para violência e tonaram-se ao longo da história brasileira, “motivo ideal” para encarceramento. Na maioria das vezes o indicativo racial elenca uma série de suspeitas, que deixa grande parte da classe trabalhadora negra e empobrecida “na mira” das repressões.

¹³⁰ NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flavio. *Ibidem*

¹³¹ (sem autor), Casa de Detenção: Movimento do dia 4. **O Evolucionista**, 5 de janeiro de 1905. Ano IV, n. 4

¹³² Nota. *Gutemberg*, Ano XXIV, n° 35, 18 de fevereiro de 1905, p.2

¹³³ Furto. *Gutemberg: Jornal de Maior Circulação no Estado*. 18 de fevereiro de 1905, Ano XXIV, n 35, capa.

¹³⁴ Pano fino de algodão. Também conhecido como *Morim*. Fonte: Wikipédia.com.br (acesso em 23 de abril de 2019)

3.3 RELIGIOSIDADE PÓS ABOLIÇÃO

Essa pesquisa tem relações íntimas com a imprensa e a literatura alagoana. Principalmente através de notas, artigos, crônicas e romances, foi possível vislumbrar os rumos tomados pela sociedade maceioense após abolição da escravidão. Nesse sentido, é fundamental destacar a eminente presença do culto religioso entre as relações sociais nesse processo, como elemento fundamental para compreensão acerca dos costumes e crenças na história do Brasil. Muito além das questões espirituais, as religiões assumem papéis sociais, que interagem diretamente na forma como a população organiza sua vida e seleciona seus “princípios”. Ao estudar os conflitos religiosos em Alagoas, Irinéia dos Santos aponta para uma questão vital para dimensionar quão influente é a igreja católica nesse contexto,

No Brasil a imprensa católica passou a ser mais atuante na segunda metade do século XIX. Procurando atender a tarefa colocada pelos papas, avançou junto com o ideal ultramontano no país, entrando no embate contra os “males da modernidade” e sua ferramenta de difusão, a “má imprensa”¹³⁵

Segundo Nelson Werneck Sodré, o século XIX no Brasil foi marcado por períodos de aprofundamento das contradições sociais. E a “liberdade do ventre, liberdade dos sexagenários, abolição, as questões religiosas, eleitoral, federativa, militar, as transformações institucionais” possuíam relações diretas com a imprensa do país, que por sua vez “ampliava sua influência” e propagava ideias¹³⁶ dia após dia.

Apesar das disputas ideológicas inseridas nesse período do cotidiano maceioense – ideologia aqui é vista a partir das concepções do sociólogo marxista Michael Löwy, nomeada “visão social de mundo¹³⁷” – grande parte dos escritores alagoanos, aproximavam-se dos princípios cristãos, agindo transparentemente através das páginas de jornais e da literatura local. As relações de poder entre igreja e poder público estavam nitidamente demarcadas nas decisões públicas do estado. Em 1898, o então governador Manuel Duarte, afirma em um dos relatórios de governo, que devido a população alagoana ser “totalmente católica”, ele tomou a decisão de decretar a doação de terras devolutas para serem utilizadas na construção de um futuro bispado

¹³⁵ DOS SANTOS, Irineia Maria Franco, Conflitos religiosos, visões de mundo e relações de poder na imprensa católica: “A Fé Christã” (Alagoas, 1902-1907). Segundo a autora, “este artigo é resultado parcial do projeto de pós-doutorado ““A Fé Christã”: A imprensa católica entre os combates pela fé e as relações de poder (Alagoas, 1900-1912)”, em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS/Porto Alegre-RS, 2018”, p. 13 (não publicado)

¹³⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. A história da imprensa no Brasil. p. 223

¹³⁷ LOWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. Editora Cortez, 1992, p. 13.

no estado¹³⁸. Esse discurso apenas confirma as instituições influentes nos conflitos locais. Classes sociais, religiões, costumes, territórios e manifestações culturais fazem parte de uma série de “critérios” formulados e estabelecidos pelas elites brancas e letradas do estado, que distinguem, separam e qualifica os grupos sociais.

Sabe-se que a prática de *demonizar os deuses vencidos* foi utilizada pelo cristianismo no seu processo de expansão/universalização, ao se vincular oficialmente ao Estado romano, a partir do século IV d.C. Durante o período colonial, indígenas e africanos eram “orientados” pelos missionários a rejeitar a sua própria cosmovisão, deuses e antepassados em favor do panteão católico. No entanto, tal “orientação” – feita sob o forte “argumento” da escravidão – não surtiu plenamente os efeitos esperados. Se por um lado, as cosmogonias e práticas religiosas africanas e indígenas permaneceram na vida social, mesmo perseguidas, por outro, a recorrência nos discursos e ações de demonização do Outro, teve graves consequências para a vida cultural e social ao longo do tempo, pois se expressaram em políticas públicas de repressão jurídica e policial, ou seja, *criminalização*. O racismo institucional e religioso no Brasil manteve-se nas estruturas do Estado, da colônia ao império e prolongou-se no período republicano em seus diferentes regimes e governos. Caberia entender o quanto a imprensa católica participou da sua manutenção, assumindo os pressupostos das teorias raciais e das ideologias políticas dominantes.¹³⁹

Anos mais tarde, ao longo da primeira metade do século XX, Alagoas terá papel relevante nas discussões a respeito da presença negra na formação do estado.

Em novembro de 1934, um ano após a publicação de *Casa Grande e Senzala*, aconteceu no Teatro Santa Izabel, na cidade do Recife, o primeiro Congresso Afro-Brasileiro, sob a liderança de Gilberto Freyre, [...] Pautados na ideia de “mestiçagem”, esses trabalhos visavam dar atenção à “participação do negro e do mestiço no processo cultural do Brasil”. Entretanto, as chamadas “culturas negras” foram entendidas como folclore [...] Esses estudos eram herdeiros das abordagens conservadoras ancoradas no racismo científico de fins do século XIX e início do XX. As gerações de intelectuais brasileiros influenciados por Nina Rodrigues trataram da escravidão e do negro no Brasil “através dos conceitos de *acomodação, adaptação, aculturação, assimilação* e outros”

O pesquisador alagoano Alfredo Brandão, em sua apresentação no congresso, expôs a “tese da conformidade do negro”, sintetizada no seguinte trecho: “O negro era um conformado com sua sorte. É natural que vivesse obcecado com a ideia de liberdade, mas nos tempos posteriores ao quilombo [*Palmares*] a obcecação não o levava a revoltas e a reações a mão armada”¹⁴⁰

¹³⁸ NUNES, Márcio Manuel Machado. A criação do bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910). 2016. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA) – Universidade Federal de Alagoas, 2016.

¹³⁹ DOS SANTOS, Irineia Maria Franco. *Ibidem*. p. 18

¹⁴⁰ MARQUES, Danilo Luiz. Sob a “sombra” de Palmares: escravidão, memória e resistência na Alagoas oitocentista. 2018. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 2018.

Porém, ao tentar compreender a história no “contrapelo” dos discursos silenciados e/ou por vezes folclorizados, encontramos uma vastidão cultural e religiosa inseridas no período pós escravidão. O Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança¹⁴¹, publicado em 1974 pelo Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, apresenta a pesquisa de um dos principais folcloristas alagoanos sobre os “Xangôs” na cidade de Maceió, no qual ele refere-se a intensa presença dos “terreiros de cultos africanos” na capital durante o período. Gabriela Torres Dias, afirma que esta coleção é um “marco” fundamental na história dos estudos sobre as religiões de matriz africana no estado¹⁴², e apesar das críticas que a mesma tece aos folcloristas, considera-os fundamentais para compreensão social a respeito da população negra em Alagoas. Até então, a literatura alagoana, assim como os jornais e revistas do período, guardavam um lugar especial aos personagens negros da nossa história, geralmente esses eram dispostos à cenas de crimes, aos desvios morais e as péssimas condutas, criando um discurso de estranhamentos e eliminação “do outro”.

[...] tanto a violência policial quanto a folclorização compõem instrumentos práticos de “silenciamento” social produzidos pelas classes dominantes, destinados à população negra e suas produções religiosas¹⁴³

Apesar dos silenciamentos contidos na história de Alagoas a respeito da população negra e seus cultos sagrados, foram inúmeros os casos de repressão racista à vida das pessoas de cor nas cidades alagoanas, tanto antes, quanto pós abolição. Essa tentativa de “eliminação” do outro (não branco) é mantida até o tempo presente.

Em 1912, Alagoas foi palco de um dos momentos mais violentos e sangrentos, direcionado às “comunidades de terreiro”, os centros religiosos de matriz africana do país e a população negra de Alagoas, esse episódio ficou conhecido como “Quebra de Xangô”. Suas causas foram diversas, envolvendo-se desde as disputas políticas das elites alagoanas, até o “preconceito” em relação aos cultos de matriz africana. E muito longe de discutir as questões políticas que envolveram a oposição entre as oligarquias alagoanas, o “quebra” significou momentos de tensões e violência contra população negra e pobre que frequentavam as casas de “xangô”:

¹⁴¹ “A Coleção Perseverança foi doada em 1950, ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, pelo Sindicato dos Empregados do Comércio, antiga Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados do Comércio. O nome atual “Coleção Perseverança”, foi colocado em homenagem à instituição doadora” ver: DIAS, Gabriela Torres.

¹⁴² DIAS, Gabriela Torres. Os intelectuais alagoanos e o Quebra de Xangô de 1912: uma história de silêncios (1930-1950). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Alagoas, 2018.

¹⁴³ Dias, Gabriela Torres. *Ibidem*, p. 142

Os terreiros foram acusados de obter proteção e praticar feitiçarias em benefício do antigo governador. Muitos acabaram invadidos e tendo seus filhos de santo e lideranças religiosas violentamente agredidos, além dos objetos de culto queimados em praça pública. As casas mais antigas do Xangô de Alagoas foram destruídas e algumas lideranças sobreviventes evadiram do Estado¹⁴⁴

Ao observar esses episódios e tantos outros, nota-se que as questões religiosas demarcaram um importante lugar de conflitos na história do Brasil, e que por sua vez estão intimamente ligadas às relações de poder e as formas excludentes exercidas pelo estado brasileiro. Em Alagoas, no mesmo “instante” que é “selecionada” a religião cristã como oficial do estado, as demais, de origem africana e indígena, são automaticamente “demonizadas” e sofrem inúmeras tentativas de eliminação ao longo do tempo. As relações de poder são totalmente injustas, excludentes e silenciadoras com parcela significativa da população. O período “pós abolição” dá uma infinidade de exemplos que trabalhadores e trabalhadoras, negras e indígenas tiveram suas práticas e costumes reprimidos em contrapartida à relações culturais que, na maioria das vezes não lhes “pertenciam”. Isso não quer dizer que não haja interação entre os grupos sociais, muito pelo contrário, mas talvez se sobreponha questões que muitas vezes passam despercebidos na história do trabalho em Alagoas.

Porém, muito além do preconceito “fecundado” ao longo da história de Alagoas, a complexidade da vida social requer bastante atenção. Apesar do catolicismo ser o parâmetro “ideal” da vida pós abolição, não quer dizer que as diversas práticas religiosas não tenham tido relações próximas nesse processo. O romance *Traços e Troças*, já mencionado outras vezes, narra a história de duas mulheres, Zulmira e dona Maria, ambas católicas e frequentadora da igreja, à procura de uma feiticeira ou curandeira, nas margens da lagoa Manguaba, no intuito de acabar uma briga de casal. O autor da obra faz questão de despejar todos adjetivos negativos ao referir-se à Ana Cesária, a tal curandeira que havia encontrado. Segundo ele, a “bruxa velha era uma espécie de hospital”, que “abusava da boa fé dos ignorantes e desesperados”, mas que suas práticas “curavam” todos os males físicos e morais. Porém, ele faz questão de alertar sobre sua “duvidosa” higiene, tal qual era costumeiro esse tipo de observação quando pessoas não negras referiam-se à pessoas negras nesse período. Vide o caso da babá de Pedro de Carvalho, mencionado no terceiro capítulo deste trabalho.

Aquela casa de consulta, verdadeiro consultório para clínica de porta nas casas de caridade, era uma Arca de Noé; viam-se ali todas as raças, todas as cores,

¹⁴⁴ DIAS, Gabriela Torres. *Ibidem*, p. 12.

feios e bonitos, felizes e infelizes; e a sinhá Aninha Cesária a dar consultas, a sós, na alcova, trancada meia hora com o cliente, a enchê-lo de vento.¹⁴⁵

¹⁴⁵ MACIEL, Pedro Nolasco. *Ibidem*, p. 237

V. CAPÍTULO 4 – MACEIÓ PÓS ABOLIÇÃO

*Não fomos vencidas pela anulação social
Sobrevivemos à ausência na novela, e no comercial
O sistema pode até me transformar em empregada
Mas não pode me fazer raciocinar como criada*

Yzalú

De acordo com pesquisas realizadas por Craveiro Costa, sobre a economia do estado de Alagoas na virada do século XIX para o XX, “pelas estatísticas oficiais existentes, verifica-se que a transição do regime político do país, em 1889, encontrou Alagoas com sua capacidade de produção em via crescente”¹⁴⁶, e ao mesmo tempo, a República trouxe ao estado o crescimento da vida municipal - que até então dependia dos governos provinciais - e a partir disso, as cidades passaram ser responsabilidade do próprio município. Segundo ele, foi assim que capital alagoana conseguiu ascender numa curva crescente¹⁴⁷. Porém, essa via não teve necessariamente “mão dupla”, o crescimento foi totalmente desordenado, com foco no desenvolvimento do capital e no enriquecimento das elites. As relações de trabalho não eram mais estabelecidas nas condições entre proprietários e escravizados, como nos séculos anteriores, muito pelo contrário, a partir de então todos e todas eram considerados “livres”, inclusive as crianças, para venderem sua força de trabalho em troca de precárias condições de vida. Essa miséria gerada pelo desenvolvimento desordenado, é visível tanto quando nos deparamos com jornais locais, que denunciam o número de mendigos nas ruas da capital alagoana¹⁴⁸, ou quando vemos relatos de trabalhadores que denunciam as péssimas condições, longas jornadas de trabalho e as precárias condições de moradia¹⁴⁹.

4.1 OCUPAÇÕES NA CIDADE

A história da escravidão também se deu em paisagens urbanas e semiurbanas como Maceió, uma cidade negra e atlântica que guarda peculiaridades. Pode-se dizer, sem nenhum demérito, que ela está longe de se equiparar em termos demográficos e econômicos a cidades como Rio de Janeiro, Recife e Salvador, todavia, possui suas particularidades e se constituiu como uma cidade com forte presença africana.¹⁵⁰

¹⁴⁶ COSTA, Craveiro. História de Alagoas: resumo didático. São Paulo: Melhoramentos, 1983. p. 160

¹⁴⁷ COSTA, Craveiro. Maceió. Maceió: Edições Catavento, p. 200. 2011

¹⁴⁸ Mendicidade. *Perseverança*, 15 de agosto de 1909, ano 1, n 2

¹⁴⁹ ALMEIDA. Luiz Sávio de. Crônicas alagoanas vol. II – Notas sobre poder, operários e comunistas em alagoas. Maceió: EDUFAL, 2006.

¹⁵⁰ MARQUES, Danilo Luiz. Sob a sombra de Palmares, p. 293

Os trabalhos de Danilo Marques e Luana Teixeira são fundamentais para compreensão desse período de “transição” no cotidiano de Maceió. Entender os processos de luta e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras escravizados e livres ao longo do século XIX, significa a possibilidade de não “cair de paraquedas” na imagem do trabalho “livre”, recém iniciado após a abolição. Até assinada a Lei Áurea diversos embates ocorreram em todos lugares do país, seja em prol da emancipação, ou na tentativa de permanecer a produção sobre as “rédeas” escravistas. Para compreensão das estratégias de resistência e dos processos de emancipação, é necessário entender a configuração da cidade nesse período.

O bairro de Jaraguá, onde localiza-se o Porto de Maceió, por exemplo, foi uma localidade importantíssima no que tange a discussão sobre a comercialização de africanos e africanas ao longo do século XIX, assim como parte fundamental da cidade para busca por empregos no início do século XX. Trapicheiros, estivadores, doqueiros, carroceiros são as principais atividades de trabalho na região. Osvaldo afirma que “em regiões portuárias de menor movimento, como era o caso do Jaraguá em ‘relação a outros portos do mundo e do Brasil, o sistema tradicional de trabalho era o *free call* ou *shape up*, que no Brasil ficou conhecido pelo nome de *parede*.” Segundo ele, esse era o tipo de trabalho “ocasional”, que “de acordo com o movimento do porto no dia, o encarregado de contratações escolhe a turma de doqueiros e estivadores que irão trabalhar naquele dia”, desvinculando qualquer relação entre trabalhadores e local de trabalho, estabelecendo relações “clientelistas”¹⁵¹ e ao mesmo tempo incertas.

Numa crônica intitulada “Comes e bebes”, publicada no primeiro volume da obra *Maceió de Outrora*, Félix Lima Júnior aponta:

Em Jaraguá, como lembrou o cronista J. Silveira, a preta Balbina sentada na calçada do primeiro prédio do Beco da Estrela – início da atual rua Comendador Leão – fazia concorrência a Maria Rosa, vendendo seu apreciado “Ribacão” ou “arribação”. Caixeiros, estivadores, trapicheiros, empregados dos armazéns de açúcar e de estivas fartavam-se da comida modesta e apetitosa

Explorando o mesmo ramo, a Babaré, negra velha, africana legítima, quase centenária, vendia, de 1 as 4 da tarde, junto ao portão de ferro da Great Western of Brazil Company, na rua Barão de Anadia, na estação central, arroz de coco, vatapá, caruru, além de siris, camarões e sururus ensopados em leite de coco¹⁵².

¹⁵¹ Ver: MACIEL, Osvaldo. Filhos do trabalho... p, 34

¹⁵² JÚNIOR, Félix Lima. Maceió de outrora. Ufal, v.1 1976.

Além dos trabalhadores que desenvolviam atividades no porto de Jaraguá, como já foi dito, diversas trabalhadoras, recém libertas da escravidão, na maioria das vezes, também buscavam no entorno do bairro, tirarem o sustento de suas vidas, comercializando mercadorias, como forma alternativa para enfrentar os desafios econômicos na realidade do “trabalho livre”. Raras foram as vezes que essas mulheres foram pensadas para refletir a história do trabalho em Alagoas. Na maioria das vezes, elas foram vistas na literatura local, porém sem devida importância no processo desenvolvimento da “nação em progresso” tal qual era “profetizado” na virada do século. Marques ao estudar mulheres africanas escravizadas e livres no século XIX percorre a trajetória de mulheres negras que para conquistarem suas alforrias se debruçaram em atividades de comércio, principalmente nessa região. Dessa forma é possível afirmar que mulheres negras desempenharam papéis significativos não apenas no processo de libertação da escravidão, mas foram fundamentais na garantia de sobrevivência de suas famílias nos períodos posteriores. Portanto podemos dizer que Jaraguá foi o “berço” das decisões sócio econômicas e políticas do estado de Alagoas desde seu “início”.

A arquiteta Cynthia Fortes ao estudar o Alto do Jacutinga e a formação do bairro do Farol na cidade de Maceió, buscou compreender de que forma se deram as ocupações na parte alta da cidade litorânea. Suas fontes a levaram para o encontro das ocupações ainda na primeira metade do século XIX, anterior a construção do farol (1856), e segundo ela, aquela era uma região de matas, na qual alguns autores alagoanos, tal como Moacir Medeiros de Sant’Ana chegou afirmar a formação de “quilombo” nessa região da cidade. Os jornais locais costumavam remeter-se ao Jacutinga, no período pós abolição, como uma região que aglutinava pessoas imorais, cujas práticas eram motivos legítimos de serem reprimidos. Claramente os diversos tons pejorativos a respeito dessa população, condiz diretamente às suas precárias condições de vida.

Através da análise de imagens e mapas do Alto do Jacutinga entre os séculos XIX e XX, Cynthia afirma que,

na fotografia da igreja dos Martírios, foram captadas também formas de abrigo vernaculares, pontualmente inseridos na paisagem natural [...]. Nesses abrigos, podem ter vividos carvoeiros, lenhadores, vendedores de ripas, caibros e paus para cercas, que segundo Lima Júnior (1974), construíram habitações modestas com a matéria-prima abundante fornecida pela densa vegetação do Jacutinga no século XIX.

Diariamente os meios de comunicação publicavam nem que fosse uma pequena nota a fazer as denúncias do local. Um quesito interessante nesse assunto é a intensidade de denúncias

realizadas contra mulheres que trabalhavam com prostituição, dando a entender que várias trabalhadoras dessa atividade sobreviviam no desprezado bairro. E é bastante provável que esses conflitos em torno da moral e do patriarcado tenham sido constantes. Mas ao certo isso nos leva à fazer exercícios de reflexões acerca das condições de vida dessas mulheres, tentando entender suas “armas” para resistir a miséria na qual grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras estavam inseridos naquele momento.

Em 28 de novembro de 1896, o *Orbe* publicou uma nota na capa do jornal, exigindo das autoridades públicas procedimentos quanto aos casos de prostituição na região, acusando duas mulheres, cujas identidades não foram reveladas, de viverem na rua do Arame¹⁵³ sem limites para “faltas de decência” ao longo da noite¹⁵⁴.

Notas como essas eram recorrentes. E diante várias denúncias relacionadas a condução da vida das pessoas pobres na capital alagoana, estavam evidentes nos jornais o receio que as autoridades e as elites tinham ao conviver ao lado de trabalhadores e trabalhadoras negras recém libertos. O mesmo receio já propagados ao longo do século XIX em relação a abolição, que por sua vez se deu gradativamente.

Quanto aos negros que se alforriavam em ritmo mais acelerado, enfrentavam redefinições sociais e políticas da precariedade da liberdade. Estavam excluídos da cidadania política devido à lei eleitoral de 1881, não tinham acesso à instrução primária, não obtinham autorização legal para criar associações baseadas em laços étnicos e raciais. Em meio a tantas negativas, lidavam com a afirmação do racismo científico na esteira do imperialismo europeu e sua repercussão no desenho de políticas públicas (CHALHOUB, 1996). Outrossim, a difusão de novas ideologias do trabalho esgarçava o conceito de vadiagem e restringia a liberdade possível aos egressos do cativeiro e seus descendentes, fazendo deles os alvos preferenciais da suspeição policial nas cidades. Destarte, gestavam-se estruturas de dominação atinentes a formas de exploração do trabalho outras que não a escravidão, renovando-se os sentidos da precariedade estrutural da experiência de liberdade dos negros.¹⁵⁵

Os bairros da Levada, Ponta Grossa, Bebedouro, Trapiche da Barra e demais localidades nas margens da lagoa Mundaú, por sua vez, foram bairros habitados pelas populações pobres e trabalhadora que sofriam diariamente com a carestia da república. O “bairro da Graça”, segundo Pedro Nolasco, assim era chamado o bairro da Levada, por ser sede da Igreja Nossa Senhora

¹⁵³ Segundo Craveiro Costa, a rua arame foi chamada assim porque nela passava o fio do telegrafo nacional.

¹⁵⁴ s/a. É com a polícia. *Orbe*. Ano XVIII, n. 129, 28 de novembro de 1896, capa.

¹⁵⁵ CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *Revista História Social*, Unicamp: Campinas - SP. Nº 19, 2010, p. 57, 58.

das Graças¹⁵⁶ foi palco de grandes acontecimentos no início do século XX. Neste bairro estava localizado o porto da Levada, que nesse período teve papel significativo nas relações de comércio e trabalho da cidade. Por ser rota de escoamento de mercadoria, entre os rios e lagoas do estado, canoeiros, remeiros, entre outros, encontraram ali alternativas de trabalho e sobrevivência. As lavadeiras trabalhavam às margens.

Segundo Craveiro Costa, em *Maceió*, Bebedouro havia sido um bairro com “elegantes casas”, cujos moradores eram muito bem “selecionados” e preparavam belas festas de Natal. Mas ao longo do século XIX, este foi transformando-se em “arrabaldes”, totalmente “abandonados”. Devido ao crescimento da populacional em Maceió, os grupos de trabalhadores e trabalhadoras foram espalhando-se entre os bairros e a vida social ganhou novas dimensões no cotidiano da cidade.

É interessante pensar que nessa mesma região da cidade, também havia forte presença das casas de cultos africanos, como aponta o folclorista Abelardo Duarte¹⁵⁷, assim caracterizando-se uma região proeminentemente negra, de trabalhadores e trabalhadoras livres e libertos, que buscaram dia após dia manter suas famílias, cultuar seus ritos sagrados e poder conviver “livremente”. Porém, como bem destacado por Silvia Lara, “liberdade adquire dimensões econômicas”, e para população negra liberta em Maceió pós abolição isso significou uma complexidade de conflitos que envolveu diretamente o acesso às decisões públicas e as condições de vida oferecidas na cidade em crescimento. Um dos maiores exemplos na história de Alagoas causados pelas desigualdades sociais, econômicas e raciais em Alagoas pós abolição, foi o *Quebra de Xangô*, no qual já tratamos anteriormente. Esse episódio marca na história brasileira, não apenas histórias de faltas de oportunidades e direitos, mas perversas e intensas tentativas de destruição da cultura negra que ocupava grande parte da cidade de Maceió nesse período.

4.2 – MENDICÂNCIA

O crescimento populacional desordenado durante a transição entre os séculos XIX e XX, trouxe à cidade de Maceió um montante de conflitos e miséria. Notamos a proporção do desastre através das notícias circuladas na capital durante esse período. Além dos inúmeros casos de roubo de galinha e cavalo que levavam pessoas para a casa de detenção, também era

¹⁵⁶ MACIEL, Pedro Nolasco. *Ibidem*, p. 240.

¹⁵⁷ DUARTE, Abelardo; INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO (ALAGOAS). MUSEU. *Catálogo Ilustrado da Coleção Perseverança*. Departamento de Assuntos Culturais, SENEC, 1974.

publicada diariamente notas e artigos a respeito dos mendigos que viviam espalhados pelas ruas da cidade. Na maioria das vezes esses eram criminalizados por sua própria situação de miséria, porém outras, apesar do “horror” que sentiam, mostravam-se dispostos ajuda-los através de campanhas e doações.

Gustavo Bezerra aponta que no código de posturas de Maceió de 1848 era proibido que trabalhadores escravizados pedissem esmolas pelas ruas da cidade, e caso fossem capturados e comprovado o ato, seus senhores pagariam multa ao estado. Fosse homem tinha os custos de 10 mil réis, caso fosse mulher, pagariam 5 mil réis¹⁵⁸.

[...] a proibição do cativo à outra forma de sobrevivência, a não ser a imposta pela instituição escrava, nem mesmo a mendicância lhes era permitida, cerceando-se qualquer forma alternativa de sustento dos escravizados. Ressalta-se o fato da penalidade recair sobre o senhor do escravo, caso fosse comprovado o abandono do escravizado pelo mesmo, e a multa aplicada a ele caso o escravo seja do sexo masculino, dez mil réis, ou feminino, cinco mil réis. Faz-se necessário destacar a maior valorização do escravo masculino, que se faz notar a partir do valor da multa a ser aplicada ao proprietário de escravos, revelando-se na legislação uma desigualdade de gênero.¹⁵⁹

O ato da mendicância esteve presente em diversos momentos da história maceioense, e envolveu centenas de trabalhadores e trabalhadoras que tentaram fugir da escravidão e/ou que não conseguiram espaços nos locais de trabalho livre, e através da prática de “pedir esmolas” conseguiram sobreviver um dia após o outro, morando nas ruas da cidade e vivendo do que as pessoas, algumas associações e o estado lhes cediam. Os jornais não falam nada acerca da cor dessas pessoas, porém, a probabilidade que no período pós abolição, sejam essas as recém libertas da escravidão que já viviam na cidade e também aqueles que fugiam da seca do sertão.

Continua a falta de chuvas no sertão: a seca, portanto, vai produzindo terríveis efeitos. Os gados estão reduzidos a metade ou menos da quantidade que existia.

Aumenta a imigração dos sertanejos¹⁶⁰

A mendicância foi pauta explícita por todo esse período. Ao passar dos anos esses números apenas foram aumentando. Durante as décadas finais do século XIX, o *Orbe* publicava textos a respeito da criação de um asilo de mendicidade, cuja proposta era “retirar” as pessoas

¹⁵⁸ BEZERRA, Gustavo. *Ibidem*, p. 28

¹⁵⁹ BEZERRA, Gustavo. *Ibidem*, p. 28

¹⁶⁰ A Secca. *O Orbe*, 25 de novembro de 1898. Ano XX, n 162.

das ruas. “Havia queixas de que a colheita de esmolas estava se dando “a toda hora, todos os dias”, os pedintes batiam nas portas das casas, gritavam e blasfemavam”¹⁶¹. Infelizmente não foi encontrada documentação sobre a criação do asilo, e muito pouco sobre seu funcionamento. Mas sabemos que o ex governador do estado, que por sua vez também era médico, Manuel José Duarte dirigiu a construção do asilo de mendicidade na capital no início do século XX. Através de publicações nos jornais conseguimos perceber o intenso fluxo de pessoas que eram levadas para instituição diariamente.

É notável que o crescimento populacional de Maceió no pós abolição relacionava-se diretamente com a falta de oportunidades de trabalho no cotidiano de parte significativa da sociedade alagoana. Gustavo Bezerra, através da análise do Capítulo XII do Código Penal da República de 1890, aponta “quão entrelaçados estavam vadios, mendigos, ébrios e capoeiras” perante a lei, qual decreta que todo indivíduo que tenha condições para trabalhar e não trabalhe, e “finja” enfermidades para não trabalhar ou que “mendigue de bando”, seja penalizado com a prisão, assim como “embriagar-se por hábito” ou ser “dono de casa de vender bebidas ou substâncias inebriantes”, construindo um perfil “óbvio” de sujeito marginalizado da capital alagoana no início da República. Será que o encarceramento foi a alternativa dada pela poder público, no Brasil, à população negra e pobre pós abolição? Segundo Félix Lima, em Maceió “a capacidade da Penitenciária era um pouco mais que 100 detentos. Mas o número de presos no início do século XX, era muito maior”¹⁶².

Entre 1900 e 1920, a população de Maceió cresceu um pouco mais que cem por cento, ou seja, nos vinte primeiros anos do século XX, a população de Maceió dobrou de tamanho¹⁶³. Esse fator é importantíssimo se pensarmos as condições de vida dessas pessoas numa cidade “em crescimento”. Logo nos primeiros anos do século, algumas denúncias, assim como, também, alguns pedidos de ajuda, foram feitos nas páginas do *Gutenberg*. Em janeiro de 1904, é apresentado na capa desse, um artigo de denúncia sobre a falta de abastecimento de água para os moradores de Maceió:

Fóra de toda duvida é o crescimento de nossa capital: embora lento, está se operando a olhos nús: facto comprovado aliás pela demonstração das estatisticas, pela relação official da decima urbana, pelo computo da edificação predial. Entretanto também está verificada a diminuição sensivel do fornecimento d’água potavel por parte da companhia que dispõe dos meios

¹⁶¹ MARQUES, Danilo Luiz. “Um Covil de Escravos Fugidos”: a cidade de Maceió na década da abolição. In: História e Democracia. Guarulhos, SP, 2018, p. 1

¹⁶² JÚNIOR, Félix Lima. *Ibidem*, p. 51.

¹⁶³ COSTA, Craveiro. Maceió. Maceió: Edições Catavento, p. 200.

mananciais de bôa especie e qualidade.¹⁶⁴

Em 1905, durante o governo de Euclides Malta, o *Gutemberg* apresentou um artigo de capa, intitulado “bolsa dos pobres”, onde faziam uma espécie de campanha para que a população reúna os rótulos de cigarro da fábrica “Estrela do Norte” em “benefício da mendicidade”, que é reprimida diariamente pelas forças policiais e que sofre com diversos problemas de saúde e vivem sem nenhuma assistência, pelas ruas de Maceió:

Nada mais triste e deponente do que vemos os nossos semelhantes infelizes mortos á fome.
 Já lhes basta a lepra infame que lhes invade o corpo numa camada compacta; já lhes basta o cranco pestileno que pouco a pouco lhes vae minando a existencia; e já lhes basta a tuberculose que paulatinamente os vae arrastando á borda da sepultura¹⁶⁵

Os relatórios de estado apresentados pelo governo, afirmam que nesses primeiros anos do século XX houve imenso esforço quanto à higiene e saúde pública em todo estado. Já na década de 1890 havia um intenso surto de varíola que espalhou-se por todo estado, contagiando centenas de pessoas ao longo dos anos seguintes¹⁶⁶, casos de “febre palustre”¹⁶⁷ também eram bastantes comum, levando pessoas à morte.

Em 1906 o *Gutenberg* publicou uma nota exigindo que o comissário de polícia prendesse Agostinho, que segundo o jornal, era um mendigo que vivia “pedindo esmolas na calçadas das cabellarias que ficavam defronte o mercado”, pois seu mau cheiro e suas feridas “peçonhentas” eram desagradáveis ao comércio. Na mesma nota, também colocaram em questão que no espaço frequentado por Agostinho, havia grandes disputas entre o mercado das pessoas que vendiam em tabuleiros e os estabelecimentos, gerando uma imensa concorrência.¹⁶⁸ Nesse sentido, faz necessário fazer observações acerca das dificuldades encontradas por trabalhadores e trabalhadoras pobres, que buscavam “formas alternativas” de garantirem seu sustento, seja no trabalho “informal” ou na busca por ajuda financeira, através da caridade.

Em 15 de agosto de 1909, o jornal *Perserverança*, apresentou em um artigo de capa uma denúncia aos mendigos que viviam nas ruas de Maceió, segundo eles, a miséria crescia a

¹⁶⁴ Gutenberg: Falta d’água. *Gutemberg*, Maceió, 31 de janeiro de 1904, ano XIII, nº 19

¹⁶⁵ Bolsa aos Pobres. *Gutemberg*, 7 de fevereiro de 1890. ano XXIV, nº 25

¹⁶⁶ Relatório emitido pelo governo do estado de Alagoas em 1909, sendo esses publicados anualmente.

¹⁶⁷ malária

¹⁶⁸ Pedido. *Gutemberg*, Ano XXV, n. 23, 2 de fevereiro de 1906, capa.

cada dia¹⁶⁹.

Causa horror e, vezes até, revolta, ver desfilar em Maceió aos sabbados, desde as 7 horas da manhã até alto dia, a procissão esfarrapada e infecciosa de mendigos que nesta capital armaram tenda. Aos sabbados andam elles no commercio deste bairro; os outros dias da semana, porem, occupam-nos elles nos outros districtos da capital - Jaraguá, Levada, Poço e os demais. Podemos affirmar que o seu numero se eleva a centenas, isso sem contar com os que apparecem mais recatadamente¹⁷⁰

As péssimas condições de vida oferecidas pelo estado de Alagoas à grande parte da população em junção ao crescimento sem planejamento da capital, ocasionou diversas complicações no cotidiano dessas pessoas. Falta de trabalho, moradia, higiene e condições básicas de saúde foram por diversas vezes a base da experiência enfrentada por centenas de trabalhadores e trabalhadoras na capital alagoana durante o pós abolição.

4.3 LUTA POR DIREITOS

Apesar desse trabalho não está direcionado à entender agrupamentos de trabalhadores formais e de certa forma organizados em associações ou sindicatos, é fundamental entender os processos de luta e resistência dentro e fora das entidades classistas, tendo em vista que a dinâmica social ocorre em várias faces.

Como vimos nos capítulos aqui presentes, a classe trabalhadora em Maceió não é homogênea, ainda que por caracterizações gerais, possamos confundi-la. A luta por direitos segue a lógica da denúncia contra a exploração e dominação dos trabalhadores e segue à conclamação para a mudança das relações de trabalho.

Voltando a pensar em quem seriam essas pessoas que começaram a ocupar as ruas do comércio de Maceió nesse período, é possível fazer um paralelo, menos do que uma comparação, com as preocupações apontadas pelo historiador Antonio Luigi Negro, quando questiona o conceito tradicional de classe trabalhadora para pensar os trabalhadores soteropolitanos. Aqui, certamente, ex-escravos passam a fazer parte das relações da capital baiana, ao qual considera:

Querendo ser simples, esse artigo não se apega aos (não muito bem-sucedidos)

¹⁶⁹ Mendicidade, *Perseverança*, ano 1, n 2, 15 de agosto de 1909.

¹⁷⁰ *Perseverança*, ano 1, n 2, 15 de agosto de 1909.

esforços de detalhada teorização do conceito de classe, lacuna que Marx e Engels deixaram. Em alguns intentos surgiram áridas formulações. Noutros, o fosso entre o conceito e o fenômeno foi alargado, o ideal se descolando da realidade. Acertar as contas, teoricamente, com Marx e Engels levou ao esquecimento da história, à desconsideração de sujeitos históricos extraordinários. Paralelamente, o afã de prosseguir com uma exclusiva e ‘verdadeira ciência’ para o ‘socialismo internacional moderno’ (o que Marx teria feito, segundo Engels) tem levado o marxismo – enquanto doutrina – a prescrever uma consciência verdadeira à história do proletariado.”¹⁷¹

Portanto é de extrema importância o entendimento sobre os “lados” que se seguem as lutas da classe trabalhadora e suas reivindicações aos patrões e aos governantes. Durante o período pós abolição, resistir fez parte do cotidiano dessas pessoas, das quais é possível ter exemplos diversos e relevantes ao longo dos anos, desde a busca por alforrias, a luta por sobrevivência e a formação de organizações classistas e suas movimentações em torno de melhores condições de vida, contextualizadas numa sociedade extremamente desigual.

Tal qual discutido por Sidney Chalhoub, a libertação dos povos escravizados, significou muitas vezes uma ameaça as classes dominantes e a ordem estabelecida pelos mesmos, “provocando um deslocamento de profissões e de hábitos de consequências imprevisíveis”¹⁷². Nessa situação, o governo brasileiro criou leis e decretos que impediam povos recém libertos ocuparem os espaços das cidades e do campo tal qual pessoas “livres”. O projeto de repressão a ociosidade, a perseguição aos ditos vagabundos, aos mendigos e ébrios, foi sem dúvida, formas de limitar não só os espaços públicos, mas também o acesso à vida digna, com direitos e condições essenciais, tais como comer, morar, vestir, entre outros.

É inumerável a quantidade de vezes que trabalhadores e trabalhadoras que viviam nessas condições buscaram encontrar saídas para tamanha exploração e humilhação. “Fingir estar doente” significou muitas vezes proteger-se da violência policial que agia ferozmente contra aqueles e aquelas que não tinham um emprego, além de garantir refeições e alguns momentos de descanso. Estar vivo nas condições precárias que a sociedade pós abolição oferecia, muitas vezes significou resistir às pressões da sociedade de classes.

Em 1905 o *Evolucionista* publicou um artigo intitulado “Os falsos doentes”¹⁷³ que afirma sobre a felicidade que “vagabundos” ficavam ao terem dias de folgas, associando isso à possível falta de coragem para o trabalho e a disposição para uma vida de “vadiagem”. O artigo

¹⁷¹ NEGRO, Antonio Luigi. Rodando a baiana e interrogando um princípio básico do comunismo e da História Social: O Sentido Marxista Tradicional de Classe Operária.” *Revista Crítica Histórica*. Ano III, nº 5, julho de 2012, p. 24.

¹⁷² CHALHOUB, Sidney. *Ibidem*, p. 67

¹⁷³ Os falsos doentes. *Evolucionista*. Ano IV, nº 242, 31 de outubro de 1905, p.2

retoma dois casos, que aos olhos da edição do jornal, eram “incompreensíveis”. Em ambos os nomes dos sujeitos não foram revelados, mas um desses era um antigo enfermeiro, que por anos viveu entre os hospitais e conhecia bem as doenças que alastravam a cidade. Sem trabalho, o sujeito “fingia” estar com uma doença de pele conhecida como “sinal do diabo”, que muitas vezes levou pessoas à fogueira. Mas no seu caso foi diferente, segundo o jornal, ele desenhava em seu corpo todas as manchas características da doença, garantindo-lhes a “hospitalização eterna”¹⁷⁴. O outro caso, foi uma acusação contra um cavaleiro que trabalhava na cidade de Maceió, e sempre disfarçava conjuntivite, para pedir dispensa de seu dever no trabalho.

As formas de resistência ao trabalho explorado e as condições precárias da vida foram diversas. As tentativas de não estarem submissos a essas circunstâncias foi cada vez ganhando novas proporções. O contexto de mobilizar-se contra os antigos senhores, assim como os patrões foi a cada instante sendo remodelado de acordo com a conjuntura e a possibilidade de organização dos grupos oprimidos.

Em 1898, trabalhadores dos trapiches organizaram-se contra as precárias condições de trabalho e contra os baixos salários.

Foram informados que ante-ontem os trabalhadores do Trapiche Faustino, em Jaraguá, declararam-se em greve, em vista do pequeno salário que tinham. Não consta que houvesse fato desagradável, bem como se os trabalhadores foram atendidos no pedido justo que fizeram.¹⁷⁵

Oswaldo Maciel desenvolve sua pesquisa no sentido de entender a classe trabalhadora organizada em associações e entidades de classe entre o fim do século XIX e início do século XX no estado de Alagoas, durante o pós-abolição. Os tipógrafos e os caixeiros são as categorias de trabalho na qual o pesquisador se debruça para refletir esse espaço na história do trabalho do estado. Sobre o primeiro, ele faz uma reflexão acerca do “processo de articulação de uma identidade coletiva dos trabalhadores com o socialismo na capital alagoana, entre 1895 e 1905”¹⁷⁶. E no segundo ele faz uma discussão acerca do significado do mutualismo¹⁷⁷ no estado de Alagoas¹⁷⁸.

¹⁷⁴ Os falsos doentes. *Evolucionista*. Ano IV, nº 242. 21 de outubro de 1905, p. 2

¹⁷⁵ Greve. *O Orbe*. Ano XX, nº 96, 12 de novembro de 1898, p. 2.

¹⁷⁶ MACIEL, Oswaldo Batista Acioly. Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895/1905). 2004. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco

¹⁷⁷ Ler: BATALHA, Claudio HM. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. *Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 4, p. 12-22, 2010.

¹⁷⁸ MACIEL, Oswaldo Batista Acioly. A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio

Para entender a composição da classe trabalhadora e suas lutas históricas, é imprescindível uma reflexão acerca das organizações de classe, sejam elas nos modelos “clássicos”, como estudado pelo pesquisador, como também nas diversas formas de reagir as contradições existentes no sistema das desigualdades sociais, como vimos ao longo desse trabalho.

Entre o século XIX e o século XX, Maceió foi um espaço de importantes acontecimentos nas mobilizações de trabalhadores e trabalhadoras, desde a revolta dos escravizados oitocentistas, como destacados por Danilo Marques, aos atos de resistência por liberdade da escravidão e a conquista da abolição, como apontado por Gustavo Bezerra, até as lutas encaras pelas organizações classistas, sejam elas associações mutualistas ou sindicatos, como demonstradas no trabalho de Osvaldo Maciel.

Em 3 de maio de 1903, o jornal operário *Trocista*, estando em seu sexto ano de funcionamento, fez lembrar o congresso da II Internacional de 1893, onde foi discutido por trabalhadores, em sua maioria homens, de grande parte do mundo, a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, e segundo a campanha feita pelo mesmo, a partir disso os trabalhadores do Brasil, principalmente os de Alagoas, não podiam ficar de fora desta luta, pois essa representava uma pauta de justiça social para com os trabalhadores de todo o mundo. No mesmo artigo, fez menção ao 1º de maio, fortalecendo que a data era de “todos que sofriam as opressões do capitalismo”¹⁷⁹.

É possível notar que no período pós abolição com a ampliação do trabalho livre, eram mencionadas em diversos jornais ligados à causa operária e ao socialismo, que circulavam não apenas em Alagoas, mas por todo país, denúncias e campanhas direcionadas à jornada de trabalho, tendo como foco principal das reivindicações a exigência de sua redução para 8h/dia.

Em 1909 tivemos a “famosa” greve dos ferroviários do Nordeste, onde os trabalhadores da *Great Western*, dos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, fizeram uma significativa greve, conseguindo paralisar o funcionamento de todas as ferrovias dos estados mencionados durante quase uma semana, reivindicando melhores salários¹⁸⁰. O *Gutenberg*, acompanhou todo processo de mobilização, desde antes do início da greve, no dia 10 de janeiro de 1909, com a divulgação das pautas exigidas pelos trabalhadores ferroviários, sendo a principal, o aumento dos salários em 20, 30 e 50 por cento, até o vencimento¹⁸¹; até os

em Maceió (1879 1917). 2011. Tese (Doutorado em História) da Universidade Federal de Pernambuco

¹⁷⁹ 1º de maio. *O Trocista*. Maceió, 3 de maio de 1903. ano VI, nº 199

¹⁸⁰ ALMEIDA, Luiz Savio. Op. cit. p. 70

¹⁸¹ A gréve da Great Western. *Gutenberg*, Maceió, 17 de janeiro de 1909, ano 29, n 7

dias seguintes, apresentando os desdobramentos de suas mobilizações nos dias em que os trabalhadores suspenderam o funcionamento de toda artéria ferroviária, organizando manifestações pacíficas nas ruas dos quatro estados. O *Diário do Natal*, jornal republicano, da capital do Rio Grande do Norte, informa que a empresa inglesa havia demitido alguns trabalhadores e reduzido o salário dos que permaneceram, prometendo elevá-los posteriormente. Tendo ficado sem respostas e melhores condições, os trabalhadores optaram pela greve¹⁸². Além das demissões e reduções de salários, os trabalhadores denunciaram os privilégios dados aos trabalhadores ingleses em detrimento das péssimas condições oferecidas aos trabalhadores nacionais, realizando uma campanha em defesa dos trabalhadores do país, sendo essa uma importante justificativa que eles encontraram para melhorar as condições oferecidas aos trabalhadores que eram ameaçados diariamente com as péssimas condições de trabalho e redução de salários¹⁸³. Apesar de não ter acontecido a imigração europeia para Alagoas, os principais cargos nos locais de trabalho muitas vezes eram assumidos por estrangeiros, em especial ingleses.

Essa greve teve início em Pernambuco, tendo se estendido para os outros estados¹⁸⁴, onde transparece denúncias tão “urgentes”, fazendo com que os trabalhadores ganhassem a simpatia da população em geral para contribuir na mobilização. Segundo Luiz Sávio Almeida, as consequências da greve se agravava cada vez mais, pois era através do transporte ferroviário que se faziam toda entrega de mercadorias pelo estado, tendo que então ser entregue através de outros meios de transporte, como carro de boi, por exemplo, dificultando o acesso e deixando mais caro os produtos¹⁸⁵. Apesar das dificuldades tidas pela falta de transporte de mercadorias e todos os problemas que isso pode causar, o *Gutenberg* aponta que a greve teve um grande apoio da população, onde elas chegaram participar de diversas mobilizações nas ruas dos quatro estados ao lado dos grevistas.

A greve acabou em 24 de janeiro, com o recuo dos empresários da Great Western, atendendo as diversas reivindicações dos trabalhadores locais.

É notável que essa greve dos trabalhadores da *Great Western* foi um momento importantíssimo na história dos trabalhadores de Alagoas e nos demais estados do Nordeste, tendo em vista que quase duas semanas com as atividades suspensas causaram bastante prejuízo no lucro dos empresários ingleses, e que depois de diversas mobilizações apoiadas pela

¹⁸² Greve na Great Western. *Diário do Natal*, 13 de janeiro de 1909. ano XVIII, nº 3615

¹⁸³ Greve da Great Western, *Diário do Natal*, 14 de janeiro de 1909. ano XVIII, nº 3616

¹⁸⁴ Idem

¹⁸⁵ ALMEIDA. Luiz Sávio de. Crônicas alagoanas vol. II – Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 80

população dos quatro estados, os empresários que nos primeiros instantes se negavam à qualquer negociação, tiveram que recuar, dando ganho de causa aos trabalhadores, que acabaram saindo com suas pautas atendidas.

Essa greve representou um dos principais momentos da luta por direitos enfrentadas pelos trabalhadores em Alagoas no início século XX. A partir daí, os trabalhadores ganham novas formas de resistência, diferente a que os escravizados desenvolveram nos séculos anteriores. Segundo Alice Anabuki Plancherel, a década de 1910 foi um período intensamente marcado por diversas manifestações por parte dos trabalhadores de Alagoas, sendo esses alfaiates, sapateiros, trapicheiros, carroceiros, trabalhadores da empresa de energia, pintores, padeiros, entre várias outras categorias¹⁸⁶. Suas maiores reivindicações estavam associadas à melhores salários, porém, não se resumiam a essa pauta, algumas como resistência contra a opressão nos locais de trabalho e contra o controle e dominação política por parte da classe dominante estava presente em seu cotidiano¹⁸⁷.

¹⁸⁶ PLANCHEREL, Alice Anabuki. Memória e omissão: Anarquismo e Octavio Brandão. Maceió: EDUFAL, 1997 p. 60

¹⁸⁷ Idem

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre experiência e cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras tem crescido bastante nos últimos anos. Os rumos para as novas pesquisas ganharam elementos diferentes, nas quais tentam preencher as lacunas evidentes na história do trabalho no Brasil. Novas percepções, baseadas em gênero e raça, por exemplo, são base elementares nessa discussão.

No entanto, a produção historiográfica sobre trabalho em Alagoas, no período marcado pelo pós abolição e “início” do trabalho assalariado, possui pouco visibilidade, tendo uma escassa produção à respeito. A partir das pesquisas feitas nos últimos anos, é possível apontar, como sendo um dos principais, o trabalho do historiador Osvaldo Maciel sobre trabalhadores agrupados em organizações classistas nesse período.

Desta forma, torna-se relevante estudos sobre o cotidiano dos trabalhadores nos momentos que sucedem a abolição da escravidão em Alagoas, trazendo diálogos sobre locais sobre trabalho, formas de ocupação da cidade de Maceió no início do século XX e as diversas formas de resistência encontrada pelos trabalhadores; além das contradições expostas entre capital e trabalho; trabalho e trabalhadores.

Em Alagoas, a história do trabalho e dos trabalhadores pós abolição raramente é discutida a partir da condição de rompimento com o trabalho escravo. Com contribuição da documentação (digitalizada) disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional, conseguimos reunir um grande número de jornais do período, nos possibilitando fazer um breve panorama da situação do estado durante o período.

A principal documentação dessa pesquisa está centrada em jornais que circularam em Alagoas, principalmente na capital, entre o fim do século XIX e o início do século XX. Dentre todos que serão listados no final, destaco os principais: *O Proletário* (1893/1902), *Gutemberg* (1892-1911), *O Evolucionista* (1905) e *Perseverança* (1909-1910)¹⁸⁸. Paralelo à essa documentação, faremos uma discussão com os *Relatórios de Presidentes dos Estados Brasileiros*, mais especificamente de Alagoas (publicados anualmente) e pesquisas que de algum modo contribuem para percorrer os caminhos do trabalho urbano na capital alagoana no início do século XX. Além disso, conseguimos localizar e ter acesso à documentação disponível tanto no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), quando no Arquivo Público de Alagoas (APA), que foi de fundamental importância para desenvolvimento desta,

¹⁸⁸ Esses periódicos estão hospedados no site da Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>; exceto o exemplar de 1902 de *O Proletário*, que encontra-se arquivado no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP.

assim como a literatura alagoana, que foi de suma importância no processo de entendimento das caracterizações sociais envolvidas no processo de abolição, como também de compreensão das dimensões sócio políticas.

A partir da pesquisa apresentada neste trabalho, é possível compreender um pouco acerca das experiências e do cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras que viveram na capital alagoana na virada do século XIX para o século XX, percebendo além de suas formas de resistência às pressões impostas pelo trabalho explorado, bem como a construção de suas pautas a partir do contexto vivenciado diariamente. Como visto, diversas formas de organizar e mobilizar as pautas da classe foram encontradas.

Compreender as relações étnicas, de gênero e familiares, as formas de lazer e sociabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras, as comunidades e espaços de moradia e ações da classe, foram elementos que possibilitaram a construção de um importante debate sobre as experiências das classes trabalhadoras urbanas em Maceió.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. Uma história do negro no Brasil. Centro de Estudos Afro-Orientais, 2006.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. Crônicas alagoanas vol. II – Notas sobre poder, operários e comunistas em alagoas. Maceió: EDUFAL, 2006.
- BARBOSA, Gustavo Bezerra. Uma possível “simbiose”: vadios e capoeiras em Alagoas (1878-1911). 2017. .
- BATALHA, Claudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano, vol.I: o tempo do liberalismo excludente (da Proclamação da República à Revolução de 1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. Mundos do Trabalho, v. 2, n. 4, p. 12-22, 2010.
- BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. Revista de História, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965
- ONAN, Irene. Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (1909/2009): cem anos de história do ensino profissionalizante em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2010
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da bella época. 2ª edição. Campinas, SP: Edunicamp, 2001.
- _____. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). Revista História Social, Unicamp: Campinas - SP. Nº 19, 2010
- CORD, M. M. Direitos trabalhistas em construção: as lutas pela jornada de 8 horas em Pernambuco, 1890-1891. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF , v. 22, p. 175-195, 2016
- CORRÊA, Felipe. Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2012.
- COSTA, Craveiro. Cem anos de jornalismo. Revista do Instituto Histórico Archeologico e Geographico Alagoano, Maceió, 1931, vol. XV, ano 58, p. 81. p.78-130.
- _____. Maceió. Maceió: Edições Catavento, 2011.
- DAVIS, Angela Y. Mulher, raça e classe. Boitempo, 2016,
- DAVIS, Natalie Zemon. Antropologia e história nos anos 1980. Nova História , 2011
- DIAS, Gabriela Torres. Os intelectuais alagoanos e o Quebra de Xangô de 1912: uma história de silêncios (1930-1950). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Alagoas, 2018.
- DUARTE, Abelardo; INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO (ALAGOAS). MUSEU. Catalogo Ilustrado da Coleção Perseverança. Departamento de Assuntos Culturais, SENEAC, 1974.
- HOBSBAWM, E.J., Revolucionários; tradução de João Carlos Victor Garcia e Adelângela Saggiore Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972
- FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Ed. Elefante, 2017
- FORTES, Cynthia Nunes da Rocha et al. Para além do guia dos navegantes: o farol de Maceió (1827-1951). 2011.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo social*, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

JÚNIOR, Félix Lima; ROCHA, Rachel. Maceió de outrora. Ufal, 1976

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 157

KONDER, Leandro. História das ideias socialistas no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*. São Paulo (16): 25-38, fev. 1998.

LESSA, Golbery; TENÓRIO, Douglas Apratto. O ciclo do algodão e as vilas operárias. Maceió: Sebrae, 2013.

LIMA JÚNIOR, Félix. Maceió de outrora: obra póstuma./Félix Lima Júnior; [organizado por] Raquel Rocha – Maceió: EDUFAL, v.2., 2001

LOWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. Editora Cortez, 1992, p. 13.

MAC CORD, Marcelo. Direitos trabalhistas em construção: as lutas pela jornada de oito horas em Pernambuco, 1890-1891. *Tempo*, v. 22, n. 39, 2016.

_____. EP Thompson, a historiografia brasileira e a valorização das experiências dos trabalhadores. *Revista trabalho necessário*, v. 12, n. 18, 2018.

MACIEL, Osvaldo. Filhos do Trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a entidade de classe em Maceió (1895/1905).

_____. Espaço Urbano e Marginalização Em Maceió (1895-1905). Comunicação apresentada no V Encontro Nordestino de História, ANPUH, 2004.

MARQUES, Danilo Luiz. "Sobreviver e resistir: os caminhos para liberdade de africanas livres e escravas em Maceió (1849-1888)." (2013)

_____. Sob a “sombra” de Palmares: escravidão, memória e resistência na Alagoas oitocentista. 2018. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 2018

_____. “Um Covil de Escravos Fugidos”: a cidade de Maceió na década da abolição. In: *História e Democracia*. Guarulhos, SP, 2018,

MACIEL, Pedro Nolasco. Traços e troças: crônica varmelha, leitura quente. Departamento Estadual de Cultura, 1964..

MARTINS, Suely Aparecida. As contribuições teórico-metodológicas de EP Thompson: experiência e cultura. Em Tese, v. 2, n. 2, p. 23-36, 2006. apud E.P. THOMPSON (1981)

MATEUS, J. G. F. O Sindicalismo Revolucionário como estratégia dos Congressos Operário (1906, 1913, 1920). *Revista Enfrentamento*, v. 7, p. 64-76, 2012.

MELO, Airton de Souza. Operários têxteis: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951-1964). Dissertação (Mestrado em História). PPGH-UFPE, Recife, p. 66, 2012.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, p. 607-626

NUNES, Márcio Manuel Machado. A criação do bispado das Alagoas: religião e política nos primeiros anos da República dos Estados Unidos do Brasil (1889-1910). 2016. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA) – Universidade Federal de Alagoas, 2016.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon, Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936), Niterói, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2009.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Os novos bárbaros. Escritores e comunismo no Brasil. 1928-1948. Campinas, Tese de Doutorado apresentada ao Programa de História/IFCH/UNICAMP, 2003.

PLANCHEREL, Alice Anabuki. Memória e omissão: Anarquismo e Octavio Brandão. Maceió: EDUFAL, 1997

RAFAEL, Ulisses Neves. A Mulher Alagoana na Primeira Republica: Histórias de Silêncio e Dor. Cadernos do Tempo Presente, n. 07, 2012.

RAGO, Luzia Margareth. Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar - Brasil, 1890-1930, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Contribuição à história do açúcar em Alagoas. Recife: Museu do Açúcar/ IAA, 1970

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915. Annablume, 1998

SANTOS, Irineia Maria Franco dos. “Nos domínios do Xangô”: Religiões Afro-brasileiras em Alagoas e a memória do Quebra de Xangô (1912-1980)”

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2,jul./dez. 1995

SOIHET, Rachel. Um debate sobre manifestações culturais populares no Brasil dos primeiros anos da República aos anos 1930

TEIXEIRA, Luana. Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

THOMPSON, E.P. Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

TOLEDO, Edilene. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

VILLELA, Pedro de Carvalho. Mundaú. SENEC/AL. 2ª Edição. Maceió, 1977

DOCUMENTAÇÃO

JORNAIS

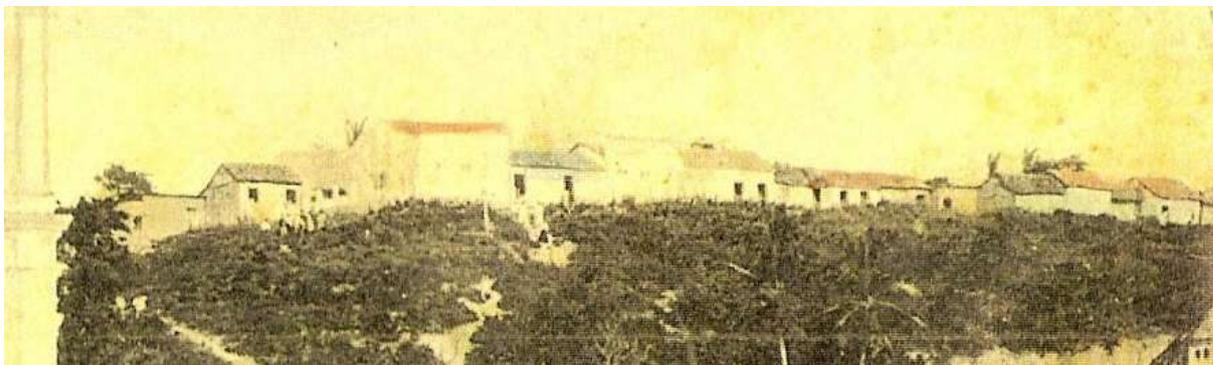
A Tribuna
O Proletário
Gutenberg
O Caixeiro
Evolucionista
O Subúrbio
Perseverança
Diário de Natal
O Trocista
Orbe
Fé Christã

DOCUMENTOS OFICIAIS

Relatórios de Presidentes dos Estados Brasileiros

ANEXOS

ANEXO 1



Ocupação da borda da encosta do bairro do Farol que corresponde hoje ao Mirante Ambrósio de Lira.
Fonte: acervo digital do APA.¹⁸⁹

¹⁸⁹ FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. *Ibidem*, p. 59.

ANEXO 2

78 Álvaro Cardoso



Ao norte da lagoa Manguaba – Uma canoa a remo

Ao norte da lagoa Manguaba – Uma canoa a remo



Maceió - Lavagem de roupa no Poço

Maceió - Blanchissage à Poço.

Maceió - A washing-place for linen at Poço.

Maceió - Lavagem de roupa no Poço



Maceió – Porto da Levada

Maceió – Le débarcadère de Levada.

Maceió – Landing-place of Levada.

Maceió – Porto da Levada



Maceió - Uma quitanda na Levada

Maceió – Uma quitanda na Levada